

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CLÁUDIA CRUZ XERFAN

**A Identificação na Filiação por Adoção:
um estudo na clínica psicanalítica**

**BELÉM
2009**

CLÁUDIA CRUZ XERFAN

**A Identificação na Filiação por Adoção:
um estudo na clínica psicanalítica**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará para obtenção do grau de mestre em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Clínica e Social.
Orientador: Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza.

BELÉM
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Xerfan, Cláudia Cruz

A identificação na filiação por adoção: um estudo na clínica psicanalítica / Cláudia Cruz Xerfan; orientador, Mauricio Rodrigues de Souza. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Social, Belém, 2009.

1. Adoção - Aspectos psicológicos. 2. Identificação (Psicologia). 3. Psicanálise. I. Título.

CDD - 22. ed. 155.445

CLÁUDIA CRUZ XERFAN

A Identificação na Filiação por Adoção:
um estudo na clínica psicanalítica

Dissertação apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Pará
para obtenção do grau de Mestre.
Área de Concentração: Psicologia Clínica e Social.

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

_____ - Orientador.

Prof. Dr. Maurício Rodrigues de Souza
Universidade Federal do Pará

_____ .
Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

_____ .
Prof. Dra. Ana Cleide Guedes Moreira
Universidade Federal do Pará

Para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza, da Universidade Federal do Pará, agradeço a orientação competente e segura com a qual lapidou e ajudou a construir o tom desta “canção”. Também pela generosidade em receber a angústia da escrita no percurso de elaboração do trabalho, pela rica interlocução acadêmica e sobretudo pela confiança em aceitar acompanhar este estudo após a sua qualificação.

À Profa. Dra. Ana Cleide Guedes Moreira, da Universidade Federal do Pará, pelo acolhimento inicial de meu projeto e de minha pessoa neste mestrado. Agradeço, ainda, por haver acompanhado este trabalho como orientadora até sua qualificação.

À minha amiga e eterna mestra Profa. Maria Filomena Pinheiro Dias, da Universidade da Amazônia, pela sempre generosa transmissão da psicanálise e especificamente neste trabalho por sua valiosa escuta clínica que tanto me auxiliou na elaboração da análise de Jade.

À Profa. Dra. Helena Dias, da Universidade Federal do Pará, por suas contribuições ao trabalho como membro da banca de qualificação do mesmo.

Aos membros do *Laboratório de Psicopatologia Fundamental*, aos integrantes do grupo de estudos *Filosofia, Psicanálise e Cultura* e aos professores e colegas das disciplinas cursadas no decorrer do mestrado, agradeço as discussões acadêmicas e as contribuições que, de acordo com a oportunidade, deram a este estudo.

Aos Professores Dra. Sandra Lobato, Ms. Alexandre Théo, Ms. Lúcia Medeiros, Ms. Elizabeth Monteiro, gestores do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia durante o período em que transcorreu este mestrado, pela compreensão em reduzir o que foi possível de minhas atividades institucionais como membro de seu corpo docente, em prol desta pesquisa. Também à querida Profa. Ms Lúcia Cavalcanti, a quem carinhosamente chamo de “meu anjo da guarda em pesquisa” por todos os esclarecimentos metodológicos fundamentais para a concretização deste trabalho. E ao Prof. Dr. José Guilherme, pelo auxílio com a revisão ortográfica do capítulo três. Por fim, na Universidade da Amazônia agradeço, ainda, aos meus alunos ao longo dos anos com os quais sempre muito aprendi.

À UNAMA e FIDESA agradeço pela bolsa de estudos que tornou possível minha dedicação a esta pesquisa.

Ao meu avô Cruz (*in memorian*) que tantas e tantas vezes se dispôs a estar comigo em torno das letras e a me ensinar o valor da palavra e da beleza com que os poetas a sabem manusear. E à minha avó Odete que, no decorrer deste mestrado, pôde, uma vez mais em minha vida, escutar, dar colo e incentivar meus passos. Agradeço seu amor incondicional que sempre me fez crer que posso ir mais longe ou, pelo menos, adiante.

Aos meus pais José e Anette (*in memorian*) por todo amor que sempre me dedicaram. Particularmente, agradeço ao meu pai por seu declarado orgulho ao qual busco sempre (e uma vez mais aqui) honrar.

Ao querido Miguel, por todo incentivo e disponibilidade sempre presentes em favor de meu crescimento profissional. Sobretudo, pelo apoio para o ingresso neste mestrado, pela escuta amiga no decorrer do percurso e, anterior a este, por todos os anos que compartilhamos.

À Fernanda por todo estímulo aos meus projetos e às minhas conquistas. Agradeço muito e sempre a alegria em ser sua mãe e a inspiração que o meu amor por ela trouxe a este trabalho.

À minha irmã Sumaya, ao meu lado em todos os momentos de minha vida, por sua forte presença também aqui. Não há palavras para descrevê-la, tal a quantidade de pequenas e grandes coisas com as quais contribui sempre para que eu realize tudo o que almejo. Ao meu irmão Zé, por todos os anos em que crescemos juntos, apoiando um ao outro e ajudando a construir quem somos. Aos meus irmãos Arthur Felipe, Ana Gabriela, Tahiana e Amanda, pela presença constante e amiga ao meu redor.

À minha tão querida Tatiane, por todo amor e amizade que nos une desde que nos conhecemos. Particularmente aqui agradeço por sua preciosa leitura analítica do caso clínico de Jade e por compartilhar comigo o que dele escutou. À querida Cíntia, pelos momentos de alegria e conforto no decorrer de nossos anos de uma bela amizade, como uma vez mais aqui.

À Jade e Fabiana pela generosidade e confiança em permitir que sua história pudesse se transformar em um estudo sobre a identificação na filiação por adoção. E a todas as crianças e pais que compartilharam comigo suas histórias e que sem dúvida estão também presentes neste trabalho.

CANÇÃO AMIGA

Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça,
todas as mães se reconheçam
e que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me vêem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.

No jeito mais natural
dois carinhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.

Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.

Carlos Drummond de Andrade
Antologia Poética

RESUMO

XERFAN, C. C. **A identificação na filiação por adoção: um estudo na clínica psicanalítica.** 2009. 153 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

O presente trabalho nasceu das inquietações oriundas da escuta na clínica psicanalítica e consiste em um estudo sobre a identificação da criança com seus pais na filiação por adoção. Com o intuito de compreendê-la, realizou um percurso teórico investigando a identificação e a filiação na obra freudiana. Assim, chegou a Narciso e Édipo enquanto importantes mitos tomados pela psicanálise freudiana como fundadores do “Eu”. E, em função de que estes revelam que o ego se constrói através do vínculo afetivo inicial entre a criança e seus pais, adentrou também nas relações entre alteridade, cultura e identificação. A análise destas relações levou à constatação de que a cultura castra, põe limites à pulsão. Portanto, que o humano, tal qual Freud nos apresentou, é condenado a carregar consigo a angústia da incompletude e do desconhecimento de si. Deste modo, este estudo chegou à clínica psicanalítica, partindo de seu aspecto crucial, a saber, a transferência, tendo sempre como fio condutor o conceito de identificação. Então, apresentou esta mesma clínica no que se refere à análise de crianças de um modo geral e a de crianças perfilhadas em adoção mais especificamente, utilizando como método de pesquisa o *Estudo de Caso Clínico*. Para a análise da questão da identificação na construção do eu da criança na filiação por adoção, expôs fragmentos do atendimento clínico de uma criança perfilhada por um casal que não a gerou biologicamente. Esses fragmentos foram interpretados à luz dos aportes teóricos aqui descritos. As considerações finais deste estudo de caso indicaram que, se o percurso identificatório pelo qual o ego se constrói é absolutamente singular por um lado, por outro há aspectos peculiares às questões da identificação na filiação por adoção. Sobretudo os que se referem à herança genética e à existência de outros pais com os quais também a criança se identifica e precisa elaborar sua filiação.

Palavras-Chave: Psicanálise, Identificação, Adoção.

ABSTRACT

XERFAN, C.C. **The identification in affiliation for adoption: a study in psychoanalytic clinics.** 2009.153f. Dissertation (Master's Degree) – Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pará, Belém, 2009.

This paper was born from the concerns due to hearings in psychoanalytic clinics and consists on a study about the child's identification with their parents in adoption affiliation. Aiming to understand it, a theoretical performance was set in place to investigate the identification and affiliation at Freudian work. Thus, it has reached Narcisus and Oedipus as important myths taken by Freudian psychoanalysis as establishers of "I". They have revealed that the ego is constructed through the initial affection bond between the children and their parents, also reaching the relationships between alterity, culture and identification. The analysis of these relationships has led to the determination that culture castrates and imposes limitations to compulsion. Thus, that the human, just like Freud has presented us, is condemned to carry on by himself the anguish of self incompleteness and unknown. Hence, this dissertation has come to the psychoanalytical clinics directly from transference as its crucial aspect taking as a leading guide the concept of identification. Then, it was presented these very clinics as for analysis of children in a general standard and the children in line for adoption more specifically, using as a research method the study of clinical cases. In order to analyze the matter of identification in the construction of "I" of the child in the affiliation through adoption, it has been exposed fragments of the clinical service of a child in line to a couple who has not biologically generated it. These fragments were interpreted under the light of the theoretical assumptions described here. The final considerations of such a case study have indicated that if the identification by which the ego is constructed is absolutely singular by one hand, by the other there are peculiar aspects concerning the identification through adoption. Particularly the ones that refer to the genetics inheritance and the existence of other parents with which the child also identifies and needs to elaborate its affiliation.

Key-words: Psychoanalysis. Identification. Adoption.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PASSOS DE UM PERCURSO: DA CLÍNICA À PESQUISA	11
--	----

1 SOBRE A IDENTIFICAÇÃO

1.1 O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD	19
1.2 IDENTIFICAÇÃO E COMPLEXO DE ÉDIPO: DOIS CONCEITOS ENTRELAÇADOS	25
1.3 A CONSTRUÇÃO DO EU NA PSICANÁLISE FREUDIANA	
1.3.1 A Identificação no Complexo de Édipo	29
1.3.2 Identificação e Narcisismo	40
1.3.3 Alteridade e Identificação	44
1.3.4 Cultura e Identificação	56

2 SOBRE A CLÍNICA

2.1 IDENTIFICAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS	60
2.2 A CLÍNICA ANALÍTICA COM CRIANÇAS	71
2.3 A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA	85

3 FRAGMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO

3.1 JADE: A CANÇÃO	
3.1.1 As queixas maternas	104
3.1.2 O conflito identificatório ancorado na cor	106
3.1.3 O anseio em atender ao desejo materno	112
3.1.4 O reconhecimento da diferença e a identificação pelo amor	115
3.1.5 O amor na transferência	116
3.1.6 Identificação e construção do eu	118
3.2 ESCUTANDO A MELODIA DO DISCURSO	120

CONCLUSÃO	139
-----------------	-----

REFERÊNCIAS	146
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

PASSOS DE UM PERCURSO: DA CLÍNICA À PESQUISA

A clínica analítica remete à escuta de uma filiação, pois o que nos desvela é sempre o infantil no analisando. Não a infância enquanto o relato de uma etapa cronológica, mas o infantil como o lugar do nascimento do eu e do desejo. Ou, como elabora Dolto (1980), no decurso do método de tudo dizer a quem tudo escuta, o analisando atravessa sua história em direção aos fundamentos organizadores de sua afetividade de menino ou menina de tenra idade.

Ainda que esta forma de escutar nos remeta sempre ao singular, aos poucos, muito lentamente, o exercício da clínica, como analista e como supervisora, com crianças adotadas, me foi delineando semelhanças e indicadores de um possível entrelaçamento entre o sofrimento único de cada um e a relação deste com sua filiação, na filiação por adoção.

A percepção, a ser tratada com extrema delicadeza, foi tomando forma, ganhou corpo e pediu espaço para se fazer ouvir e compreender com mais clareza por mim. Assim, surgiu o desejo de escrever este trabalho. E, ao buscar compreendê-lo, encontrei morada nas palavras de Mannoni (1982) quanto à exigência teórica que se impõe ao psicanalista na vivência de seu ofício.

Na opinião de Mannoni (1982), na clínica ensinada por Freud a ênfase não está no saber, mas na veracidade do dizer. Dizer que se dirige ao analista, a quem cabe, segundo a autora, uma atitude de reinventar-se com cada paciente, no sentido de encontrar, com este, as palavras com as quais falar. Palavras que o analista encontrou ou reencontrou em sua própria análise e que lhe autorizaram um dizer junto ao seu paciente, dizer, porém, do qual algo lhe escapa. Este é um encontro que, se tem certo efeito de cura no paciente, tem também o efeito de suscitar algo no analista. Para Mannoni (1982), é justamente o que escapa ao analista que lhe faz uma exigência interior e o impele a realizar seu trabalho de elaboração teórica.

Diante de meu desejo ou exigência de trabalho, a forte questão que se colocou para mim foi como transformar a experiência clínica psicanalítica

em uma pesquisa acadêmica. Ou melhor, quais os limites entre o absolutamente único que emerge na clínica e aquilo que é passível de generalização exigido em uma pesquisa. Então, concluí que uma pesquisa em psicanálise nos solicita, ao detalhar o funcionamento psíquico individual, dispor de um conjunto de idéias que nos permitam compreender o funcionamento do psiquismo de um modo mais amplo. Deste modo, pensei na singularidade de um caso e, ao mesmo tempo, no que de sua articulação com conceitos pode surgir como coletivo.

Resolvi, assim, privilegiar o conceito de identificação por ser, na definição de Freud ([1921] 1990), a forma mais primitiva de laço amoroso do humano e ter um papel fundamental na construção do eu, uma vez que este contém a história de suas escolhas de objeto, dos investimentos que fez naqueles a quem amou e com os quais se identificou. Logo, se o ego é formado por identificações e se as primeiras delas ocorrem nas relações iniciais, filiação e identificação se articularam para mim como indissociadas em meu estudo.

Para a psicanálise, e aqui podemos encontrar referência em diversos autores (DOLTO, 1998; CECCARELLI, 2002; MELMAN, 2002; LEVINZON, 2004), toda filiação é sempre uma adoção, pois é preciso mais do que o biológico para se constituir a paternidade e a maternidade no humano, o qual para além do instinto, de natureza biológica, é constituído do que Freud ([1905]1990) denominou de pulsão, esta da ordem do desejo. Na definição de Melman (2002) para esta questão, todas as crianças precisam ser adotadas, pois somente o peso da carne não é suficiente para fundar a sua existência.

Entendo, porém, que, ao mesmo tempo em que o “peso da carne” não é suficiente para fundar a existência da criança, tampouco pode ser ignorado, pois marca uma diferença da qual precisamos também falar. Por isso, desejo com este trabalho refletir sobre as crianças cuja história de filiação por adoção é a forma legal ou social como foram perfilhadas, tomadas como filho por um casal que não as gerou biologicamente.

Esta forma de filiação traz especificidades, dentre as quais a mais evidenciada pelos autores psicanalistas que trabalham o tema da adoção (DOLTO, 1998; HAMAD, 2002; LEVINZON, 2004) diz respeito à necessidade de os pais elaborarem o luto pelas perdas referentes à paternidade e a

maternidade sem a gestação da mulher a partir da fecundação pelo sêmen paterno. Portanto, sem a possibilidade de transmissão da herança genética do par parental à criança.

As demais especificidades mencionadas parecem decorrer do modo como os pais lidam com estas perdas, como, por exemplo, a questão do segredo em torno da origem da criança que comparece com frequência nas filiações por adoção quando estes têm dificuldades em elaborar o luto por não terem gerado a criança. Além disso, ainda no que se refere à ausência da gestação na mãe adotiva, uma gravidez ocorre aproximadamente em um período regular de nove meses e esse tempo é de espera, expectativa e preparação para a chegada do filho. Enquanto na adoção, o tempo de espera é imprevisível, o que pode levar, algumas vezes, a um descompasso entre o tempo do desejo e o tempo da adoção.

Há, ainda, as questões que, mesmo não sendo específicas dos filhos adotivos, são vividas, nestes casos, permeadas pelas particularidades desta forma de filiação. Como a problemática edipiana em que pais e filhos, segundo Dolto (1998), não têm a “ajuda” de terem sido estas crianças um dia parte desses pais para se protegerem dos desejos incestuosos.

No contexto desta reflexão sobre o que é peculiar à filiação por adoção, é importante considerarmos a ressalva de Ceccarelli (2002, p. 07) quanto ao que diferencia os seres humanos entre si não estar pautado no modo de filiação, mas na particularidade do trajeto identificatório e nas escolhas de objeto de cada um. Segundo o autor, cada modo de filiação traz a sua própria configuração e angústia. Porém, em suas palavras: “do ponto de vista da constituição do psiquismo não existe, a priori, nenhuma evidência para dizer que um modelo é mais ou menos patogênico”.

De um modo geral, me parece que há e não há diferenças de acordo com as especificidades de uma ou outra forma de filiação. Há diferenças no que cada trajeto oportuniza no que se refere às identificações e escolhas objetais, mas não há no sentido do que este ou aquele modo de filiação podem produzir especificamente na constituição do eu. Sendo sempre, então, o único perigo em toda a forma de filiação o não ser ‘adotado’ como sujeito e permanecer no lugar do objeto. Assim, entendo que a questão parece não

residir na adoção em si, mas nas relações que pais e crianças vão estabelecer entre si a partir de sua relação com esta forma de filiação.

Neste sentido, Dolto (1980), para falar da relevância dos pais no psiquismo das crianças, utiliza o termo “neurose familiar” e esclarece que se deve olhar para este sem qualquer sentido pejorativo e muito menos hereditário, tomando-o apenas e tão somente em seu aspecto dinâmico. A autora segue afirmando que os pais e os filhos de tenra idade encontram-se indissociados pelas suas ressonâncias libidinais inconscientes.

Essas reflexões permitem delimitar este questionamento sobre a adoção, pensando-a sob o recorte de como se estabelece a dinâmica inconsciente entre pais e filhos em virtude dessa filiação. Mais especificamente, o problema desta pesquisa refere-se à identificação da criança com seus pais na filiação por adoção e a repercussão desta em sua constituição psíquica.

Segundo Mezan (2002), inicia-se uma pesquisa em psicanálise sempre a partir da escuta que nos revela uma “nota dissonante”, a impressão de que algo não se encaixa, não harmoniza na melodia do discurso. Para o autor, esse é o ponto de partida para qualquer interpretação psicanalítica, é o modo como se escuta a clínica. No caso da filiação por adoção, a “nota dissonante” parecia advir da discrepância entre a idealização em torno da adoção – imaginada como “receita de felicidade” para crianças que necessitam de um lar e casais que desejam filhos – e os relatos trazidos à clínica por crianças e pais adotivos repletos de sofrimento. Como pensar em feliz desenlace para o drama da carência de um lado e do desejo de perfilhar estas crianças de outro, diante da dor expressa no não conseguir sentir-se pai e/ou mãe e/ou no não conseguir sentir-se filho (a)?

Por este questionamento é possível perceber que na clínica transbordavam as questões identificatórias. Alguns casos permeados de muito mais identificação do que se podia ver ou admitir, outros onde a identificação emergia no decorrer do próprio atendimento clínico a partir do (re) conhecimento das questões que a estavam impedindo.

Penso que em toda forma de filiação a identificação é parte da trajetória de construção do eu e não pode ser imposta na forma de “solução mágica”, como presenciemos no discurso social sobre a filiação por adoção. Podemos dizer que este tema é, inúmeras vezes, apresentado de modo

apelativo como uma questão de humanidade, não no sentido do que nos torna humanos como tratado aqui, mas no sentido da solidariedade e da caridade. Sobre isso, concordo com Vilhena (2007) quanto ao fato de que não se pode perder a dimensão da solidariedade quando se vive em sociedade e se pensa naqueles menos favorecidos. Porém, também não se pode aprisionar uma criança à condição de ser o objeto da caridade alheia, reduzindo à necessidade aquele que somente o desejo pode humanizar.

Também Levinzon (2004) contribui ao debate afirmando que o desejo de ajudar não é suficiente quando se trata de adotar um ser humano, pois a experiência de filiação não se dá em um único momento ou com um único ato. Ao contrário, inclui vivências e emoções diversas pela vida inteira. Logo, é preciso desejar um filho, não o 'fazer o bem' no sentido de motivações altruístas como razão para adotar uma criança, a qual, por este motivo, passa a ter uma dívida de gratidão impagável com esses 'benfeitores', que a tomaram em adoção sem dizer ou implicar seu desejo por ela, mas para 'salvá-la'. A dívida é impagável por culpabilizar demasiadamente qualquer expressão de frustração ou agressividade do filho, bem como inviabilizar a possibilidade de uma identificação diante de tamanha perfeição, com esses que são 'tão bons'.

Levinzon (2004) nos lembra ainda que atribuir tudo o que acontece com uma pessoa ou família à condição de adotantes de pais e filhos é uma simplificação ingênua do psiquismo humano. Por outro lado, desconsiderar as diferenças específicas ou as angústias geradas pela situação de adoção implica em negar aspectos importantes, os quais podem influenciar o panorama individual e familiar.

Neste contexto, Hamad (2002, p.65) alerta sobre a repercussão de um estudo que se propõe a pensar sobre motivações, pulsão ou desejos inconscientes quanto à adoção, afirmando que o mesmo pode parecer chocante, pois, segundo o autor, "a adoção tem tal conotação de humanismo que o simples fato de imaginar motivações inconscientes – que não seriam nem humanas nem altruístas – ameaça suscitar a desaprovação". Na leitura dessa afirmativa nos deparamos com a importância de um estudo pautado no resgate da dimensão da singularidade neste encontro de pais e filhos adotantes, posição aqui demarcada. Nossa proposta foi, ainda, considerar a adoção sem ignorar ou superestimar seu papel no psiquismo dessas pessoas,

simplesmente tomando-a como um aspecto que faz parte de suas vidas e que, como tal, influencia em sua existência.

Aqui é válido lembrar que esta proposta de estudo nasce de uma clínica que considera cada elemento da família como único. E, a serviço deste, oferece-lhe a escuta dinâmica de seu inconsciente para que ele, então, possa fazer algo com *isso*. Retomemos, assim, às considerações de Freud ([1905 a]; [1913]1990) sobre os estudos que têm como berço a clínica psicanalítica. Segundo Freud ([1913]1990), na psicanálise tratamento e investigação coincidem. Creio que a referida afirmação é proveniente de ser uma dimensão essencial à prática analítica o desvelar constante do inconsciente. E é justamente no que se vai conseguindo avançar no domínio deste *desconhecido* é que o tratamento se produz.

Freud ([1913]1990), porém, alerta para o fato de que a técnica exigida pela análise opõe-se à requerida pela pesquisa, pois para que se apreenda o inconsciente é necessário que se avance sem qualquer intuito em vista que não seja a escuta dele próprio. Por outro lado, o interesse científico exige reunir a estrutura do caso e tentar prever seu progresso futuro. Daí porque faz a recomendação de que não se trabalhe cientificamente em um caso em andamento. Sobre este aspecto, Fédida (1991) referenda esta premissa freudiana ao enfatizar que no encontro com o paciente se privilegia o atendimento, nunca o caso. A relação de fala entre o analista e o analisando não se reduz em momento algum à função do caso.

Aliás, já Freud ([1893]1990), na discussão do caso de Fraulein Elisabeth Von R., apresentado nos “Estudos sobre a Histeria”, reconhece a estranheza que lhe causava a redação de um caso clínico, que mais lhe parecia um conto do que uma publicação científica (pelo menos de acordo com os parâmetros a que estava acostumado como médico). Porém, conclui que é a descrição pormenorizada dos processos psíquicos, tal qual é possível encontrar nas obras de ficção, aliado ao uso de algumas fórmulas psicológicas, que o ajudam a obter algum tipo de conhecimento sobre o curso de uma afecção.

Assim, o método dessa pesquisa não poderia ser outro senão o *Estudo de Caso Clínico*, metodologia instituída e utilizada por Freud no decorrer de toda a sua obra - logo, psicanalítica por excelência. Para a análise

da questão da identificação na construção do eu na filiação por adoção, trabalhei com fragmentos de um caso clínico atendido por mim em minha clínica particular. Os critérios para a escolha do caso foram o de ser a paciente perfilhada por um casal que não a gerou biologicamente, bem como de seu atendimento já estar encerrado e ter tido as sessões transcritas na ocasião em que ocorreu. Desta forma, as transcrições das sessões serviram como fonte deste estudo, sendo selecionados os trechos relevantes ao foco da análise, os quais foram interpretados à luz da teoria psicanalítica.

Em virtude de garantir a escuta analítica, não foram realizadas quaisquer anotações no decorrer das sessões, sendo as transcrições e observações referentes aos atendimentos efetuadas *a posteriori*. Aqui novamente seguindo uma recomendação expressa por Freud ([1912]1990), na qual sustenta que nem mesmo a intenção de publicar no futuro um estudo científico do caso justificaria tal procedimento. Freud ([1905a]1990) já afirmara anteriormente que, o registro do caso após as sessões e não durante as mesmas, ainda que não seja fonograficamente fiel, detém alto grau de fidedignidade, desde que nada de essencial tenha sido alterado nele.

Vale lembrar também que a questão do sigilo em relação ao caso clínico é uma das mais delicadas com o que o analista deve se deparar ao pensar na divulgação de seu estudo, levando Freud ([1905a]1990), nas notas preliminares que escreve sobre o caso Dora, texto no qual trata justamente das dificuldades concernentes a um Estudo de Caso Clínico Psicanalítico, a afirmar que a publicação de seus casos clínicos continuava a ser para ele um problema de difícil solução. Afinal, além das questões técnicas, implicava também em revelar intimidades e denunciar segredos, cabendo ao médico, então, o ônus e a responsabilidade de resguardar a identidade dos pacientes, porém, sem abrir mão de seu compromisso com a ciência e com todas as demais pessoas que podem vir a se beneficiar do trabalho acadêmico. Com esse trilhar pela letra freudiana, concluí que o analista assume deveres com cada paciente, mas também com a ciência, os quais, em última análise, significam seus deveres para com os muitos pacientes que sofrem ou poderão vir um dia a sofrer em virtude daquilo que hoje estudamos. Por isso não devemos recusar esta tarefa.

Não me recusei. Mais do que isso, não me foi possível recusar. E, deste modo, nos encontramos aqui diante da história de Jade¹ com tudo o que esta me suscitou e passou a exigir enquanto trabalho de elaboração teórica. Pois, sem dúvida não podemos nos furtar à evidência de que nosso objeto de estudo diz sempre mais sobre nós do que somos capazes de perceber. Assim sendo, o mesmo se pode dizer da escolha do caso clínico, o qual, para além dos critérios objetivos já acima descritos, mobilizou em mim algo da contratransferência que compareceu em meu desejo de escrever a respeito dele. E que aqui se revela uma vez mais na conotação de preciosidade implícita na escolha do nome com o qual apresento a criança neste estudo.

Sobre este aspecto, Fédida (1991) nos interroga se os casos de análise não seriam para o analista durante toda sua vida os motores de sua própria análise interminável. E relembra a importância de refletir um caso a partir da *psicopatologia da contratransferência*, pois é preciso ter clareza da aliança psicopatológica que sustenta a tomada em mãos do tratamento psicanalítico.

Neste estudo, o conceito de identificação em psicanálise é o que norteia a compreensão dos fragmentos clínicos. Assim, o primeiro capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre o referido conceito e suas articulações com o Narcisismo, o complexo de Édipo e os campos da alteridade e da cultura. O segundo capítulo versa sobre a clínica. Inicia com a análise das identificações nas transferências, segue abordando a clínica com crianças de um modo geral e, depois, mais especificamente, a filiação por adoção na clínica psicanalítica. O terceiro capítulo traz a história de Jade, tal qual me foi possível vislumbrar em seu atendimento. São apresentados fragmentos de sessões do trabalho realizado com esta menina negra, na ocasião com onze anos, filha adotiva de Fabiana – sua mãe branca. As questões identificatórias que perpassam a relação e os vínculos de Fabiana e Jade com a maternidade e com a filiação por adoção, respectivamente, são

¹ Todos os nomes apresentados tanto no relato clínico quanto nos demais exemplos no decorrer do texto foram alterados com o intuito de resguardar qualquer possibilidade de identificação dos sujeitos envolvidos. Convém ainda esclarecer, no que se refere ao material clínico a ser apresentado, que o caso mencionado neste trabalho conta com a assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e que a realização do trabalho foi aprovada na avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará - UFPA.

analisadas considerando-se os aportes teóricos apresentados nos capítulos um e dois.

As considerações finais deste estudo de caso nos indicam com clareza que, se o percurso identificatório pelo qual o ego se constitui é absolutamente singular por um lado, por outro há aspectos peculiares às questões da identificação na filiação por adoção. Sobretudo os que se referem à herança genética e à existência de outros pais com os quais também a criança se identifica e precisa elaborar sua filiação para poder “se achar”, como tão bem nos ensina Jade.

Assim, estão delimitados os fios condutores deste percurso clínico-teórico no qual, por me ater com minúcia aos detalhes de um caso em particular e teorizá-lo, tenho o desejo de que este possa vir a ser esclarecedor sobre tantos outros, sem, no entanto, obviamente, pretender esgotar o assunto estudado. Iniciemos, pois, a partir de agora juntos, esta jornada.

1 SOBRE A IDENTIFICAÇÃO

1.1 O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD

Muito da composição conceitual da psicanálise, ou pelo menos do esboço ou da semente de seus conceitos, passou pela correspondência de Freud com alguns privilegiados interlocutores, dentre os quais se destaca, particularmente, Wilhelm Fliess. Amigo e confidente de Freud, Fliess teve um importante papel na edificação da psicanálise por ter sido o ouvinte que permitiu a Freud elaborar seus pensamentos, construir e “desconstruir” suas idéias, ir e voltar o quanto necessitasse em seu processo de criação.

Nesse contexto, um dos momentos cruciais de constituição do alicerce da psicanálise é o instante no qual Freud ([1897]1990) abandona sua “Teoria da Sedução”, também denominada de “Neurótica” por se tratar de sua tese inicial sobre a etiologia das neuroses. A Teoria das neuroses de Freud tomava, até então, a sedução como um evento real ocorrido na infância dos neuróticos e vivido como traumático *a posteriori*, por ocasião da puberdade, momento em que Freud, ainda aqui, considerava o início da existência da sexualidade no humano.

Na carta 69 que escreve a Fliess, Freud ([1897]1990) afirma não crer mais em sua “Neurótica”, pois diante de sua auto-análise e da clínica não se sustentava sua hipótese de uma sedução real ocorrida com ele próprio e com todos os seus pacientes como fator desencadeante das neuroses. A sedução não era real, mas, ainda assim, estava lá, levando Freud ([1897]1990), então, a postular o conceito de fantasia e a atribuir a mesma o estatuto de cena do inconsciente. Esta virada no pensamento freudiano, que se desprende cada vez mais da realidade em direção à cena psíquica, o leva a iniciar suas reflexões sobre a identificação.

Como ressaltam Roudinesco & Plon (1998), no momento em que começa a questionar a Teoria da Sedução, Freud envia a Fliess um manuscrito², no qual evoca a pluralidade das personas psíquicas e assinala que a legitimidade de tal concepção sustenta-se em virtude da identificação. Esta, na definição de Laplanche & Pontalis (1988, p. 296), aparece do seguinte modo:

O conceito de identificação assumiu progressivamente na obra de Freud o valor central que faz dela, mais do que um mecanismo psicológico entre outros, a operação pela qual o indivíduo humano se constitui. Esta evolução é principalmente correlativa da colocação em primeiro plano do complexo de Édipo nos seus efeitos estruturais, e também da remodelação introduzida pela segunda teoria do aparelho psíquico, em que as instâncias que se diferenciam a partir do id são especificadas pelas identificações de que derivam.

Partindo dessa conceituação, seguiremos uma breve incursão na obra de Freud que iniciará no texto da Interpretação dos Sonhos – para muitos psicanalistas, considerado a obra inaugural da psicanálise –, rastreando o conceito de identificação, entrelaçado às menções sobre o complexo de Édipo e sobre a segunda concepção do aparelho psíquico de que nos falam Laplanche & Pontalis (1988). Nosso intuito aqui será o de compreender o valor central da identificação para a psicanálise enquanto a operação pela qual o ego se constrói.

Na obra “A Interpretação dos Sonhos”, Freud ([1900]1990) produz seu conceito de inconsciente e elege o sonho como a via régia de acesso ao mesmo. Este texto contém, em sua primeira parte, uma análise elaborada da

² Manuscrito L, de 02/05/1897.

comoção da platéia em torno do Édipo Rei, de Sófocles, seguida da afirmação e posterior argumentação de que Hamlet, de Shakespeare, “tem suas raízes no mesmo solo que *Oedipus Rex*” (p.259), ainda que, com o avanço da civilização, esta comoção se apresentasse menos explícita, já sob maior poder do recalçamento. Eis as palavras de Freud ([1900]1990, p. 257-258) que nos remetem à identificação do público com o Édipo:

Deve haver algo que faz uma voz dentro de nós ficar pronta a reconhecer a força compulsiva do destino no Oedipus... Seu destino comove-nos apenas porque poderia ter sido o nosso... É destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e desejo assassino para nosso pai... Enquanto traz à luz, à medida que desvenda o passado, a culpa de Édipo, o poeta nos compele, ao mesmo tempo, a reconhecer nossa própria alma secreta, onde esses mesmos impulsos, embora suprimidos, ainda podem ser encontrados... Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos repugnantes à moral, que nos foram impostos pela natureza; e após sua revelação, é bem possível que todos busquemos fechar os olhos às cenas de nossa infância.

É nesta obra ainda que, segundo Roudinesco & Plon (1998), o conceito de identificação começa a receber um tratamento teórico, pensado a partir de um fragmento clínico, o “sonho da bela açougueira”. Neste, a jovem, segundo Freud ([1900]1990), sonha que acontece consigo aquilo que deseja que ocorra com sua amiga, em virtude de identificar-se com a mesma. A partir de então, o conceito vai ser desenvolvido no decorrer da obra até chegar ao estatuto central que passa a ocupar na formação do eu.

Ainda seguindo nossa incursão nos textos freudianos, vemos que na análise da biografia de ‘Da Vinci’, Freud ([1910]1990) interpreta a homossexualidade de Leonardo como efeito de uma identificação com sua mãe. Segundo Freud ([1910]1990, p. 92), o menino reprime seu amor pela mãe e o substitui por uma identificação com esta. Coloca-se no lugar da mãe e escolhe como parceiros sexuais figuras substitutivas dele próprio na infância: “meninos que ele ama da maneira que sua mãe o amava quando era ele uma criança”, o que caracteriza sua escolha de objeto de amor como narcísica.

A noção de identificação também é esboçada em Totem e Tabu ([1913a]1990). Desta feita, como a raiz do sentimento do clã. O totem é o pai morto representando a lei e o ideal para os irmãos. A submissão a uma mesma lei e a eleição de um só ideal sustenta a identificação destes entre si como

membros do clã. Neste texto, Freud ([1913a]1990), ao se referir ao tabu que o totem representa e que todos respeitam, inaugura sua reflexão sobre a transmissão de conteúdos psíquicos que ocorrem de uma geração à outra. Faz, então, uma distinção entre a transmissão que se dá por identificação da criança aos seus pais e a transmissão do que se refere à pré-história de seus ancestrais, incluindo-se nesta tudo aquilo que não foi elaborado. Logo, ao propor a transmissão de conteúdos que não puderam ser elaborados nas gerações precedentes, Freud ([1913a]1990) indica que o traumático pode permanecer repetindo-se de geração em geração.

A Identificação também é abordada por Freud ([1914]1990, p. 107) no texto sobre o Narcisismo para se referir à escolha de objeto do tipo anaclítico, na qual o sujeito faz sua escolha tomando como modelo, em função de uma identificação, o modelo parental. Neste caso, escolhe como objeto amoroso figurativamente “a mulher que alimenta” ou “o homem que protege”, como substitutos ou derivados dos pais que outrora lhe forneceram cuidados e segurança. Ainda neste texto, Freud ([1914]1990) afirma que, para manter o narcisismo, a criança em seu percurso de desenvolvimento constitui para si um ideal do eu, cujo modelo lhe é fornecido pelas pessoas que lhe são significativas afetivamente em seu meio. Neste caso, apesar de não se referir diretamente à identificação no texto, ela encontra-se implícita na forma como ele descreve a formação do ideal do eu.

Com efeito, Freud ([1914]1990, p. 108) nos ensina que o bebê ao nascer é investido narcisicamente por seus pais, os quais o colocam como “o centro e o âmago da criação – Sua Majestade o Bebê”. Constitui-se, assim, o eu ideal do bebê nesta primeira identificação com a imagem que lhe é fornecida por seus pais. Neste momento, por identificar-se com a representação de perfeição idealizada dos pais, o bebê nada precisa fazer para ser amado. À medida que vai crescendo, vê-se perturbado pelas correções e repreensões de seus pais e de outros a quem ama, bem como começa a avaliar a si próprio. Então, não podendo mais reter a perfeição narcísica de outrora, luta para recuperá-la, erigindo para si um ideal de eu, aquele que vai buscar ser para se fazer amado e, assim, preservar o narcisismo. Logo, podemos compreender que esse ideal de eu inicialmente é composto a partir

de suas identificações com o desejo de seus pais e, posteriormente, dos outros em relação a si.

No texto “Luto e Melancolia”, Freud ([1917]1990) aponta, nos estados melancólicos, uma identificação do ego com o objeto perdido, levando o sujeito à depreciação, à crítica e à censura – na verdade, dirigidas como forma de vingança ao objeto que foi incorporado. É a melancolia que permite Freud ([1917]1990) compreender o narcisismo e formular o conceito de identificação, pois é condição à ocorrência desta patologia uma identificação narcísica com o objeto. A ligação narcísica com o objeto faz com que o melancólico não aceite a sua perda e, diante dela, o objeto é, então, incorporado ao eu, colocado para dentro do corpo pela identificação. O objeto, agora considerado ‘mau’, passa a fazer parte do eu. Logo, para atacar o objeto ‘mau’, o melancólico ataca o próprio eu, tornando-se auto-destrutivo. Em virtude da identificação, ao tentar punir o objeto perdido, pune a si próprio.

Já no texto “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, Freud ([1921]1990) dedica-se ao conceito de identificação propriamente dito e o postula como a mais primitiva expressão de um laço emocional com outra pessoa. Afirma também que a identificação procura moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto de um outro ego que foi tomado por ela como modelo.

Neste texto, Freud ([1921]1990) distingue três tipos de identificação. O primeiro refere-se ao modo de relação com o objeto no estágio oral: a incorporação, o qual é proveniente de uma identificação com o mesmo. O bebê deseja incorporar a mãe a si, daí Freud ([1921]1990) afirmar que a identificação tem um papel na história primitiva do Complexo de Édipo³. O segundo tipo descrito por Freud ([1921]1990) é a identificação regressiva, que consiste em tomar para si um sintoma da pessoa amada. Esse é o modelo de identificação histórica, no qual a identificação com um traço da pessoa eleita como objeto toma o lugar da escolha de objeto⁴. E, por fim, o terceiro tipo, o mais próximo ao título do ensaio em questão, a identificação das massas com o seu

³ Esse tipo de identificação já tem seu esboço lançado no texto dos Três Ensaio sobre a Sexualidade, quando Freud ([1905]1990) define o estágio oral.

⁴ Aqui também, ainda que não conceituada, a identificação já havia sido apresentada de modo descritivo no caso Dora, como menciona Freud ([1921]1990), a título de exemplo, no texto em questão.

condutor, ocorre por este ter sido instalado na posição de ideal do eu por cada um dos participantes da comunidade, levando-os a identificarem-se entre si por possuírem o mesmo ideal do líder que tomaram como modelo.

Com isso, no mesmo capítulo dedicado à identificação, Freud ([1921]1990, p.138) retoma o tema do ideal do ego com o seguinte comentário:

A essa instância chamamos de 'ideal do ego' e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão. Dissemos que ele é o herdeiro do narcisismo original em que o ego infantil desfrutava de auto-suficiência; gradualmente reúne, das influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais este não pode sempre estar à altura; de maneira que um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal do ego que se diferenciou do ego.

Posteriormente, em "O Ego e o Id", Freud ([1923]1990) estabelece que o ego desenvolveu-se do núcleo do id inconsciente. Explica que na fase oral mais primitiva o investimento no objeto e a identificação ainda não se distinguem. Quando, posteriormente, esta distinção ocorre, fica evidente que as tendências eróticas em direção ao objeto são oriundas do id, e o ego se submete a elas ou tenta reprimi-las. Ao abandono do objeto sexual segue-se uma alteração do ego que incorpora o objeto a si pela via da identificação. Esta identificação com o objeto que o id deseja é uma tentativa do ego de obter controle sobre o id ao impor-se como seu objeto de amor. O processo como um todo corresponde a uma dessexualização e abre caminho à sublimação.

Freud ([1923]1990) demarca, então, que os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais remota infância serão gerais e duradouros. Aborda, ainda, a origem do ideal do ego, afirmando que por trás dele encontra-se a primeira e mais importante identificação de um indivíduo: a sua identificação com o pai. E, em nota de rodapé, afirma que seria mais seguro afirmar 'com os pais' (o pai e a mãe). Coloca, ainda, que esta é uma identificação direta e imediata, mais primitiva do que qualquer investimento objetual, ainda que as escolhas objetuais relacionadas ao pai e à mãe encontrem seu desfecho numa identificação desse tipo e venham a reforçar a identificação primária. Assim, a primeira dessas identificações se comporta como uma

instância especial no ego, ainda que dele se mantenha a parte sob a forma de um superego. No dizer de Freud ([1923]1990, p. 64):

O superego deve sua posição especial no ego, ou em relação ao ego, a um fator que deve ser considerado sob dois aspectos: por um lado, ele foi a primeira identificação, uma identificação que se efetuou enquanto o ego ainda era fraco; por outro, é o herdeiro do complexo de Édipo e, assim, introduziu os objetos mais significativos no ego.

Freud ([1923]1990) vai além e afirma ser o superego derivado das primeiras ligações de objeto do id, colocando-o como representante de suas exigências pulsionais junto ao ego. Seguindo esta linha de pensamento, no ano seguinte, ao abordar a “Dissolução do Complexo de Édipo”, Freud ([1924]1990) articula a identificação à saída do conflito, afirmando que o investimento sexualizado nos pais é substituído por uma identificação com os mesmos.

Mais adiante, em “Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise”, Freud ([1933]1990) define a identificação como a ação de um ego assemelhar-se a outro ego em virtude de se comportar como este. Em parte por imitá-lo e em parte por assimilá-lo dentro de si. É interessante lembrar que neste mesmo texto, já em seus últimos anos de vida, Freud ([1933]1990) declara não estar de modo algum satisfeito com seus comentários sobre a identificação, mas que os dará como suficientes se deles seus interlocutores puderem depreender que a instalação do superego é um exemplo de identificação bem sucedida com a instância parental. Segue apontando, ainda, que a hipótese do superego realmente descreve uma relação estrutural e, por mais de uma vez, reafirma que sua origem reside na identificação com as imagos parentais. Freud ([1933]1990) assinala também que os pais seguem os preceitos de seu próprio superego ao educar seus filhos. Logo, o superego da criança é construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais, o qual foi construído, por sua vez, na identificação destes com seus próprios pais. Assim, o superego da criança encerra os mesmos conteúdos e julgamentos de valores que vêm se transmitindo de geração em geração, cabendo-lhe, portanto, a partir de sua constituição, zelar pela manutenção do ideal, por exercer as atribuições de auto-observação e consciência.

Vale lembrar que até “O Ego e o Id”, de 1923, estas funções destinadas ao superego ainda eram atribuídas ao Ideal do Ego, o qual

comparece até o referido texto como o precursor desta instância psíquica. Na verdade, parece que Freud precisou percorrer um longo caminho até chegar ao superego, pois podemos entrever sua essência já esboçada desde “A Interpretação dos Sonhos”, em 1900, sob o que chamou de censura.

A partir de nosso estudo sobre o conceito de identificação em Freud, entendemos que antes das primeiras identificações o que havia era o id, do qual o eu irá se constituir incorporando a si os objetos de desejo do mesmo. O eu, então modificado, se oferece a este como objeto de amor. O eu, assim, se desenvolve por incorporações sucessivas propiciadas pelas identificações e mediadas pelo controle e seleção do superego. Por tudo isso, podemos entrever como se encontram articulados os conceitos de identificação e complexo de Édipo na evolução do pensamento freudiano, relação sobre a qual, pela sua importância na construção da malha teórica da psicanálise, passaremos a nos debruçar um pouco mais a seguir.

1.2 IDENTIFICAÇÃO E COMPLEXO DE ÉDIPO: DOIS CONCEITOS ENTRELAÇADOS

O conceito de Identificação encontra-se intrinsecamente articulado à postulação do complexo de Édipo. Mesmo que não nomeada ainda, já era possível vislumbrar a vertente identificatória infiltrando-se na temática edipiana, uma vez que Freud ([1897]1990), ao enunciar o complexo de Édipo em carta a Fliess, o faz afirmando que o horror diante da peça “Édipo Rei”, de Sófocles, a força avassaladora da tragédia, residiria no reconhecimento, por cada um dos integrantes da platéia, em possuir os mesmos impulsos de Édipo. Deste modo, compreendemos que falar simultaneamente do que é da cultura e do que é de cada um só se torna possível a partir dos laços propiciados pela identificação.

Após um ano da morte de seu pai, Freud escreve a Fliess a carta 71 em que postula o complexo de Édipo e revela ter descoberto também em si os impulsos vislumbrados no protagonista da cena. Nos termos do próprio Freud ([1897]1990, p. 365):

Um único pensamento de valor genérico revelou-se a mim. Verifiquei, também no meu caso, o apaixonamento pela mãe e ciúmes pelo pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância

(...) Sendo assim, podemos entender a força avassaladora de *Oedipus Rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra sua pressuposição do destino. (...) Mas a lenda grega apreende uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da platéia foi um dia, em ponto menor ou em fantasia, exatamente um Édipo e cada pessoa retrocede horrorizada diante da realização de um sonho, aqui transposto para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa o seu estado infantil do seu estado atual.

Vemos, então, que ao enunciar o complexo de Édipo, Freud ([1897]1990) o faz explicitando o seu caráter universal, postulando-o como fantasia e articulando-o ao recalque. Deixa claro, ainda, que este é um tema que causa horror a todos e, por reconhecer o horror de sua descoberta, Freud ([1897]1990) a trata com muito cuidado, situando-a como uma fantasia, recalçada, universal e presente na cultura.

Segundo Mezan (1990), a cultura é um dos recursos de que Freud se utiliza para criar a psicanálise. Logo, no momento em que percebe em si a paixão pela mãe e os ciúmes que sente do pai, busca na cultura com quem se identificar e chega ao Édipo Rei, de Sófocles, e ao Hamlet, de Shakespeare. Para o autor, o recurso à Grécia clássica vem demonstrar a existência de conteúdos semelhantes em outro tempo e lugar e a elaboração do conceito no mito e na literatura evidencia o alcance universal de sua descoberta.⁵

É importante lembrar que essas idéias já vinham sendo intuídas na clínica e, a partir das observações de seus pacientes e da condução de suas análises, vão sendo amadurecidas. Podemos observar o início do processo que culminou na carta 72 quando, em carta anterior a Fliess (carta 69), Freud ([1897]1990) já questionava a validade de sua *Neurótica*. Duvidar de sua Teoria das Neuroses é o passo decisivo que abre caminho à postulação do complexo de Édipo, uma vez que esta aprisionava a origem da patologia à ocorrência de um evento real.

Através das cartas a Fliess é possível acompanhar a construção do pensamento freudiano, pois, ao justificar ao amigo o porquê de não mais crer em sua *Neurótica*, Freud ([1897]1990) já lança as bases para a dimensão que

⁵ Sobre a relação entre os elementos da cultura – de que Freud se apropria para enunciar o complexo de Édipo – e as identificações, Florence (1994, p.119) nos brinda com a seguinte reflexão: “É a dimensão histórica de cada um, muito concreta, que Freud atinge: se podemos fazer o espectador ficar emocionado e apaixonado por dramas e tragédias como *Édipo Rei* ou *Hamlet*, é porque as “compulsões” inconscientes, recalçadas, que aí ocorrem passam pelo jogo velado dos reconhecimentos, pelas identificações despertadas e negadas.

o conceito de fantasia passaria a ter para a psicanálise ao mencionar como inegável a comprovação de que no inconsciente não há indicações da realidade, de modo que não seria possível distinguir uma verdade de uma ficção afetivamente carregada. Assim, e em virtude também de sua auto-análise, Freud ([1897]1990) percebe que a sedução não era real, mas uma fantasia decorrente de impulsos edipianos. O passo seguinte parece advir da conclusão de que se as crianças podem fantasiar dessa forma é porque possuem uma sexualidade sim, tema que irá desenvolver em 1905, no texto “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, no qual não menciona o complexo de Édipo, mas que só pode ser escrito em função de sua descoberta.

A Teoria da Sedução impossibilitava o desenvolvimento do conceito, pois tomava a sexualidade no plano concreto e não no sentido fantasmático que passa a ter quando Freud a descobre em si e na cultura, e, desse modo, possibilita à psicanálise poder se referir simultaneamente à ordem do particular e do universal.

Assim, chegamos, pois, ao conceito do complexo de Édipo, o qual se encontra caracterizado por Roudinesco & Plon (1998, p. 166) nos termos a seguir:

O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo. Esta representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto. Chama-se Édipo à primeira representação, Édipo invertido à segunda e Édipo completo à mescla das duas. O complexo de Édipo aparece entre os três e os cinco anos. Seu declínio marca a entrada num período chamado de latência, e sua resolução após a puberdade concretiza-se num novo tipo de escolha de objeto.

Para Mezan (1990), o recurso à cultura diminui a culpabilidade da psicanálise em sua transgressão ao falar daquilo que é recalcado. Logo, Freud parece usar a identificação com a cultura para amenizar o impacto diante do horror de sua descoberta. Postula o Édipo já identificado ao personagem de Sófocles que viria a batizar o conceito. Inclusive porque, não podemos esquecer, seu enunciado tem implicações pessoais sobremaneira dolorosas ao seu criador. Na leitura das cartas a Fliess, é possível vislumbrar toda solidão e sofrimento de Freud ao reconhecer em si o desejo incestuoso em relação à

mãe e a rivalidade ciumenta dirigida ao pai. E, não por acaso, na carta 72, Freud ([1897]1990) retoma as explicações sobre a repressão, partindo das resistências observadas na análise de seus pacientes, expressas na infantilização dos mesmos para não se deparar com o material oculto. Mezan (1989) considera, então, que as duas cartas se completam.

Ainda Mezan (1989), em seu profundo mergulho nos escritos de Freud, demarca que o termo complexo de Édipo é introduzido na obra em 1910, no artigo “Sobre um tipo especial de Escolha de Objeto no Homem”. Neste texto, Freud ([1910]1990) afirma explicitamente que o Édipo ocorre na puberdade. Somente em 1919, com o artigo “Sobre a Psicogênese de um caso de Homossexualidade Feminina”, Freud ([1919]1990) pôde localizar o complexo de Édipo na época das primeiras fantasias – segundo ele, por volta dos dois anos de idade. E no texto de 1923, “O Ego e o Id” o conceito toma a feição mais próxima de seu significado definitivo na psicanálise. Durante todo esse período, porém, esteve sempre presente nas análises freudianas, mesmo que de forma esparsa, periférica e pouco reconhecida.

Segundo Mezan (1989), é o surgimento dos conceitos de narcisismo e identificação que levam o Édipo a um plano de maior destaque por viabilizarem a possibilidade de articulação deste à teoria das pulsões, como um entrelaçamento fundamental na construção da malha teórica da psicanálise. O autor destaca que no espaço de doze anos é possível assinalar a crescente importância que vai assumindo a problemática edipiana, sendo esta evolução paralela à do conceito de identificação, o qual retira a relação da criança com seus pais do ângulo exclusivo da escolha de objeto.

O tema do Édipo, então, ainda que compareça desde os primórdios da psicanálise, só receberá uma elaboração teórica mais definitiva na fase final da obra de Freud. Pois, como nos ensina Mezan (1989), é a elaboração do conceito de identificação que tornará possível reconhecer a ocorrência do complexo de Édipo na infância, tornando-o, assim, por sua função estruturante do eu, uma das pedras fundamentais no alicerce da teoria freudiana. Assim, passemos agora à compreensão da articulação entre identificação e Édipo na estruturação do ego.

1.3 A CONSTRUÇÃO DO EU NA PSICANÁLISE FREUDIANA

1.3.1 A Identificação no Complexo de Édipo

Sendo a identificação no Édipo a base da formação do eu, chegamos ao momento de refletir sobre o papel das relações iniciais com o pai e a mãe na construção do ego e em suas escolhas de objeto. Neste sentido, Freud ([1923]1990) afirma que na origem do ideal do eu reside uma identificação direta e imediata com o pai que se efetua mais primitivamente do que qualquer investimento objetal. E que as escolhas de objetos referentes ao primeiro período sexual, que são destinadas aos pais, encontram seu desfecho numa identificação que viria a reforçar esta identificação primária.

Assim, de início precisamos compreender que a passagem pelo Édipo reside numa gama de afetos complexos e ambivalentes das crianças em relação aos seus pais. Inicia com a identificação, o desejo de ser como o pai ou a mãe. Segue-se o desejo de tomar seu lugar junto ao progenitor de sexo oposto ao seu e, aqui, ao amor pelo progenitor do mesmo sexo⁶ soma-se a hostilidade e o ódio. Freud [(1921]1990, p. 133) afirma: “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto o desejo do afastamento de alguém”. Temos, então, que a criança rivaliza, não sem culpa, com aquele com quem se identifica pela posse daquele a quem deseja.

Caso o desejo se dirija ao progenitor de sexo oposto e a identificação ocorra com o progenitor de sexo biológico igual ao da criança, a escolha de objeto far-se-á no sentido heterossexual. Freud ([1923a]1990) a trata como a forma positiva do Complexo de Édipo por ser o modo como se apresenta na tragédia “Édipo Rei”, que batizou o conceito. Já no caso de que o desejo e a identificação se dêem de modo invertido (desejo pelo progenitor de mesmo sexo e identificação com o progenitor de sexo oposto), a escolha de objeto tomará a feição homossexual. Freud ([1923a]1990) denomina essa passagem pelo Édipo de forma negativa. No entanto, ao se referir ao que

⁶ O amor pelo progenitor do mesmo sexo é expresso na identificação, pois só se deseja ser ou tomar o lugar daqueles a quem se ama, como Freud ([1921]1990) tão bem aponta na metáfora com o canibal que só devora a quem gosta para incorporá-lo a si.

denominou de Édipo completo, afirma que este é sempre dúplice, positivo e negativo, devido à bissexualidade originalmente presente em cada criança. E afirma (1923a, p. 48): “É este elemento complicador introduzido pela bissexualidade que torna tão difícil obter uma visão clara dos fatos em vinculação com as primitivas escolhas de objeto e identificações, e ainda mais difícil descrevê-las inteligivelmente”.

Nesse contexto da bissexualidade, é preciso explicar que meninos e meninas iniciam sua primitiva história edipiana no seio materno. A pré-história do Complexo de Édipo inicia-se, então, nos cuidados maternos, descritos por Freud ([1905]1990), como investidos de sexualidade. Da sedução materna o ser humano não pode escapar em virtude de seu desamparo original, o qual o leva a depender de cuidados para sobreviver, cuidados estes geralmente efetuados pela mãe ou por quem quer que a substitua. Porém, continuam sendo ‘cuidados maternos’, pois são da ordem da maternagem. O que leva Freud ([1931]1990, p. 262-263) a afirmar que “as condições primárias para uma escolha de objeto são, naturalmente, as mesmas para todas as crianças”.

Segundo Freud ([1905]1990), a mãe, ao cuidar de seu bebê, o faz a partir de sua própria sexualidade, invadindo-o com palavras, toques e carícias que inscrevem o bebê no universo pulsional. O bebê descobre no seio materno um prazer para além da saciação da necessidade de nutrição. Esse prazer não tem uma função biológica. Apóia-se no biológico, mas vai além dele. É da ordem do desejo. Está no contato com a pele quente do colo materno, no olhar e na sucção do mamar o seio ou seu substituto. Assim, Freud ([1931;1940]1990) conclui que meninos e meninas têm como primeiro objeto de desejo a mãe.

Este é um período em que as crianças não se dão conta da divisão sexual. E seguem na vivência da bissexualidade até o momento em que percebem que o mundo está dividido em dois sexos, representando-os como fálicos (os seres possuidores do falo) e castrados (os seres privados do falo). Como o falo, cujo representante é o órgão genital masculino, é a referência para a distinção sexual efetuada pelas crianças, Freud denomina este período de fase fálica (FREUD, [1923a; 1940]1990).

Ao estabelecerem uma distinção sexual, as crianças perdem a vivência da bissexualidade e têm, então, a tarefa de se identificar com um ou

outro sexo. É o momento do complexo de Édipo, cujo núcleo reside no desejo por um dos genitores e identificação com o sexo oposto ao do seu desejo. Meninos e meninas descobrem a castração materna e, a partir da repercussão dessa descoberta em cada um, o Édipo diferencia-se em função dos gêneros. Logo, o que introduz as crianças ao centro do conflito edípico é o que Freud ([1923a]1990) denominou de complexo de castração, o qual se refere à fantasia de perda do genital masculino e tem estreita relação com a primazia atribuída a este quando da descoberta da diferença anatômica entre os sexos.

No menino, a descoberta da castração materna o leva a temer que algo semelhante lhe aconteça como uma punição paterna em virtude de seu desejo em ocupar o lugar do pai no leito materno. Ao ver o corpo feminino, que em tudo o mais se assemelha ao seu exceto pela ausência do pênis, pode vislumbrar a castração como uma possibilidade concreta, ao que se soma o fato de já haver vivido outras perdas – no caso, o seio materno e as fezes (que tomava como uma produção sua da qual tinha que se desfazer). Então, com receio de que a castração seja aplicada a si, ele abandona o desejo pela mãe e preserva sua anatomia. Faz, portanto, uma escolha narcísica. Nesse momento, o menino identifica-se com os atributos masculinos do pai - com os quais este conquistou sua mãe - e introjeta a lei paterna de proibição ao incesto, a qual formará o núcleo do superego que perpetuará a lei em si (FREUD, [1924]1990).

Freud ([1923]1990) já alertara para o duplo aspecto da formação do superego, pois, ao mesmo tempo em que ela compreende um aspecto de identificação, compreende também um aspecto de proibição: 'cabe ao menino ser assim' (como o pai), mas não pode ser assim (como seu pai), pois lhe é vetado fazer o que ele faz. Certas coisas são prerrogativas paternas. Esse duplo semblante se deve ao fato do superego ter a missão de reprimir o complexo de Édipo e, em verdade, dever a ele sua existência.

Na menina, a descoberta da castração materna a faz se dar conta de sua própria condição de castrada. Ela, então, se ressentida com a mãe, a quem atribui a responsabilidade por sua ausência de falo, a abandona como objeto e inicia o Édipo com o pai, aquele que possui o que lhe falta. Daí Freud ([1924]1990) afirmar que a menina não teme a castração, pois a aceita como um fato consumado, o que a leva também a não ter um motivo imediato para o estabelecimento de um superego e a interrupção da organização genital

infantil. Afirma ainda que, na menina, o que parece imperar é o medo da perda do amor, sendo este fator, oriundo do exterior, o que impelirá a formação do superego feminino.

Vemos, então, em Freud ([1924]1990) que, no ponto aonde o Édipo do menino se resolve, formando o núcleo do superego, o da menina se inicia com o pai, invade o período de latência e vai sendo gradativamente abandonado à medida que esta compreende a impossibilidade da realização de seu desejo. Resta-lhe, no entanto, como herança da vivência edipiana, um desejo inconsciente de ter um filho. Desejo inicialmente dirigido ao pai e depois ao homem eleito para substituí-lo. A menina neste percurso, ao mesmo tempo em que rivaliza com a mãe pela atenção paterna, busca na mesma a identificação com o feminino, pois a mãe através de seus atributos conquistou o pai. Logo, é com ela que a menina vai apreender o que é ser mulher. Os sentimentos são ambivalentes: lado a lado coexistem a rivalidade ciumenta e o amor que foi despertado nos cuidados maternos.

Freud ([1931]1990) aprofunda as questões sobre a sexualidade feminina exatamente a partir do momento em que o Édipo da menina lhe impõe a troca de seu objeto original – a mãe – pelo pai. E conclui que a intensa ligação da mulher com seu pai é herança de uma relação igualmente forte com sua mãe, a qual é mais primitiva e lhe é primordial por um período relativamente longo.

Com este percurso Freud ([1931]1990) entende que o Édipo feminino é um processo bastante demorado e apresenta em seu período pré-edipiano de ligação exclusiva à mãe uma importância bem maior do que tem nos homens. E nos diz, então, que a disposição inata à bissexualidade presente em todos os seres humanos, comparece com muito mais clareza nas mulheres do que nos homens, em virtude do que no Édipo feminino a ambivalência comparece de modo mais intenso do que no masculino.

Por tudo isso, Freud ([1931]1990) descarta qualquer possibilidade de um paralelismo nítido entre o desenvolvimento sexual masculino e o feminino. Reafirma que o Édipo feminino não é destruído pelo temor à castração. Ao contrário, é desencadeado por sua descoberta. E conclui que a ausência deste forte motivo para a dissolução de seu Édipo, leva as mulheres a ter maior dificuldade em resolvê-lo e até, com frequência, não conseguir jamais superá-

lo. Sobre a distinção entre o complexo de castração e o Édipo dos meninos e das meninas, tomemos estas palavras de Freud ([1923a]1990, p. 318-319):

A respeito da relação existente entre os complexos de Édipo e de castração, existe um contraste fundamental entre os dois sexos. Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido pelo complexo de castração. Essa contradição se esclarece se refletirmos que o complexo de castração sempre opera no sentido implícito em seu conteúdo: ele inibe e limita a masculinidade e incentiva a feminilidade. A diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino no estágio em que estivermos considerando é uma consequência inteligível da distinção anatômica entre seus órgãos genitais e da situação psíquica aí envolvida; corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada.

Ceccarelli (1999) toma este trecho para enfatizar que o texto freudiano aponta que existem diferenças psíquicas entre um sexo e outro. E ressalta que o estudo dos movimentos psíquicos que levam à diferenciação sexual coloca para a psicanálise a reflexão sobre as relações entre os processos identificatórios e a construção do sentimento de identidade sexual.⁷O referido autor ensina que anteriormente ao Édipo a criança já é capaz de distinguir os gêneros, porém não ainda com uma correspondência entre gênero e sexo. Logo, conclui que existem dois movimentos distintos que ocorrem em momentos diferentes: um é distinção dos gêneros e o outro a diferença dos sexos. Diz Ceccarelli (1999, p. 154-155):

A questão da distinção dos gêneros e da diferença dos sexos nos remete a duas modalidades identificatórias cuja distinção faz emergir duas problemáticas que frequentemente se superpõem, mas que devem ser tratadas separadamente: de um lado o sentimento imutável que se estabelece bem cedo e que constitui o núcleo mesmo da identidade de gênero. Tal sentimento se traduz por “eu sou menino” ou “eu sou menina”. Do outro lado, o sentimento que se traduz por “eu sou masculino” ou “eu sou feminina”, que se refere à masculinidade e à feminilidade, resultado de investimentos e identificações num corpo suporte de fantasmas marcando assim suas funções e seus desejos.

⁷ Para Ceccarelli (2008), o sentimento de pertencer ao gênero masculino ou feminino está intrinsecamente ligado à questão identitária e, ainda que não seja um conceito psicanalítico, o termo “identidade” é frequentemente utilizado na clínica. O autor alerta, porém, que em psicanálise a noção de identidade só pode ser pensada de maneira dinâmica por ser dependente dos processos identificatórios.

Entendemos, assim, que a aquisição do sentimento de masculinidade e feminilidade deriva das identificações e investimentos oriundos da passagem pelo complexo de Édipo. Até então, o contraste se estabelece entre 'ativo' e 'passivo', que pode ser descrito, segundo Freud ([1917a]1990), como o precursor da polaridade sexual masculino e feminino e que, após o estabelecimento desta, se solda a ela.

A construção do sentimento de masculinidade ou feminilidade depende, portanto, da situação edipiana a ser completada na puberdade. Sobre o que Freud ([1923a]1990) ensina que a antítese entre possuir um órgão genital masculino e ser castrado, na puberdade é substituída pela polaridade sexual masculino e feminino, na qual a masculinidade combina os fatores de sujeito, atividade e posse do pênis e a feminilidade encampa os de objeto e passividade, baseado na realidade material pênis/vagina, onde a vagina passa a ser valorizada como lugar de abrigo do pênis.

Segundo Freud ([1931]1990), faz parte do trabalho de toda criança dominar o mundo externo e ela realiza esta tarefa tentando produzir uma reação ativa às impressões passivas que lhe são oferecidas. Afirma, ainda, que estas reações deixam entrever a intensidade da masculinidade e feminilidade que a criança apresentará em sua sexualidade adulta⁸.

É válido ressaltar que as primeiras experiências sexuais – de amamentação e cuidados – são de caráter passivo para todos os bebês. Assim, quanto à sexualidade feminina, Freud ([1931]1990) ressalta que o início das sensações genitais da menina ocorre no toailete realizado pela mãe, sendo, portanto, esta quem introduz a filha na fase fálica. E, nesta fase, a menina transformará a experiência passiva dos cuidados de higiene em que sua vagina era manipulada pela mãe em impulsos ativos através da masturbação clitoridiana.

Logo, o afastamento da mãe em direção ao pai é para a menina algo mais do que a troca de objeto em si. Mas, corresponde também ao afastamento de um modo de satisfação ativo da libido (oriundo de sua relação com a mãe) em direção a um modo de satisfação passivo que marcará sua aproximação com o pai. A transição para o objeto paterno caminha, na

⁸ Freud ([1931]1990) faz questão de demarcar, no entanto, que a libido é uma só e o que varia é sua modalidade de satisfação que pode ser ativa ou passiva.

expressão de Freud ([1931]1990, p. 274) de “mãos dadas” com um acentuado rebaixamento dos impulsos sexuais ativos e uma ascensão dos passivos que se dá em virtude do afastamento da mãe e, com ele, o cessar da masturbação clitoridiana.

Como já visto aqui, o motivo para o afastamento da mãe surge do efeito do complexo de castração sobre a menina. As tendências ativas são abandonadas pela libido em virtude da intensidade da frustração sofrida diante do reconhecimento da castração. Freud ([1931]1990) ensina que, a partir daí, a sexualidade feminina pode tomar três caminhos: a paralisação de sua vida sexual, a ênfase excessiva e desafiadora em sua masculinidade ou os primeiros passos em direção à feminilidade definitiva. Em uma palavra, Freud ([1931]1990) nos diz que, para seguir o caminho do desenvolvimento de sua feminilidade, a menina precisa superar a ligação pré-edipiana com a mãe.

Dolto (1988) aponta importantes distinções sobre o desenrolar da luta contra a angústia de castração nos meninos e nas meninas, articuladas à atividade e passividade mencionadas por Freud ([1923a]1990) e seu ingresso no complexo de castração e no Édipo. A autora enfatiza que há diferença entre a angústia de castração e o complexo de castração. Dolto (1988) ensina que a angústia de castração se desenrola no ego. É, portanto, consciente. A criança tem consciência do mal estar que sente ante a descoberta da diferença dos sexos e das perguntas que se faz e aos adultos a partir disso e que impulsionam o seu desenvolvimento. Já o complexo de castração é um fenômeno inconsciente e vinculado ao Édipo e, por ser fonte de sofrimento à criança, conduz ao abandono momentâneo de seus interesses sexuais e ao ingresso no período de latência.

Nos meninos, diante da constatação da castração feminina, a posse do pênis passa a ser ainda mais valorizada e, como a sexualidade ainda é qualitativamente sádica, as manifestações de triunfo são ruidosas e exageradas: jogos barulhentos e brutais dentro de casa, corridas, incursões aventureiras, pedras atiradas o mais longe possível, fantasmas belicosos nas brincadeiras de soldados, índios, polícia, ladrão, mocinhos e bandidos, nas quais têm o poder de vida e morte sobre os capturados. No entanto, quer com tudo isso atrair a admiração materna, a qual tornará a inferioridade verdadeira em relação ao pai menos dolorosa (DOLTO, 1988).

Segundo Dolto (1988), o menino passa também aos poucos a excluir as meninas e as crianças menores de seu brincar e só admite em seu círculo quem considera semelhante a ele, isto é, aqueles capazes de mostrarem-se corajosos e dispostos a aventuras. É o período do “clube dos meninos”. Envolve-se, então, em acidentes (ferimentos, queimaduras, galos,...) como ônus de sua virilidade e, aos poucos, ciente de ser valorizado e admirado pela mãe, ingressa em um período cavalheiresco com esta como forma de tentar seduzi-la, o que vai aproximando-o cada vez mais dos fantasmas edípicos e da rivalidade declarada em direção ao pai. A culpabilidade do filho torna-se crescente e independe do exterior, pois agora estamos no âmbito do inconsciente.

A natureza erótica da ligação do menino com a mãe, comparece na curiosidade sexual que demonstra em relação a esta, expressa, por exemplo, em observá-la enquanto se arruma, troca de roupa ou até, se lhe for permitido, toma banho ou faz suas necessidades fisiológicas. O erotismo manifesta-se ainda no desejo constante de dormir na cama da mãe, o que lhe solicita utilizando-se dos mais variados pretextos e subterfúgios, quando não chora ou implora diretamente.

O menino quer substituir o pai, porém também o imita e almeja ser como ele, numa competição irreal pelo próprio fato do pai já haver sido escolhido pela mãe. Isso precisa ficar muito claro para a criança e a auxiliará a sair dessa situação angustiante. Conforme Dolto (1988, p. 82):

O rapaz renunciará mais facilmente à rivalidade com o pai quanto mais depressa se aperceber da inutilidade de seu comportamento; a ausência dessa garantia é uma fonte de angústia. Seja o que for que ele faça, a sua mãe ama-o em segundo lugar e permite-lhe que se dedique a outros objetos femininos. Se o rapaz liquida o seu complexo de Édipo, pode sentir-se orgulhoso, pelo contrário, de tudo o que conseguiu e faz com que se sinta parecido com o pai.

É fundamental também que a mãe não iniba a postura ativa do menino, comparando-o em sua preferência com as meninas ou os meninos mais passivos, ou lamentando que ele não seja mais um bebê ou permanecendo tratando-o como tal. Não deve a mãe se opor à afirmação exterior do que caracteriza um rapaz, como o vestuário menos elaborado e combinado do que o da moça ou o fazer xixi de pé, somente para citar alguns

exemplos. Tampouco pode a mãe ceder às chantagens e apelos do menino em relação à severidade paterna, interferindo em favor da criança e desautorizando a palavra do pai, pois neste caso triunfa o pequeno Édipo, mas este triunfo lhe é o fracasso, pois lhe retira a possibilidade de identificar-se com uma imagem forte e viril, a qual a mãe destruiu ao se aliar a ele em detrimento de seu pai. Cabe ao pai também não se deixar abater ou dominar pelos apelos maternos e/ou infantis e, sem violência ou humilhações, saber manter-se como modelo de lei e virilidade para seu filho. Assim, o menino aceitará a superioridade paterna na família, desinteressar-se-á pela vida conjugal de seus pais e pelo quarto dos mesmos e gradativamente aumentará seu interesse pelo mundo lá fora – a escola, os amigos, a família.

Na menina, a atitude é muito mais passiva do que no menino e, enquanto o menino busca o que deseja obter, a menina espera ardentemente que seu desejo se realize. Em suas fantasias já são atrizes, já se vêem ricas e famosas. Enquanto eles demarcam um percurso de lutas, batalhas e conquistas, elas já vão direto aos resultados. Além disso, a menina passa ainda por um período de exibicionismo, no qual sempre que tem a oportunidade levanta a saia, tira a roupa, se mostra nua, enfim. Parece querer ser admirada para poder identificar-se àqueles que a olham. É sua forma de negar a falta. (DOLTO, 1988).

A ameaça de castração não atinge a menina, pois a castração para ela já é uma realidade. Por isso, ensina Dolto (1988) que, enquanto o complexo de castração põe em perigo a sexualidade do rapaz, estimula, por sua vez, o progresso da sexualidade da moça. A menina não tem nada a perder. Pode, portanto, ir adiante. E a referida autora sintetiza afirmando que enquanto o rapaz nada tem a fazer quanto ao complexo de castração, a moça tem nele o que a define como mulher.

Assim, a menina utiliza sua libido na conquista dos conhecimentos das pessoas crescidas. Por isso, costumam mais cedo falar melhor e parecem mais amadurecidas do que os meninos. Para Dolto (1996), a ausência do pênis a faz desenvolver valores compensatórios e, além da linguagem bem articulada, exhibe vivacidade e destreza manual nas arrumações.

Percebendo que o pênis não irá crescer em si e que tampouco sua mãe o possui, a masturbação clitoridiana deixa de ser excitante e passa a ser a

recordação de uma inferioridade sem esperança, sendo, então, abandonada. O interesse antes dedicado ao clitóris desloca-se para o restante do rosto e do corpo e aparece o interesse acentuado por fitinhas, flores, laços e adornos diversos. Neste período, a menina descobre o receptáculo vaginal cuja bolsa de mão, que carrega cheia de apetrechos, simboliza. Enfeita-se inicialmente para admirar-se e logo passa a fazê-lo para buscar a admiração do homem que ela considera superior e atraente para sua mãe. É o início do Édipo (DOLTO, 1988).

A menina neste período brinca de boneca como se cuidasse de um bebê do qual ela própria é a mãe e, comumente, quando indagada, é capaz de afirmar que seu pai é o pai do bebê. Quanto a sua mãe, destina-lhe o papel da avó. Dolto (1996) observa que as bonecas são pequenos falos compensatórios aos quais as meninas gostam de oferecer mimos, roupas bonitas e observações educativas, imitando a mãe. Segundo a autora, o investimento fetichista nas bonecas acompanha a menina até a descoberta do vínculo sexual que une o pai à mãe, quando, então, a menina passa a valorizar os sentimentos e as relações emocionais com os meninos.

Então, pega as coisas de sua mãe para enfeitar-se mais. Mostra-se cada vez mais charmosa com o pai e tudo o que vem dele é-lhe de extrema sensibilidade. Mas a mãe é a mulher do pai e a menina é inferior a ela, o que ela precisa reconhecer para livrar-se da angústia de desejar usurpar-lhe o lugar. Ensina Dolto (1988, p. 101):

O complexo de Édipo é menos dramático na menina do que no rapaz, visto que, se a hostilidade em relação à mãe é grande, ela é mais surda, menos espetacular. Existem os fantasmas em que a menina “mata” a mãe, ou em que a “esmaga”; não faltam os conflitos familiares no decurso dos quais se mostra impertinente com a mãe e tenta comprometê-la em suas travessuras para suplantá-la abertamente na afeição do pai; mas apercebe-se de que, afinal de contas, o pai a recrimina por isso. E, menos déspota do que o rapaz, na fase de rivalidade edípica, a menina não está dotada, naturalmente, de uma agressividade empreendedora. Consegue, amiúde, renunciar à rivalidade edípica antes do período de latência, sem que se possa realmente dizer, por esse motivo, que tenha liquidado o seu complexo de Édipo; com efeito, pode muito bem manter-se em boa harmonia com a mãe, ainda que supervalorizando o pai, um pouco a maneira de uma amorosa que aguarda ardentemente a vinda daquele que ama, preparando-se para acolhê-lo.

Para que tudo se resolva, basta que o pai seja terno com sua filha, a valorize, mas lhe deixe claro quem é a sua mulher. Assim ele liberta a filha para criar amizades com rapazes sem demonstrar-lhe excessivos e neuróticos ciúmes por isso. Afinal, é da mãe dela que lhe cabe ocupar-se. Isso é o suficiente para que a filha passe do pai para um substituto, elaborando o Édipo.

Freud ([1924]1990) assinala que na dissolução do complexo de Édipo as tendências sexuais são em parte dessexualizadas e sublimadas e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição pelos pais.⁹

Segundo Dolto (1980), para auxiliar a criança nesta travessia é fundamental que os pais possam ser para ela uma presença sensata e estruturante, assegurando-lhe que seus desejos incestuosos não destroem a relação conjugal e que seus sentimentos hostis e ambivalentes não ameaçam o vínculo parental amoroso. Os pais não devem reagir à hostilidade da criança ou se deixar seduzir por ela. Quando isto ocorre, parece indicar que os pais deram à criança um lugar que não lhe caberia como filho. É preciso que se mantenham desejosos de um outro adulto e não da criança pela qual são responsáveis e, assim, a libertem para sair do conflito edipiano e constituir para si outras relações, pois a criança que não resolveu o Édipo permanece excessivamente dominada pelas emoções relativas ao seu relacionamento com os pais. A questão que se impõe é que a criança busca se identificar com o que os pais desejam para ela. Logo, se esses pais não desejarem para além dela,

⁹ Freud ([1917c]1990) alerta que o Édipo sofre intercorrências quando do nascimento de irmãos ou irmãs, ganhando os contornos mais volumosos de um complexo de família. A criança pode receber com muita raiva o novo integrante que chega e expressar verbalmente sua insatisfação e ciúme com mais facilidade do que seus sentimentos hostis decorrentes do complexo parental. Aumenta a concorrência pelos cuidados e carinhos da mãe e a criança, sentindo-se deixada em segundo plano, se ressentida e inicia um período de agressividade e/ou desavenças em casa. Também é comum apresentar comportamentos que já havia superado – tais como: fazer xixi e/ou cocô nas calças, voltar a pedir chupeta, mamadeira e/ou fralda, falar errado, chorar com frequência, não querer mais andar e exigir colo, entre outros – em uma atitude claramente competitiva em relação ao bebê. A rivalidade infantil entre irmãos, quando não elaborada, pode vir a se estender à vida adulta. Ou, por deslocamento, à medida que as crianças vão crescendo, chegar a diferentes desfechos, como: o menino tomar a irmã como objeto de um amor ciumentoso em substituição à mãe que o “traiu”; ou a menina eleger o irmão mais velho como substituto do pai que já não mantém por ela o interesse de seus anos iniciais; ou, ainda, a menina tomar uma irmã (ou irmão) mais nova (o) como o substituto da criança que desejou ter com o pai; e, por fim, os casos em que vários irmãos homens disputam a atenção de uma irmã menina ou, o contrário, várias irmãs mulheres enchendo de mimos e atenções o irmão do sexo masculino.

ela ficará aprisionada numa relação triangular. É a criança tomada como objeto a quem não é permitido o lugar de sujeito.

Por tudo o que até aqui foi descrito, entendemos que uma criança é adotada quando é reconhecida como sujeito. A adoção, assim compreendida, é o estabelecimento de um laço emocional que lhe forneça a possibilidade de encontrar uma identificação e o seu narcisismo. Pois é a partir dessa fantasia identificatória de ser o mesmo ou como o outro que é possível diferenciar-se.

Neste ponto adentramos no terreno anterior ao Édipo, o campo da constituição do narcisismo. Podemos dizer, inclusive, que o Édipo é o que possibilita a saída do narcisismo alienante e ensimesmado e obriga o ingresso na diferenciação que caracteriza a singularidade. Logo, entendemos que as duas estruturas – Narciso e Édipo – são igualmente primordiais para pensarmos a construção do eu em psicanálise.

O nascimento da criança, para além de sua chegada ao mundo, inicia com o investimento narcísico que os pais fazem em seu bebê, o qual depende necessariamente da passagem desses pais pelo Édipo. Isso evidencia o caráter circular que permeia os dois conceitos e justifica a opção que aqui fizemos de iniciar pelo Édipo e posteriormente apresentarmos o narcisismo, o que faremos a partir de agora.

1.3.2 Identificação e Narcisismo

Ao nascer, o bebê humano não sobrevive sozinho. Depende de um outro que cuide dele, o atenda em suas necessidades. Esse outro, a mãe ou quem exerça os cuidados maternos para o bebê, o retira, então, do que Freud ([1895]1990) definiu como um estado de desamparo. A mãe investe sua energia e seu afeto nos cuidados com o bebê em virtude de seu desejo por ele, o qual é oriundo de suas vivências edípicas. É esse desejo que a faz, por um período, fundir-se com o seu objeto amoroso – o filho – e poder nomear seu choro e suas expressões, atribuir-lhes significado e atendê-lo. É ele próprio, segundo Freud ([1914]1990), resquício de seu narcisismo infantil renascido no amor objetal.

Freud ([1914]1990) definiu o amor da mãe pelo bebê como um tipo especial de escolha de objeto narcísica: o amor do eu pelo que um dia fez

parte de si mesmo. É um amor misturado, indiferenciado, no qual não se distinguem o amor por si mesmo do amor por aquilo que fez parte de si. Como entendemos por Narcisismo o investimento da libido no próprio eu, este é um amor narcísico, pois o eu não se distingue de seu objeto, toma-o, ainda, como parte de si. Isso leva o bebê, por sua vez, a tomar também a mãe como parte de si e não como um objeto amoroso diferenciado, outro, não-eu. Assim, constitui-se para a criança a vivência do narcisismo primário, que é o investimento originário da libido no eu sem relação de objeto.

Porém, essa mãe tem um limite, o de sua castração, que faz com que a falta compareça na sua relação com o bebê e ela então se volte para o homem com quem desejou ter esse filho. E a percepção da falta na mãe, ou seja, de que a mãe deseja além dela, deseja seu pai, faz a criança desejar ser aquele que preenche a falta materna e retomar a anterior completude.

Logo, entendemos que cabe ao pai romper a unidade indiferenciada mãe-bebê. É ele quem lembra à mãe que há vida fora dos domínios do quarto do bebê, é ele quem lembra à mãe de que este filho é fruto de seu desejo por ela e do dela por ele. Enfim, ele lembra à mãe de que a criança tem também um pai. A mãe permanece amorosa e cuidadosa com seu bebê, mas o bebê já não é mais o único em seu desejo.

Para a psicanálise, o que todos desejamos é o narcisismo perdido, que se perde com a entrada do pai quando se funda o Édipo. O narcisismo primário é a vivência de completude onde *o dois é igual a um*. Nesse sentido, o narcisismo do bebê é a revivescência do narcisismo dos pais que o desejaram. E de onde vem esse desejo? De sua própria castração, da vivência de seu Édipo que transformou o *um em três*.

Viviani (2002) nos chama atenção para o fato de que é justamente a entrada do pai, convocado pelo desejo da mãe que não foi preenchido pelo bebê, que vai fazer com que o filho possa se contar como *um* na relação, separar-se da mãe e valer como uma unidade, uma singularidade. O pai revela o engano e mostra que onde aparentemente havia um na verdade existiam dois.

Com a “descoberta” do “objeto mãe” pelo bebê, uma parte da libido que era toda ela investida no eu passa a ser direcionada aos objetos, mas tem ainda a plasticidade de poder ser retirada deles e reinvestida no eu. Tal

movimento, Freud ([1914]1990) denominou narcisismo secundário, o qual nada mais é do que a eterna busca do desejo de completude humano, o desejo de voltar ao narcisismo original sem a dependência do objeto.

Em seu estudo sobre o narcisismo, Freud ([1914]1990) constata ainda a existência de uma oposição entre a libido do eu e a libido do objeto, pois quanto mais se investe no eu, mas se esvazia a relação com os objetos e quanto mais se investe nos objetos menos sobra para o eu. Então, temos que todo investimento objetal acarreta uma redução de investimento no eu.

Somente ao nascer o bebê tem disponível para si todo o seu reservatório de energia psíquica, pois desconhece a existência do objeto, o que o deixa em um estado de plenitude narcísica. Mas lembremos que foi por não conseguir desviar o olhar da própria imagem que Narciso afogou-se no lago, afogou-se em seu olhar, afogou-se em si mesmo. Assim, se a vivência do narcisismo é crucial à estruturação psíquica do bebê, é igualmente fundamental que este possa “emergir” dela, pois a plenitude é paralisante. O que movimenta o ser humano é a descoberta de que algo lhe falta, a mãe lhe falta, pois a mãe não é dele e, sobretudo, não é ele. Isto leva Barros (1991, p. 06) a afirmar que “Édipo é uma estrutura diferente do narcisismo porque é uma estrutura estruturante, e narcisismo é uma estrutura estruturada”.

A entrada do pai na relação rompe a simbiose e instaura o desejo, fazendo com que a criança se movimente e aprenda a falar para dizer de si não mais em unidade com a mãe, que, até então, nomeava o desejo por ela. Segundo Barros (1991) o lugar de Narciso já foi no narcisismo do outro. Esse outro pode ser a mãe – ou melhor, o desejo parental. Esse narcisismo do outro foi castrado e deu lugar a um desejo a ser postergado. Este filho, então, muito antes de nascer já existia no desejo dos pais. Nesse sentido, o eu Narciso está em referência ao outro Édipo porque foi o Édipo que deu origem ao desejo de um filho e também ao outro Narciso porque o desejo ainda é o da completude perdida com o Édipo. Nos termos da própria autora (1991, p.05):

Esse outro Narciso, pelo fato de poder ter sido um lugar para ser satisfeito, ser completado, ser pleno, teve que perder essa completude narcísica, e ficar com o que restou, para poder, nesse resto, e desse resto, eu surgir. Então, qualquer filho é filho do que restou do narcisismo dos pais.

Freud ([1914]1990) afirma que o narcisismo primário que ele supunha existir nos bebês poderia ser confirmado mediante a observação de pais afetuosos com seus filhos, a qual revela a revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo há muito abandonado. O bebê é para os pais a possibilidade de reviver o narcisismo perdido. Os sonhos esquecidos são reeditados, a onipotência infantil é reinvestida. Todas as projeções futuras são possíveis, inclusive a esperança de imortalidade, de continuação do eu numa nova oportunidade diante da vida. Diz Freud ([1914]1990, p. 108) que “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior”. Neste contexto, podemos articular esta explanação freudiana à temática da adoção, tomando de empréstimo as palavras de Dolto (1985, 63-64):

Os pais do narcisismo primário são os pais internos, o pai e a mãe que vivem em cada um de nós. Essa é a razão porque nenhum dentre nós precisa ser criado por seus pais de nascimento, a partir do momento em que outros seres humanos permitam nosso desenvolvimento libidinal potencial e eduquem nossas capacidades em direção a seu destino de troca lingüística, criativo e procriativo. O ser humano, fisicamente, é um mamífero, e psiquicamente, é um ser de filiação lingüística, e portanto, de adoção.

Freud ([1914]1990) ainda se refere em seu texto às perturbações as quais o narcisismo original da criança está exposto e os caminhos que precisa tomar, dizendo que parte da libido que era toda do eu é destinada ao investimento nos objetos, parte é sublimada – canalizada para atividades sociais – e parte é reprimida, pois o eu erige para si um ideal, o qual condiciona seus investimentos nos objetos. O eu do bebê, nos tempos em que era puro prazer, era seu próprio ideal, o reflexo do desejo de seus pais. Porém, a descoberta da realidade e do outro o faz adotar como seu ideal seus primeiros objetos amorosos: os pais. Adota esse ideal na tentativa de não perder ou de resgatar a perfeição e completudes narcísicas que viveu um dia ao ser investido por seus pais como um pequeno rei, senhor do lar – seu reino, e dos pais – seus súditos.

A auto-estima da criança e depois do adulto que será tem, segundo o mesmo Freud ([1914]1990), estreita dependência com a libido narcísica. O eu

se enobrece, fica satisfeito consigo mesmo quando consegue assemelhar-se ao seu ideal e quando ama e é amado em suas relações objetais.

Segundo Dolto (1998), o ideal do eu está representado inicialmente pelos pais do bebê. Surge no início, quando a criança se encontra numa etapa anterior ao Édipo e depois se desloca numa etapa posterior à resolução edipiana, quando a criança entra na puberdade, para uma pessoa fora do seu grupo familiar. Diz a autora que o eu ideal vai se transformando em ideal do eu, que representa a pessoa a quem a criança tem que imitar para chegar a ser como ela, para crescer bem. O eu ideal é uma pessoa viva, sempre seu papai ou sua mamãe. É o protótipo do que a criança necessita ser. Na puberdade, esse eu ideal se desloca para uma pessoa fora do grupo familiar e se converte no ideal do eu.

Dolto (1998) nos ensina ainda que o deslizar dos pais para alguém da comunidade está associado ao processo edípico, pois o adolescente renuncia a continuar imitando seu pai ou sua mãe em tudo, conforme o fazia na infância, sobretudo no que se refere a sua relação com o sexo contrário ao seu. Daí a necessidade de modelos que todos podem conhecer. Os novos ídolos permanecem sustentando após o Édipo a aceitação da proibição do incesto. Na adolescência, o eu ideal perde parte do seu valor e pouco a pouco um ideal do eu nasce do desejo de dominar alguma disciplina e ser reconhecido por isso.

É como se, após identificar-se, a criança necessitasse se diferenciar, ser o seu próprio ideal. Já tomou dos pais o que precisava para estruturar o eu, pois é disto que se trata a incorporação, característica da identificação. O eu assimila as qualidades do objeto e o destrói enquanto tal. Os pais deixam de ser objetos, pois já estão incorporados como parte do eu da criança. No dizer de Dolto (1998, p. 31) “o eu ideal é para o eu da criança a gana de superar-se, e nesse sentido, portanto, ser o mais parecido possível ao adulto mais valente que tem a mão: é o Édipo – o conhecemos bem”¹⁰.

Nosso percurso nos remete agora necessariamente à reflexão sobre a importância do outro na construção do eu. Primeiramente os pais e depois

¹⁰ Tradução livre para o trecho original em castelhano: “El yo ideal es para este yo de niño las ganas de superarse y, em esse sentido, por lo tanto, ser lo más parecido posible al adulto más valiente que tiene a mano: es el Édipo. Lo conocemos bien”.

todos aqueles que virão a fazer parte da vida da criança. Enfim, trata-se das relações do eu com a realidade que o cerca e na qual se incluem os outros.

1.3.3 Alteridade e Identificação

Iniciemos pela afirmação de Freud ([1923]1990) de que o ser humano é um id psíquico desconhecido e inconsciente sobre cuja superfície repousa o ego, desenvolvido a partir do seu núcleo em virtude da interação com a realidade. Ensina ainda Freud ([1923]1990) que esta instância que se diferenciou do id, o ego, tem a importante missão de proteger o homem da sujeição ao domínio total do mesmo. Podemos depreender daí que se este se entregar inteiramente à submissão das pulsões do id, se auto-destrói. É esta mesma constatação que, na leitura de Mezan (1989), parece ter levado Freud a investigar as representações entre o eu e a realidade e a postular, em 1911, o Princípio da Realidade.

Segundo Freud ([1911a]1990), a criança, que inicialmente é puro prazer, regida pela égide da pulsão sexual vai interagir com a cultura e do Princípio do Prazer vai se destacar o Princípio da Realidade e surgir a pulsão de auto-conservação. Freud ([1911a]1990) deixa claro, no entanto, que o Princípio da Realidade não tem a representação de oposição ao Princípio do Prazer, mas uma missão de adequação do prazer à realidade no sentido de torná-lo mais seguro para o sujeito, protegendo o ser humano dos excessos pulsionais, uma vez que o único objetivo da pulsão é a satisfação.

Desde o Projeto de 1895, o paradigma freudiano para pensar o desejo é a experiência de satisfação pautada na alimentação. Freud ([1905]1990) elabora o conceito de pulsão sempre fazendo analogias ou até – porque não dizer? – tomando por base o conceito de instinto. A pulsão surge, segundo Freud ([1905]1990), apoiada no instinto. Apóia-se nele, mas o ultrapassa, diferencia-se. Quando o bebê é levado ao seio para alimentar-se estamos diante do que é da ordem do biológico. O objeto do instinto é o leite materno, o objetivo é a nutrição. Porém, em contato com o seio, o bebê descobre um prazer que independe da fome, descobre o prazer de mamar, do

contato rítmico da mucosa oral com o seio e do calor dos braços da mãe. Esse prazer é pulsional e seu objeto é o seio. O objetivo da pulsão é o prazer.

Freud ([1895]1990) nos fala no Projeto do surgimento do desejo através da primeira experiência de satisfação. O bebê tem fome, eleva-se a tensão no psiquismo. A mãe oferece-lhe o seio, satisfaz a necessidade e, com isso, reduz a tensão e proporciona prazer. A partir daí, quando a necessidade advém, instaura-se uma imagem mnemônica. O desejo caracteriza-se por esse impulso psíquico de reinvestir a imagem mnêmica, reviver alucinatoriamente a satisfação original. Caso o bebê não seja atendido, a alucinação elevará ainda mais a excitação iniciada pela necessidade e culminará na dor da frustração. Assim, fica claro que a experiência de satisfação é atrelada a da dor. É a vivência da eliminação do excesso pulsional doloroso, desconfortável, que proporciona prazer.

Diz Deloya (1999, p. 29) que é o outro, este dos inícios, que, ao atender ao apelo, dota a dor de qualidade, transforma-a em afeto. Nas suas palavras, “o outro afeta, ou melhor, concede afeto, por meio ou através da dor”. O autor ensina que a dor faz parte da lógica paradoxal da construção do objeto em psicanálise, o qual se dá na transição entre o interno e o externo, o que é do corpo e o que vem do outro: o bebê e a mãe.

O bebê humano, ensina Freud ([1895]1990), não sobrevive sozinho, sem o outro – a “mamãe”. Encontra-se no mais profundo e doloroso estado de desamparo. Esse outro invade o bebê com os elementos de sua própria sexualidade. Seu cuidar não é mecânico, operacional, é repleto de investimento amoroso, é da ordem do prazer e do afeto. A mãe, neste ponto, se mistura ao bebê e só se constitui como outro quando se ausenta e lhe falta, levando o bebê da experiência de satisfação à vivência do desejo. Assim é que, para a psicanálise, a amamentação funda a subjetividade, a sexualidade é da ordem da fantasia, o objeto é alucinado e o desejo é uma construção na relação com o outro.

Para Florence (1994, p.128), a identificação, como a compreende a psicanálise, trata de uma identificação primitiva do sujeito com o desejo, com o movimento do outro. Em suas palavras, “a identificação é a incorporação de uma ‘relação’ sexual, de uma atividade: é no nível da fantasia que ela exerce seus efeitos”. A autora, ao se referir ao apoio da emergência do sexual na

função alimentar, afirma ainda tratar-se de captar o momento da subjetivação, no qual Freud fala de uma incorporação do seio, sendo, então, a incorporação de um “objeto” sexual a atividade sexual originária, o protótipo da identificação.

A partir dessa experiência, a pulsão vai se organizando parcialmente em torno de zonas erógenas, privilegiadas pelas atividades biológicas para passarem a ser fontes de prazer à criança, ainda que Freud ([1905]1990) afirme que todo corpo é erógeno. Em torno das pulsões parciais se desenvolve o conceito de fases do desenvolvimento psicosssexual infantil, as quais são sempre marcadas por uma zona erógena na qual se concentra o prazer.

Na fase oral, a zona erógena é bucal. O prazer da sucção independe das necessidades alimentares e é um prazer auto-erótico, pois a criança não se diferencia do mundo externo. A criança gosta, tanto quanto de si mesma, de tudo o que lhe botam na boca e, por extensão – como ainda não se diferencia – gosta da mãe que está associada para ela ao prazer de mamar. O prazer oral se encontra identificado à amamentação – logo, à figura materna. Assim, associada a estas sensações de prazer, a mãe converte-se para a criança em um objeto amoroso. A atitude do bebê diante do mundo terá como base essa relação amorosa com a mãe. Então, ela leva à boca tudo o quanto lhe desperte o interesse, buscando absorvê-lo. O prazer de “ter” é mesclado ao prazer de “ser”. Pouco a pouco, a criança identifica-se com sua mãe: se ela sorri, o bebê sorri; se ela fala, ele palra; e a criança se desenvolve armazenando as palavras, os sons, as imagens, as sensações. (DOLTO, 1988).

Na fase anal, a zona erógena localiza-se no ânus e o prazer de reter ou expulsar as fezes vai além da necessidade orgânica de defecar. A criança vem se desenvolvendo, explorando mais o mundo que a cerca. É um período de grandes aquisições, pois aprende a andar e a falar, o que a leva a adquirir um princípio de autonomia até chegar ao momento do treino de toailete. O que se espera é que a criança possa se controlar até chegar ao banheiro e não suje mais a calça, a casa ou ainda precise de fraldas como os bebês. Então, esse controle é um grande passo em relação à sua autonomia. Assim, ela descobre o prazer de controlar o próprio corpo e o “cocô” adquire o valor simbólico de uma produção sua sobre a qual tem poder.

Os cuidados higiênicos são proporcionados pela mãe. Essa limpeza, por manipular a zona erógena, é agradável. Emoções ambivalentes tomam

conta da criança em relação à mãe e as fezes passam a simbolizar uma recompensa ou uma punição a esta. A proibição de brincar com as fezes e o ter que se desfazer delas, jogando-as fora, são vividas pela criança como uma renúncia. Como só se renuncia a um prazer em troca de outro, a criança o fará atendendo ao pedido do adulto amado e a identificação é um desses prazeres. A criança, então, procura imitar o adulto em seus gestos e palavras. Porém, aqui isso já não lhe é suficiente e quer se afirmar perante o adulto como um outro ser: exercita sua autonomia, faz barulho, agride, opõe-se ao que lhe é solicitado. A personalidade livre e cooperativa da criança se constrói a esse preço. Anteriormente, a criança fazia o “bichinho”, “piscava”, “dançava”, ou toda sorte de gracejos que lhe foram ensinados quando lhe pediam. Agora, no entanto, se nega a exibir-se quando solicitada e só o faz quando deseja. Para Dolto (1988, p. 35) “A identificação foi atingida com êxito. É porque ama o adulto que a criança sente prazer em irritar e agredir. A ambivalência, surgida no final da fase oral, consolida-se”.

Até então, segundo Dolto (1988a), a poderosa figura materna marcou os sonhos de identificação da criança. Ela queria ser “como a mamãe”, o que é muito importante, pois é para assemelhar-se a sua mãe que a criança aprende a andar, a falar e adquire os hábitos de seu meio familiar. E é também por identificação com a mãe que se dá a ampliação de sua relação exclusiva com esta para os demais. A mãe, ao demonstrar seu prazer em se relacionar com outras pessoas, propicia que a criança, que deseja ser como ela, também o faça. Assim, novamente para ser como a mãe é que a criança se aproxima mais do pai, irmãos, irmãs, avós e amigos.

Mas esta mesma identificação a leva a uma oposição verbal quando se identifica com o não, com a interdição que está a serviço do controle de seus impulsos. Em virtude da autonomia recém adquirida, a criança começa a ouvir “não”, pois passa a fazer coisas que os adultos corrigem. Sente-se frustrada, sofre, mas aprende os limites entre o eu e o outro, noção fundamental para sua construção subjetiva. A criança começa também ela própria a dizer não, deixa de atuar somente por identificação com o adulto ou de forma reflexa para satisfazer seus instintos. Passa a dizer o que quer ou não quer e, em alguns momentos, sem muita clareza do que deseja, simplesmente sustenta um querer ou não querer para afirmar-se como um ser diferenciado da

mãe. Então, fica “do contra”. Se a mãe lhe diz uma coisa ela prontamente quer outra. Opõe-se ao “sim” materno quase tanto quanto ao “não”. Na verdade, tudo isso é a idéia que a criança passa a ter de que ela própria é uma pessoa a quem começa a se referir como “eu”.

Quando o eu aparece na linguagem, a criança deixa de se referir a si própria utilizando a terceira pessoa, como “o fulano” ou “o nenê”. Afirma-se como eu e, para isso, precisa opor-se ao outro com quem se encontrava misturada: sua mãe. A criança continua a se desenvolver e agora começa a perceber as diferenças existentes entre os sexos masculino e feminino. Segundo Dolto (1988a), até então a criança sabia que era menino ou menina, porém não sabia do que é feita esta diferença.

Neste ponto, sua atenção volta-se para os órgãos genitais e a criança quer saber por que meninos e meninas são diferentes. É nos pais que elas vão buscar modelos de identificação. Ensina Dolto (1988a) que é a partir dos três anos que a criança é capaz de observar a diferenciação sexual da região genital, pois até este período a visão da nudez do outro sexo não despertava nela nenhuma comparação, pois a via tal qual se sentia.

Este é um momento angustiante para a criança, pois implica no reconhecimento da perda da bissexualidade, que é a possibilidade identificatória com os dois sexos. A partir de agora uma delas será recalcada. A criança se dá conta de que existem dois sexos e que sendo um não poderá mais ser o outro. É a sua primeira “grande decisão”, decisão que toma a partir da direção de seu desejo e de sua identificação com um ou outro sexo. Esta é a fase fálica. Aqui a zona erógena localiza-se nos genitais, o pênis para o menino e o clitóris para a menina. É a fase da masturbação infantil e das fantasias edipianas. Diz Kupfer (1992, p. 80/81):

A criança descobre diferenças que a angustiam. É essa angústia que a faz querer saber. Só que a abordagem direta é difícil, justamente porque envolve a angústia. Os instrumentos de que a criança pode dispor são o que Freud chamou de “investigações sexuais infantis”. Essas investigações são sexuais, mas não claramente sexuais... Acontece que este lugar sexual é situado, a princípio, em relação aos pais. Mais do que isso, em relação àquilo que os pais esperam que ele seja. Em relação ao desejo dos pais. O “de onde viemos” equivale a “qual é a minha origem em relação ao desejo de vocês”?; porque me puseram no mundo, para atender a quais expectativas e esperando que eu me torne o que? De novo o Édipo está presente.

Neste momento de busca de sentido, a criança incansavelmente pergunta, quer saber o porquê de tudo que lhe rodeia. Segundo Kupfer (1992), chegam a fazer a mesma pergunta para pessoas de sexos diferentes para ver como lhes respondem um homem e como lhes respondem uma mulher, buscando extrair informações do que supõem ser representativo do masculino e do feminino.

Tal como podemos depreender dos ensinamentos de Freud ([1908]1990), o que a criança percebe inicialmente é a diferença sexual anatômica. Após o que, vai tentar estabelecer o que isso significa em termos de ser masculino ou feminino. As crianças, então, têm curiosidade pelos genitais – os seus, de seus pais, irmãos e colegas. Querem tocar e formulam fantasias a partir da constatação de que meninos têm pênis e meninas não têm. Pensam coisas do tipo: “será que o delas vai crescer?”, “foi cortado como punição?”, “os meninos podem perder os deles?”, “um bebê é expelido como o excremento numa evacuação?”.

Tentando entender sua origem no mundo e o que os pais desejam dela, a criança faz muitas perguntas: “Como eu nasci?”. Ou, como se perguntasse: “Qual minha origem em relação ao desejo de vocês, que me fizeram?”; “De onde eu vim? Por quê?”; “Como entrei na barriga da mamãe?”. E aqui entra a participação do pai em seu nascimento, pois a da mãe é mais explícita: saiu da barriga dela, vê mulheres grávidas. Mas e seu pai, “é seu pai por quê?”. Quando a criança pergunta “de onde eu vim?”, não é só da barriga que quer saber, mas quem é - se foi desejada, se é amada como filho ou o que precisa ser para ser amada. Assim também se está garantindo à criança que ela tem um lugar, o lugar de filho. “Mas os pais já têm um ao outro e agora como é que fica?”, pergunta-se ainda a criança inserida no triângulo edipiano e encontra a resposta na identificação. O pai conquistou a mãe sendo masculino e a mãe conquistou o pai sendo feminina. Logo, a criança vai buscar nestas identificações elementos do que se tornar se quiser conquistar também alguém para si no futuro.

Nesse momento a criança internaliza as leis, as convenções sociais, a moral e entende que não pode ter os pais como objeto. Os pais já têm um ao outro, ou têm ou desejam ter um outro adulto para si. Que isto fique claro para a criança, pois a crise edipiana só se resolve com a internalização radical e

definitiva da proibição do incesto. Após o que a sexualidade entra em um período de latência no qual não deixa de existir. Porém, não é mais o centro das atenções da criança, que pode então ampliar a curiosidade de si para o mundo, interessando-se em aprender a ler, escrever, participar de jogos e brincadeiras. As pulsões sexuais se abrandam. É a fase da meninice.

As três fases da sexualidade infantil – oral, anal e fálica - são chamadas de organização pré-genital porque antecedem a organização genital que iniciará na puberdade. Entre elas e a fase genital encontra-se o período de latência, caracterizado por não ter a sexualidade em primeiro plano. É o período em que a sublimação entra em jogo, pois, segundo Freud ([1914]1990), a sublimação dessexualiza a atividade pulsional, canalizando-a para fins socialmente aceitos de um modo mais eficiente e menos patológico do que a repressão. Assim, após a crise edipiana ser solucionada, a criança deixa de lado a curiosidade sexual e usa sua energia na aquisição de novos conhecimentos e relacionamentos sociais.

Segundo Dolto (1996), para que a criança solucione sua crise edipiana é fundamental a maneira como é apoiada pelos pais neste momento, os quais devem lhe dedicar uma atitude absolutamente casta e que lhe garanta seu amor paternal/maternal, mas nunca a colocando como seu parceiro/parceira na vida. Sobretudo, porém, desprendendo-se totalmente de seus sentimentos possessivos em relação à criança para libertá-la de sua angústia e de seu aprisionamento a eles. Para a autora, a importância da resolução da crise edipiana está em alargar os horizontes da criança de seus pais para o mundo. As pulsões castradas em sua meta incestuosa irão dirigir-se à criação na cultura. A proibição às fantasias incestuosas, ao mesmo tempo em que castra por inibir o desejo em direção aos pais, amplia por liberá-lo para todos os outros objetos.

A latência da sexualidade vai durar até a adolescência, quando as mudanças no corpo e as possibilidades de realização da sexualidade genital vão fazer com que haja um reinvestimento nos órgãos genitais e a busca de um parceiro/parceira que ocupe o lugar anterior dos pais na fantasia, agora de forma concreta. A partir daí se inicia a sexualidade nos moldes adultos.

Segundo Dolto (1996), caso os pais não tenham deixado claro para a criança que ela pode seguir o seu caminho, este é um momento em que se

agrava nela o sentimento de culpa por estar se interessando por outros que não os pais e começar a se desligar da dependência infantil. Para a autora, a resolução do Édipo deve, necessariamente, ser acompanhada pelo sentimento de liberdade de abandonar a infância e de abandonar a dependência fatal do eu ideal dos pais. A liberdade conquistada com a saída do Édipo na infância deve se consolidar definitivamente na adolescência.

Ainda sobre as zonas erógenas e as fases da sexualidade, Winograd (1998) nos lembra que não se distinguem as pulsões. A pulsão é uma só, investida parcialmente a cada fase numa zona erógena. Segundo a autora, sobre a pulsão só podemos afirmar que ela é uma exigência de trabalho ao psiquismo, um trabalho que visa uma satisfação impossível, pois a estimulação é constante. A pulsão é constante, contínua. Não se esgota, nem há ação capaz de fazê-la parar. A atividade psíquica se sustenta na pulsão. E, se por um lado o ser humano se depara com uma impossibilidade de satisfação total, por outro se abrem para si inúmeras possibilidades de obter uma satisfação parcial, pois o objeto da pulsão, diferente do instinto, não é fixo. É contingente, é múltiplo. Depende da história de cada um com a realidade onde os objetos se encontram. A pulsão é o que impulsiona, é uma excitação interna, algo que vem de dentro e empurra adiante.

A pulsão exige satisfação sem que para isso tenha caminhos pré-determinados. Logo, cada percurso deve ser compreendido como único. É no percurso que o eu se constrói. A pulsão, neste contexto, é também condição de aparecimento do singular por estar fundamentalmente articulada ao inconsciente como possibilidade de produção da diferença.

Assim, compreendemos que, para a psicanálise, o ser humano é pulsional, portador de uma pulsão que Freud ([1911]1990) define como um substrato que se encontra na fronteira entre o somático e o psíquico. Logo, faz ponte entre os dois. A partir da elaboração do conceito de pulsão não há mais dissociação entre o biológico e o psíquico. O corpo é erógeno, falante e sua linguagem é pulsional, pois a fonte da pulsão, segundo Freud ([1905]1990), é o corpo, o que é perfeitamente compreensível, pois é o corpo que vai, na realidade, exercer a ação para alcançar o objetivo. Logo, é necessário que esteja mobilizado, excitado.

Para compreendermos o corpo em sua relação com a pulsão é fundamental retomarmos a afirmação de Freud ([1923]1990, p. 40) de que “o ego é primeiro e acima de tudo um ego corporal”. E retomarmos ainda o momento de surgimento do ego, sendo este articulado à pulsão. Neste sentido, Freud ([1914]1990) afirma que uma unidade comparável ao ego não pode existir desde o começo. É necessária uma nova ação psíquica que dê passagem do auto-erotismo ao narcisismo. Essa ação, segundo Mezan (1989), é o momento em que a pulsão sexual, em seu percurso do auto-erotismo ao objeto, se detém no corpo não mais como fragmentado em zonas erógenas, mas investido como unidade, como um conjunto organizado, uma totalidade.

Freud ([1915]1990) define que a pulsão é o representante psíquico das forças orgânicas. E aqui precisamos compreender que, por ser fronteira, a pulsão não pode ser reduzida nem ao somático nem ao psíquico. A origem da excitação é somática e ela se faz presente no psiquismo através de seus representantes. Uma representação é uma idéia impregnada de afeto, o qual, segundo Winograd (1998), confere uma dimensão intensiva à dimensão significativa da representação.

Mezan (1989) alerta que esta dimensão significativa do termo representação não pode ser tomada num sentido intelectual ou cognitivo, devendo ser compreendida como uma busca constante de construir redes de significado para dar conta dos processos psíquicos inconscientes. A pulsão é definitiva e completamente inconsciente. Assim, se a fonte da pulsão é o corpo e sua representação é psíquica, sua satisfação, porém, depende do encontro com a exterioridade, depende da realidade. Do lado da realidade está o outro, o objeto, a alteridade. O eu só se torna humano na presença do outro que o introduz no campo da realidade. Para tanto, precisa renunciar à alienação, à satisfação auto-erótica. No início de tudo a sexualidade é auto-erótica, não existe “a mamãe” e o “bebê”, o “eu” e o “outro”. O objeto só se constitui quando a criança descobre que é separada da mãe.

O objeto nasce no momento em que a criança se dá conta de que ela e a mãe não são um só. Ao perceber a mãe como separada de si, a criança “descobre” o objeto¹¹. Então, entendemos que primeiro a criança se identifica,

¹¹ A descoberta do objeto desperta na criança a ansiedade no contato com pessoas que lhe são estranhas. Segundo Freud ([1917c]1990), a criança teme um rosto estranho por estar

toma o objeto que lhe é externo como parte do eu. Depois se diferencia. Freud ([1923]1990) aborda essa questão em “O Ego e o Id” como a dificuldade em distinguir uma identificação de um investimento, atribuindo a primeira a modalidade do *ser* e a segunda a do *ter*. Na identificação o eu é o objeto; no investimento, o eu *tem* o que lhe é externo, o outro como objeto. E, em 1933, Freud reafirma que a identificação não pode ser considerada o mesmo que escolha objetal, uma vez que na identificação o eu vincula-se ao objeto na condição de ‘ser’ o próprio objeto, fundir-se com este. Já a escolha objetal remete necessariamente ao desejo de ‘ter’ o objeto por reconhecê-lo como externo, outro, não-eu.

Temos, portanto, que lidar com o objeto é lidar com a diferença, é lidar com a incompletude, é reconhecer o desamparo e a castração que remete o eu à dependência do outro, retirando-o de sua onipotência narcísica. Por isso, a “descoberta” do objeto é vivida com ódio pela criança, que tenta, então, encontrar maneiras de representar a vivência dolorosa de não ser a mãe a extensão de si. Sobre isso, Freud ([1920]1990) generosamente nos brinda com um exemplo familiar. Observando a brincadeira de seu neto em atirar longe seus brinquedos, repetindo o som de “o-o-o-ó”, que Freud ([1920]1990, p. 26) associou à palavra “*Fort*” (ir embora), compreendeu que “o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de ‘ir embora’ com eles”. Observando-o certo dia brincar com um carretel, notou que ele jogava o carretel para que este sumisse do alcance de sua visão e emitia o som “o-o-o-ó”, e depois o puxava, fazendo-o reaparecer, quando, então, o saudava dizendo “*Dá*” (ali). O desaparecimento do brinquedo simbolizava o desaparecimento da mãe, o qual o menino repetia muito mais do que o seu “retorno”, fazendo, inclusive, da própria ação de mandar embora o objeto um jogo em si. Freud ([1920]1990, p. 28) interpreta tal gesto como uma vingança da criança em relação à mãe por afastar-se dela, como se, com ódio porque a mãe se afasta, dissesse a ela, então: “Vá embora! Não preciso de você. Sou eu que mando você embora”.

habituada ao rosto familiar e amado de sua mãe. Assim, é seu desapontamento por não estar nos braços da mãe que se transforma em ansiedade, pois sua libido se torna inaplicável e, não podendo ser mantida em estado de suspensão, reverte-se em angústia e explode no choro ao ser tomada no colo por um outro que não é o seu objeto amoroso.

Freud ([1915]1990) já afirmava que durante a fase do narcisismo primário, quando o objeto faz sua aparição, o oposto do amar – a saber, o odiar – atinge o seu desenvolvimento. Entendemos, então, que o ódio nasce da relação com o objeto, nasce da diferenciação, da estranheza. Na simbiose vivida na oralidade não podemos distinguir amor ou ódio. É o surgimento do ódio que demarca o surgimento do amor, pois ao surgir o ódio é que se pode nomear o que havia antes na indiferenciação: o amor. Segundo Freud ([1915]1990), então, o ódio é mais antigo que o amor e é proveniente do repúdio primordial do ego narcisista ao mundo externo.

Assim, entendemos que o amor e o ódio têm origens diferentes, porém se juntam na ambivalência com que comparecem na relação com um mesmo objeto. O amor surge do erotismo originalmente narcísico que vem a desdobrar-se depois em direção aos objetos. O ódio surge do que traz estímulo de fora do eu narcísico: o outro, o estrangeiro. Enquanto o ego é auto-erótico não depende do mundo externo, mas, à medida que necessita do contato com este para sua auto-preservação, passa a desejar os objetos que estão neste mundo, ao qual chamamos realidade. Dessa forma, o objeto já nasce perdido, pois o que demarca o seu surgimento é ser reconhecido como algo que está fora do sujeito. Portanto, algo que não faz parte do mesmo, não pode mais estar fundido a ele. Segundo Freud ([1915]1990), logo no começo o mundo externo, os objetos e o que é odiado são idênticos, não se distinguem. Caso, posteriormente, um objeto venha a ser fonte de prazer, ele passa, então, a ser amado. Porém, aí ele é também incorporado através da identificação.

Freud ([1915]1990) descreve a incorporação do objeto característica da identificação como uma ‘canibalização’ deste. A incorporação, assim, é colocar o objeto para dentro do corpo – “comê-lo”, destruí-lo e assimilar suas características ao eu. A identificação é a primeira forma de vinculação a outra pessoa. Logo, é a forma mais primitiva de se apossar do objeto, tomá-lo para si, incorporando-o ao eu. A partir do que, o eu vai se constituindo e modificando através dos objetos que amou. Porém, ao incorporá-lo, o destrói, demarcando a coexistência do amor e do ódio dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto.

Para compreendermos a ambivalência dirigida ao objeto em sua relação com a pulsão, é fundamental adentrarmos, ainda que brevemente, na

elaboração freudiana sobre as pulsões. Freud trabalhou durante quinze anos tal conceito, criou uma teoria e depois a reformulou. A primeira teoria das pulsões opõe as pulsões sexuais às pulsões de auto-conservação, como se um impulso à sexualidade se opusesse à conservação do eu. Basicamente, porque um impulso à sexualidade pressupunha, até então, um investimento num objeto externo, o que faria com que o investimento na conservação do eu fosse negligenciado. Porém, com o estudo sobre o narcisismo, Freud ([1914]1990) se dá conta de que, em virtude deste, o eu pode tomar a si próprio como objeto de investimento sexual. Logo, começa a ruir a oposição entre as duas pulsões.

E assim, em 1920, Freud reúne as pulsões sexuais e as pulsões de auto-conservação no que ele chamou de pulsão de vida, a qual corresponde ao investimento da libido, a ligação entre o psiquismo e o objeto, tomando então como pólo oposto o que ele denominou de pulsão de morte. Neste texto, Freud ([1920]1990) define esta última como o retorno ao inanimado, a algo que não é mais, marcada pela repetição e pelo desligamento da libido – e, conseqüentemente, do psiquismo – dos objetos. Essa é a segunda teoria das pulsões. As pulsões de vida e de morte se equilibram, pois é necessário o desligamento para dar lugar a novos investimentos. Novas ligações que enriquecem e movimentam o sujeito. O que depois se compreende, em 1923, com o texto “O Ego e o Id”, é que esses objetos abandonados deixam marcas no psiquismo. Portanto, fazem parte da construção do eu.

O amor pelo objeto se converte em identificação com o objeto abandonado. O ego incorpora o objeto e passa a assemelhar-se a ele. Como o eu ama e abandona inúmeros objetos no decorrer de sua existência no jogo incessante das pulsões de vida – as quais o levam a investir nos objetos – e de morte, as quais o levam a se “desligar” deles, o ego termina por se constituir no que Freud ([1923]1990) definiu como um precipitado de identificações.

A pulsão é exigente – persiste e se repete implacável. Então, no texto “Mais Além do Princípio do Prazer”, Freud ([1920]1990, p.18) começa por refletir sobre a compulsão à repetição e diz que o que se repete “é um fragmento da vida sexual infantil – portanto, do Complexo de Édipo e seus derivados”. E, por ser repetição da dor, essa compulsão, ‘com pulsão’ literalmente, está mais além do Princípio do Prazer. Assim, entendemos que a

re – petição é um novo pedido, uma nova petição da pulsão diante da castração.

Segundo Mezan (1989), o que se repete é o desejo porque submetido à interdição da lei, sendo a repetição o modo pelo qual o desejo existe e insiste. Para o autor, a relação com o objeto é desde sempre ambivalente e coloca Freud perante a contradição de coexistirem no mesmo campo pulsional a tendência à ligação, expressão de Eros, e a tendência à separação, que é o sentido da destruição, alvo final da agressividade e alçada da pulsão de morte.

A identificação, ensina Mezan (1989), está a serviço de Eros na medida em que preserva o objeto por meio de sua operação específica – a incorporação, mas está também igualmente a serviço de Tanatos ao garantir a repetição, o retorno ao que já não é mais, o objeto perdido que impede novas ligações. Para incorporar o objeto, o destrói. Assim, a identificação traz em seu próprio funcionamento específico a expressão de amor e ódio ao objeto. Eis a ambivalência da identificação descrita por Freud ([1921]1990) ao afirmar que esta pode ser tanto uma expressão de carinho quanto o desejo de que o outro desapareça.

Vimos até aqui como a identificação é o mecanismo central de constituição do que compreendemos como o eu em psicanálise e, sendo a identificação um processo que se dá na relação com o outro, compreendemos necessariamente a importância dos elementos da cultura na construção do ego. Assim, passemos a ela.

1.3.4 Cultura e Identificação

Entendemos que o eu se constrói na relação com o outro. O eu surge junto com o objeto e com isso se rompe a auto-suficiência e a perfeição vivenciadas até então. Auto-suficiência porque se não há objeto, então tudo faz parte do auto-erotismo: a mamãe, o seio, a chupeta. Tudo, enfim. O bebê, do qual todos os objetos fazem parte, se basta, não precisa de nada. E perfeição, pois é o objeto idealizado dos pais. A idealização é um modo de investir libidinalmente um objeto como sem falhas, sem faltas, e os pais assim vêm seu bebê e, com isso, propiciam a ele o que Freud ([1914]1990) chamou de eu

ideal. Esta auto-suficiência e perfeição são destruídas pela castração, mas são herdeiras deste período de fusão e permanecem no psiquismo como um ideal narcísico a ser retomado. A cultura se encarrega, então, de fornecer modelos, idéias éticas, valores, enfim, um ideal de eu para a criança se identificar e, assim, se manter amada, como outrora o era apenas por existir enquanto o bebê fantasiado de seus pais.

Diz Freud ([1914]1990, p. 111) que o ideal do eu passa a ser alvo do amor a si mesmo antes desfrutado pelo eu real. O narcisismo surge deslocado em direção a esse ideal, o qual, como o ego infantil, encontra-se possuído de toda perfeição de valor. A criança não está disposta a renunciar à perfeição narcisista de seu reinado como bebê e quando, ao crescer, vê-se perturbada pelas correções que os pais lhe imputam em sua relação com o mundo que a cerca e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, procura recuperá-la sob a nova forma de um ego ideal. Em suas palavras, “o que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era seu próprio ideal”.

Porém, não basta um ideal. É preciso algo que o faça manter-se de acordo com o que deseja ser em detrimento do que é. Ou seja, é preciso uma poderosa instância de controle interno que sustente a renúncia aos impulsos sexuais e agressivos do homem em favor da vida em comunidade. Esta instância psíquica, através da qual a cultura é “colocada” no interior do eu, Freud ([1923]1990) denominou de superego. O ideal do eu é, portanto, a projeção do narcisismo perdido da infância, enquanto o superego é uma instância psíquica que tem sua origem na dissolução do complexo de Édipo, na identificação com o pai e com a mãe. Como herdeiro do complexo de Édipo e fruto das identificações com os pais, o superego é portador de toda a ambivalência entre Eros e Tanatos.

Freud ([1930]1990) aborda o antagonismo irremediável entre as exigências da pulsão e as restrições da cultura que leva o homem a um mal-estar, um desconforto, um estranhamento entre aquilo que é seu e o que é da ordem da civilização. O estar do homem na civilização não é natural. Por isso, para ser sustentado necessita do Princípio da Realidade, que, a serviço do prazer, o torna viável na cultura. Mas necessita também do superego, o qual,

através do sentimento de culpa, mantém o homem em consonância com a vida em comunidade.

Segundo Freud ([1930]1990), a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar seres humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa grande unidade – a da humanidade. Mas a natural agressividade do homem se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é derivado e o principal representante de Tanatos, o qual, lado a lado com Eros, divide o domínio do mundo. O significado da civilização representa a luta entre Eros e a Morte, entre um impulso à vida e ao amor e outro à destruição. Portanto, a evolução da civilização pode ser descrita como a luta da espécie humana pela vida. É válido ressaltar que essa luta é uma luta de economia libidinal, não uma luta no sentido da contradição irreconciliável entre Eros e a Morte.

Freud ([1930]1990) ensina que este conflito comparece no cerne da construção de cada sujeito humano e que a renúncia ao impulso agressivo se dá primeiramente pelo temor da autoridade externa que o ameaça com a perda do amor e, conseqüentemente, com a possibilidade de punição. Disso sobrevém a organização de uma autoridade interna, o superego, da qual passa a derivar a renúncia.

É provável que na criança se tenha desenvolvido uma agressividade contra a autoridade que lhe impede de obter suas primeiras satisfações. A criança é obrigada a renunciar a satisfação dessa agressividade vingativa contra o pai e o faz através da identificação, incorporando em si a autoridade inatacável. Esta agressividade vingativa transforma-se, então, em seu superego, representante ou possuidor de toda a agressividade que a criança desejaria exercer contra o pai e que passa a exercer sobre si própria cada vez que deseja fazer algo condenável (FREUD, [1930]1990).

Freud ([1930]1990) afirma, então, que a partir daí podemos falar no sentimento de culpa, o qual faz ruir a distinção entre fazer o mal e desejar fazê-lo. Afinal, o controle agora não é mais externo e o remorso independe de praticar ou não o ato, ser ou não descoberto, já que do superego nada se esconde, pois está em consonância direta com o id, a fonte de onde brota o próprio desejo.

Se a relação com o outro fez surgir o superego é, no entanto, do id que ele nasce. Logo, sua origem está entre o desejo e a autoridade para sempre perpetuada no interior do sujeito. O superego se origina dos sentimentos ambivalentes de amor e ódio vividos no Complexo de Édipo, fazendo da identificação que o constitui também ela própria a expressão do conflito entre Eros e Tanatos. Este conflito, fadado a surgir no Édipo, estende-se à vida em comunidade. Diz Freud ([1930]1990, p. 157), “o que começou em relação ao pai é completado em relação ao grupo”.

Ao nascer, cada bebê se depara com uma realidade que o precede, com a cultura estruturada antes de sua existência e na qual passará a se inserir. A tarefa de se apropriar disso e o modo como cada um se desincumbe dela é o que constitui a sua formação. Segundo Mezan (2002), é na cultura que se encontram os elementos com os quais o pequeno ser irá se identificar (o que a psicanálise convencionou chamar de “referências identificatórias”) e também é a cultura que fornece os objetos nos quais poderá investir. E é por meio das identificações que o eu se organiza de acordo com os modelos que a realidade lhe proporciona. O que determinará as escolhas que este fará entre alguns modelos e objetos é, afirma Mezan (2002), suas experiências mais precoces, as quais para a psicanálise são denominadas de ‘sua constituição’.

O ser humano para a psicanálise freudiana é, portanto, ao mesmo tempo sujeito e produtor da cultura que o aliena de suas pulsões, o separa de seus desejos, o condena à repetição, mas também o salva de si mesmo e o impele ao movimento. A cultura põe limites à pulsão. Porém, é justamente a impossibilidade de satisfação da pulsão que dá ao eu a oportunidade constante de reinventar-se. É o olhar cego de Édipo, porque faltoso, e não o pleno de Narciso que suscita a ação, a busca pelo que pode preencher o vazio, sanear a dor. O homem carrega consigo a angústia da incompletude e do desconhecimento de si, somente minimizados, segundo Freud ([1917b; 1917e] 1990) se este conseguir uma existência produtiva de amor e trabalho, livre do questionamento paralisante e da repetição neurótica do curso de suas pulsões.

Assim, chegamos aos domínios da clínica criada por Freud, a qual, por tudo o que foi dito até aqui, não tem a pretensão de “cura” da pulsão ou da angústia inerente ao ser humano. Mas abre a possibilidade de, ao libertar a pulsão do investimento no sintoma que causa sofrimento, permitir ao ego

utilizá-la na potência criadora e nos vínculos afetivos amorosos. Na clínica psicanalítica, através do jogo dos desejos e das pulsões, o eu atualiza seus padrões pulsionais mais primitivos e pode, então, descobrir novos circuitos de maior prazer e realizações no contexto de sua realidade atual. Vejamos, pois, no próximo capítulo, um pouco mais das especificidades desta clínica.

2 SOBRE A CLÍNICA

2.1 IDENTIFICAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS

A transferência, enquanto fenômeno de deslocamento de afetos infantis depositados na figura do analista, é o que permite ao analisando atualizar suas identificações iniciais. Na transferência o paciente dá ao analista um lugar em seu inconsciente e esse lugar que é concedido não se refere ao analista como sujeito, mas como objeto de investimento. O analisando realiza este investimento a partir de suas identificações com objetos anteriores amados e/ou odiados que ele agora repete com a figura de seu analista. Logo, um estudo que se propõe a analisar questões concernentes à identificação, realizado a partir do contexto da clínica psicanalítica, deve passar necessariamente pelo estudo da transferência.

Em Freud, o conceito de transferência, muito antes de se constituir no principal mote dos artigos sobre a técnica de 1912-1914, é tema de reflexão na análise de sua clínica. Neste sentido, o caso de Dora, narrado e analisado por ele sob o título “Fragmentos da Análise de um Caso de Histeria”, ilustra o fenômeno da transferência na clínica psicanalítica, bem como nos ensina a importância de seu reconhecimento e adequado manejo pelo analista. No posfácio que escreve sobre este caso, Freud ([1905a], p. 110) esclarece:

O que são as transferências? São reedições, reproduções das moções e fantasias que, durante o avanço da análise, soem despertar-se e tornar-se conscientes, mas com a característica (própria do gênero) de substituir uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Dito de outra maneira: toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo passado, mas como um vínculo atual com a pessoa do médico. Algumas dessas transferências em nada se diferenciam de seu modelo, no tocante ao

conteúdo, senão por essa substituição. São, portanto, para prosseguir na metáfora, simples reimpressões, reedições inalteradas. Outras se fazem com mais arte: passam por uma moderação de seu conteúdo, uma sublimação, como costume dizer, podendo até tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa ou das circunstâncias do médico. São, portanto, edições revistas, e não mais reimpressões.

Freud ([1905a]1990) segue afirmando que o penetrar na teoria da técnica analítica nos leva a concluir que a transferência é uma exigência indispensável à análise e que lidar com ela é sem dúvida a parte mais difícil do trabalho do analista. Por ser indispensável, fica claro que a transferência não é um trabalho a mais na análise, é a própria condição de ocorrência da mesma. Freud ([1905a]1990) ressalta ainda que o tratamento psicanalítico não cria a transferência, simplesmente a revela. Por isso, deve ser indiferente para o analista qual o teor do conteúdo que lhe será transferido, tendo que lidar com o que quer que o analisando lhe destine.

A paciente Dora abandona sua análise com Freud em virtude de não ter tido alguns aspectos de sua transferência reconhecidos e trabalhados por ele. Sobre isso, Freud ([1905a]1990) afirma não ter conseguido dominar a tempo a transferência de Dora por ter ficado surdo ao material no qual Dora lhe transferia seus afetos por um outro personagem de sua cena psíquica – o Senhor K – e não somente pelo pai que foi o que ele conseguiu escutar. Freud (1905a) reflete, então, que Dora atuou uma parte de suas lembranças e fantasias em vez de falar sobre elas no tratamento¹².

O erro técnico de Freud nos parece ter sido o de não perceber a plasticidade das identificações de Dora e se deter em uma das identificações que a paciente lhe transferia. Em outras palavras, identificar-se com a identificação da paciente, levando Dora a atuar suas fantasias por não poder falar sobre elas a um analista “neutro”. A neutralidade do analista refere-se aqui justamente a não ser aprisionado a uma identificação e assim poder caber em todas elas. Pela via da transferência, Dora faz uma série de identificações a seu analista. Freud se detém em uma delas e, ao paralisar, paralisa a possibilidade de elaboração em Dora, que abandona a análise.

¹² Neste sentido, Freud ([1895]1990), já nos “Estudos sobre a Histeria”, nos ensinava que é na linguagem que o homem encontra um substituto ao ato.

A transferência, portanto, deve ser interpretada. E aqui nos cabe explicar a que nos referimos como “interpretação”, pois este termo inúmeras vezes é mal compreendido e tomado como a atribuição de sentido pelo analista. Interpretar a transferência significa dizer que é necessário escutar o caminho associativo que levou o analisando a atribuir um lugar ao seu analista, seja este lugar qual for. Só assim o analisando poderá falar sobre seus afetos, ao invés de atuá-los repetitivamente.

É o próprio Freud ([1914a]1990) quem, no texto “Recordar, repetir e elaborar”, nos ensina que, na posição de analistas, devemos estar preparados para manter na esfera psíquica todos os impulsos que o paciente desejaria viver na esfera motora. E complementa esta recomendação, afirmando que o triunfo do tratamento depende de poder ocasionar que aquilo que o paciente deseja descarregar em ação seja utilizado no trabalho de recordar.

Ainda no mesmo texto, Freud ([1914a]1990) esclarece que o analisando, sob os auspícios da confiança creditada ao analista, se dispõe a rememorar sua história. Porém, a possibilidade de recordar tem um limite: o daquilo que esqueceu ou baniu de sua consciência. Neste ponto, então, inicia-se a repetição. O paciente atua aquilo que não consegue recordar. Por não ter consciência do que reprimiu, o paciente não sabe que está repetindo e experimenta como algo real e contemporâneo o que vivencia na relação com o analista. Por isso, diz Freud ([1914a]1990), nosso trabalho terapêutico consiste, em grande parte, em redirecionar o analisando ao passado.

Freud ([1914a]1990) ressalta que a compulsão à repetição não é uma atitude pessoal para com o analista, mas uma atuação que ocorre em outros campos da vida do analisando. A diferença parece ser justamente que o analista a toma como um princípio de análise, reconhece a atuação como uma resistência à recordação e trabalha no sentido de devolver ao paciente aquilo que o mesmo esqueceu.

Assim sendo, a relação atual com o psicanalista é considerada uma revivescência do que foi vivido em outro tempo com todas as pessoas da realidade do sujeito desde a mais tenra idade, ainda que agora o ignore. O analisando repete, portanto, sem perceber que o faz. Toma como atuais os afetos que nutre pelo analista e a transferência, inicialmente amorosa, passa a assumir uma feição mais intensa de erotismo ou hostilidade. A partir de então,

ela se constitui em poderosa resistência aos avanços da análise. Assim, podemos dizer que a transferência é aliada da análise na medida em que nos permite visualizar a atuação dos afetos infantis em uma espécie de laboratório no espaço das paredes do *setting* analítico. Mas também é resistência a esta na medida em que a atuação repetitiva toma o lugar da livre associação das palavras.

Por isso, Freud ([1915a]1990) afirma que numa análise a única dificuldade realmente séria que o analista tem de enfrentar reside no manejo da transferência. Ele revela que para o caminho que o analista deve seguir não existe modelo na vida real, pois não pode afastar-se do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para o paciente, mas deve igualmente recusar-lhe qualquer retribuição. O analista deve tratar o amor de transferência como uma situação que se deve atravessar no tratamento e remontar às suas origens inconscientes.

O paciente, tomado de sentimentos eróticos pelo analista, deseja sua retribuição. Tenta seduzi-lo, retirá-lo do lugar de analista e tê-lo como o deseja e o vê. Ora, retirar o analista de seu lugar é decretar o fim da análise, triunfo máximo da resistência. Por isso, Freud ([1915a]1990) escreve um texto inteiro dedicado às desastrosas conseqüências decorrentes de o analista ceder aos apelos amorosos do analisando. E lembra que em psicanálise a ética coincide com a técnica e que não sucumbir às tentativas de sedução do analisando tem esta dupla conotação – moral e técnica.

A conotação moral parece residir no fato de que a responsabilidade é inteiramente do analista, que, ao contrário do analisando, sabe que este amor não lhe pertence, é dirigido ao lugar neutro que ele ocupa e não a sua pessoa. Portanto, utilizar-se deste afeto em benefício próprio seria amoral. Neste sentido, Freud ([1915a]1990, p. 218-219) nos lembra:

O amor transferencial caracteriza-se por certos aspectos que lhe asseguram posição especial. Em primeiro lugar, é provocado pela situação analítica; em segundo, é grandemente intensificado pela resistência, que domina a situação; e, em terceiro falta-lhe um alto grau de consideração pela realidade, é menos sensato, menos interessado nas conseqüências e mais cego em sua avaliação da pessoa amada do que estamos preparados para admitir no caso do amor normal... Quanto a linha de ação do analista, é a primeira destas três características do amor transferencial que constitui o fator decisivo. Ele evocou este amor ao instituir o tratamento analítico a fim

de curar a neurose. Para ele, trata-se de consequência inevitável da situação médica... É-lhe, portanto, evidente que não deve tirar qualquer vantagem pessoal disso.

Assim, entendemos que há algo de morte neste amor do paciente, pois o amor que demanda mataria a posição que o analista ocupa e, conseqüentemente, qualquer possibilidade de acesso do paciente a sua singularidade. Ao fazer do analista o seu amor, o coloca na posição do ideal que deseja para si. Logo, se o analista aceitar tal posição, identificando-se a este ideal, transformará a transferência em alienação e decretará a morte da análise. O amor comporta em si o desejo de fusão e a fusão é a morte da subjetividade. Então, a fusão destrói o eu e o objeto amado. A pulsão de morte encontra-se ao lado de Eros na ambivalência dirigida ao objeto.

É importante observar que Freud ([1905a]1990), já no posfácio do caso Dora, se refere 'às transferências', enfatizando o caráter plural desse fenômeno, o qual retoma em 1912 ao nos falar em transferência positiva e negativa (enquanto de amor e ódio respectivamente). Define Freud ([1912a]1990, p. 140):

Percebemos afinal que não podemos compreender o emprego da transferência como resistência enquanto pensarmos simplesmente em 'transferência'. Temos que nos resolver a distinguir uma transferência 'positiva' de uma transferência 'negativa', a transferência de sentimentos afetuosos da dos hostis, e tratar separadamente os dois tipos de transferência para o médico. A transferência positiva é ainda divisível em transferência de sentimentos amistosos ou afetuosos que são admissíveis à consciência, e transferência de prolongamentos desses sentimentos no inconsciente. Com referência aos últimos a análise demonstra que invariavelmente remontam a fontes eróticas... Originalmente conhecemos apenas objetos sexuais, e a psicanálise demonstra-nos que pessoas que em nossa vida real são simplesmente admiradas ou respeitadas podem ainda ser objetos sexuais para nosso inconsciente.

É essencial lembrar, no entanto, que as transferências positiva e negativa não se opõem de modo simétrico. E não são, portanto, excludentes. Comparecem mescladas, marcadas pela indissociabilidade do amor e do ódio que caracteriza os afetos humanos. Aliás, sobre a existência dos opostos no psiquismo, Freud ([1937]1990) afirma que somente pela ação mutuamente inversa dos dois instintos primevos – Eros e Tanatos – é que podemos vir a explicar a rica multiplicidade dos fenômenos da vida.

Freud ([1917d]1990) esclarece que uma transferência está presente no paciente desde o início do tratamento e, por algum tempo, enquanto auxilia em seu progresso, não deve ser motivo de preocupação do analista. Porém, é inevitável que se transforme em resistência quando a intensidade dos afetos amorosos ou hostis dirigidos ao médico ultrapassa certo limiar.

Ensina Freud ([1917d]1990) que o paciente, que não deveria desejar outra coisa que não uma saída para o seu sofrimento psíquico, passa a concentrar seu interesse na pessoa do médico. Percebemos, então, que o paciente interrompe a série de associações livres e passa a pensar no que vai dizer para ser interessante ou agradável ao analista. Torna-se amável, demonstra gratidão, alega não se lembrar de nada para dizer, não quer mais repetir o que já disse sobre seus problemas para não ser chato ou incômodo e se interessa pela vida particular do analista. Essas atuações substituem o falar de si e engendram a resistência, uma vez que emperram o fluxo da análise. Da mesma forma, na transferência hostil o ódio dirigido ao analista paralisa a associação livre, interrompe a frequência às sessões, quando não ocasiona o fim da análise, como ocorreu com Dora e Freud. Por outro lado, a transferência amorosa amena e admissível à consciência é veículo de progresso do tratamento desde que também esta seja manejada psicanaliticamente.

Ainda para Freud ([1917d]1990), em nenhum dos casos o analista pode esquecer que os intensos sentimentos de afeição ou ódio que lhe são dirigidos não se justificam por sua pessoa, sua conduta ou pela situação que se criou durante o tratamento, pois se referem a um padrão emocional na vida do paciente que já se achava pronto, preparado para repetir-se e que o tratamento analítico oportunizou. A doença do paciente não é algo acabado e a análise não a interrompe. O que o tratamento ocasiona é que as inibições, os traços patológicos e os sintomas do paciente passem a se concentrar na relação com o analista. Em conseqüência, cabe a este se ocupar dessa neurose transformada – *neurose de transferência* – que assumiu o lugar da anterior. A tarefa terapêutica do analista consiste em eliminar esta neurose nova (artificial) que assumiu o lugar da doença inicialmente trazida ao atendimento. Por isso diz Fédida (1988) que o amor de transferência cura o paciente da neurose e nos defrontamos, então, com a dificuldade de curar o paciente daquilo que o curou.

O paciente, diante da angústia suscitada pelo tratamento, enamora-se do analista buscando uma unidade com ele. Para Fédida (1988), a transferência neste contexto é o amor diante do desamparo, como a criança com a mãe. É preciso que o analista acolha este amor, receba-o sem, no entanto, alienar o paciente. Admitir este amor e tomá-lo no interior do tratamento, instaurar o afeto na linguagem e, assim, permitir que este circule e com ele circule o sentido. Como já vimos, o analista não pode deixar-se fascinar ou seduzir pelo lugar em que é colocado.

O amor de transferência confere ao analista um poder e não lhe é permitido em hipótese alguma abusar deste poder, impondo o seu narcisismo ao analisando. Ensina Freud ([1919]1990) que o amor transferencial não pode ser utilizado para ensinar o analisando a viver de acordo com os preceitos de saúde de seu analista ou a mantê-lo aprisionado a este como um ideal. O pai da psicanálise considera tal procedimento uma violência, ainda que revestida de motivos honrosos. Ele enfatiza que o paciente deve ser sempre levado a liberar e satisfazer sua própria natureza e não a assemelhar-se ao analista. Para ressaltar esta recomendação, afirma ter conseguido ajudar pessoas com as quais nada tinha em comum sem afetar sua individualidade. Ainda no mesmo texto, Freud ([1919]1990) define a análise livre como ouro puro em contraposição ao cobre da sugestão direta.

Neste mesmo sentido, complementa Dolto (1998c, p.18): “Esta transferência de poder que nós temos sobre alguém que pode estar aí representa o enigma do psicanalista e seu perigo, quase sua perversão, se crê saber algo porque os outros crêem que ele sabe algo”¹³. Ou seja, não cabe ao analista identificar-se com o saber que o analisando crê que ele detenha, mas acolher a palavra deste e deixá-la dar lugar à interpretação. Neste contexto, a interpretação lhe surge de maneira inesperada. Ele a enuncia e surpreende a si e ao analisando com o seu dizer. Em suma, o analista não diz pensando, diz por que sente necessidade de falar num exato momento quando a linguagem de sua escuta parece transbordar de si enunciada em uma fala.

¹³ Tradução livre para o trecho original em castelhano: “Esta transferencia del poder que tenemos sobre alguien que puede estar ahí representa el enigma del psicoanalista y su peligro, casi su perversión, si cree saber algo porque los otros creen que él sabe algo”.

Dolto (1998c) sintetiza o que ocorre na análise do seguinte modo: o paciente, através de seu desejo transferencial, sensibiliza o terapeuta para que o receba em tratamento, para que o ajude com sua pequena segurança teórica e pronuncie palavras que são muito importantes na vida dele, ainda que o psicanalista não saiba necessariamente quais são. Por isso, muitas vezes o analista não sabe o que disse que causou efeito no analisando, não lhe sendo possível teorizar ou explicar suas intervenções.

Esclarece Dolto (1998c, p.24), ainda, que a transferência existe porque “todos nós conservamos ao longo de nossa vida o infantilismo de crer que há pessoas adultas, e o fato de ser analistas é estar submetidos a estas transferências”¹⁴. E ressalta: só estamos submetidos, pois as pessoas necessitam crer que, porque estamos lhes ensinando algo, sabemos mais do que elas. Então recomenda que seja bom que os analistas entendam que não se trata na verdade de saber mais, mas de aceitar estar em um lugar daquele que parece saber mais.

De volta a Freud ([1914a]1990, p. 202-203), vemos que a sugestão não deve ser confundida com a psicanálise, pois a análise se refere sempre à elaboração das resistências em direção ao inconsciente. Em suas palavras:

Esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma árdua tarefa para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista. Todavia trata-se da parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente e que distingue o tratamento analítico do tratamento por sugestão.

O mesmo Freud ([1917e]1990, p. 539) alerta para o perigo que representa o poder que a transferência fornece ao analista no caso de um terapeuta inescrupuloso. Porém, defende o método analítico, afirmando que não há nenhum tipo de instrumento ou método que seja garantido quanto ao mal uso de quem o manuseia. Então, dispara: “Se um bisturi não corta, tampouco pode ser usado para curar”.

Esta questão persiste e Freud ([1937a]1990), em um de seus últimos textos, chamado “Construções em Análise”, após muito se debruçar sobre o assunto, afirma que o perigo de desencaminharmos um paciente por sugestão,

¹⁴ Tradução livre para o trecho original em castelhano: “Porque todos nosotros conservamos a lo largo de nuestra vida el infantilismo de creer que hay personas adultas, y el hecho de ser psicoanalistas es estar sometidos a estas transferências”.

persuadindo-o a aceitar aquilo em que nós próprios acreditamos foi exagerado. Isso porque um analista teria que se comportar muito incorretamente para que tal coisa acontecesse, a começar por não permitir que seus pacientes tivessem a oportunidade de falar.

Em última instância, se a transferência é a repetição de um passado esquecido, todo o seu manejo deve ter a direção de propiciar a recordação e a elaboração das resistências. Nesse sentido, Freud ([1917d]1990) ensina que superamos a transferência mostrando ao analisando que seus sentimentos não se originam da situação atual e não se aplicam à pessoa do analista, mas se tratam de uma repetição. No entanto, esta energia canalizada afetivamente à pessoa do médico tem um papel fundamental na análise, pois é o que permite ao paciente enfrentar as resistências ao conteúdo inconsciente reprimido. Desta forma é que a transferência o ajuda a transformar a repetição em lembrança. Não se deve permitir que o paciente se refugie na relação analítica como forma de escapar de sua vida. É preciso sempre remetê-lo a esta.

Freud ([1915a]1990, p. 214) já era enfático em afirmar que “o tratamento deve ser levado a cabo na abstinência”. Anos depois, Freud (1919) traduz o que chamou de abstinência, explicando que o termo não deve ser compreendido como agir sem nenhuma satisfação, o que ele considera impraticável. Tampouco pode ser reduzido ao caráter óbvio de abster-se da relação sexual. O termo abstinência, para Freud ([1919]1990, p. 205) “tem muito mais conexão com a dinâmica da doença e da recuperação”.

Segundo Mezan (1991), é para elucidar a origem da disposição à sugestão que o paciente traz consigo que Freud se lança à redação dos artigos sobre a técnica analítica escritos entre 1912-1914. Neles, como vimos aqui, dedica-se a uma série de recomendações àqueles que pretendem exercer a psicanálise, sobretudo no que diz respeito à transferência. Mezan (1991) nos aponta ainda que, no decorrer da evolução do pensamento freudiano, a transferência passa a ser concebida como um destino pulsional, de modo que nos artigos técnicos de 1912 a questão passa a ser de quais objetos infantis o analista passa a ser o substituto em virtude da mesma. Ou, em outras palavras, que identificações infantis o analisando atualiza através do investimento pulsional depositado na figura de seu psicanalista.

A pessoa conduz-se em sua vida afetiva com um padrão libidinal que se repete constantemente. A libido infantil insatisfeita já estava pronta para ser repetida na relação com o analista. Por isso, a transferência não é simplesmente a reprodução do passado, mas, é a forma como o infantil comparece na análise. Como a transferência é a expressão da tentativa de obter satisfação à maneira infantil, os afetos vividos pelo analisando frente à escuta neutra oferecida pelo analista são intensos e desproporcionais, justamente por não serem provenientes desta relação atual, mas a atualização de sua forma infantil de amar e/ou odiar seus objetos de investimento libidinal.

É em virtude da neutralidade do analista que o analisando pode atualizar na relação com este suas identificações infantis, pois esta postura do analista permite que o analisando imagine o que quiser e que a posição que lhe destina flutue. Neste sentido, Freud ([1915a]1990) insiste que o analista não abandone a neutralidade para com o paciente, e ensina que, para tanto, é necessário manter controlada a contratransferência. O mesmo Freud ([1910a]1990) já havia definido a contratransferência como aquilo que surge no analista em resposta à influência do paciente sobre seus sentimentos inconscientes. Logo recomendando que o analista a reconhecesse em si mesmo e a superasse.

Compreendemos, então, que a contratransferência precisa ser reconhecida pelo analista justamente para que não ceda a ela no sentido de concessões de uma reciprocidade, uma intimidade ou familiaridade com o paciente. É por identificar a contratransferência que o analista pode manter-se na condição de neutralidade. Em outras palavras, é por reconhecer o que é seu que não se mistura àquilo que é do paciente. A contratransferência é, portanto, responsável por poupar o analista de experiências que não deve viver no lugar do paciente, por ele ou com ele.

Freud ([1910a]1990, p. 130), no entanto, já nos advertia que “nenhum psicanalista avança além do quanto lhe permitem seus próprios complexos e resistências internas”. Portanto, a contratransferência só poderia ser reconhecida e sobrepujada, como ele propõe, se o próprio analista “iniciar sua atividade por uma auto-análise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes”. Mais tarde, Freud ([1914a]1990) abandonará o termo auto-análise

para aqueles que se propõem a tornar-se capazes de tratar pacientes pela psicanálise e insistirá na análise conduzida por um analista mais experiente. E, em um de seus últimos textos “Análise Terminável e Interminável”, Freud ([1937]1990) ainda aborda a questão e afirma que somente um indivíduo analisado pode ser analista e que, ainda assim, a análise empreendida não o imuniza. Logo, este deveria retornar periodicamente ao divã, fazendo com que sua própria análise enquanto for analista seja uma tarefa interminável.

Para Fédida (1991) esta exigência freudiana vincula-se à ética de neutralidade que se exige do analista. Pois somente esta neutralidade é que possibilita não colocar-se como o destinatário da fala do paciente. O destinatário é um ausente, cuja ausência será significada pela interpretação da identificação que se atualiza na análise. A contratransferência fracassa se o analista se identifica aos papéis familiares que o analisando lhe impõe.

Compreendemos com Fédida (1991) que a situação analítica não é uma situação social, interpessoal, simétrica. Nela a fala não tem que estar aprisionada ao caráter cotidiano de interlocução e de comunicação. Na análise, ao contrário, a ênfase é na desconstrução do discurso pronto, na fratura, na descontinuidade – enfim, na saída da repetição neurótica. É o que solicitamos aos nossos pacientes ao enunciá-lhes a regra fundamental: que falem tudo o que lhes vier ao pensamento sem preocupação com lógica, coerência, tempo ou juízo de valor, sem preocupação em comunicar-se ou fazer-se compreender. Pedimos que falem livremente, associem livremente. Então, tomamos como bem-vinda a língua e deixamo-la fluir.

Em contrapartida ao que pedimos ao paciente, devemos escutá-lo da mesma forma livre que lhe instamos a falar. A escuta flutuante solicita uma suspensão da atenção concentrada, um não pensar em nada e deixar-se embalar pela linguagem do analisando. Não se trata de significados ou de compreensão, mas de nos deixarmos afetar pela palavra inconsciente, rompendo com a lógica, a razão ou o tempo. É preciso que encontremos em nós a metáfora para o que o paciente nos diz do que ele próprio já se esqueceu – portanto, não sabe que é seu.

Assim, a partir da leitura de Fédida (1991), entendemos que a fala de interpretação do analista só pode ser reconhecida se este não tiver esquecido o sonho que é seu paradigma. A linguagem do inconsciente é a

linguagem do sonho. Por isso não se trata de falar, narrar ou contar, mas da linguagem que produz imagens, que coloca em som as imagens do inconsciente, provocando um retorno ou ressonância em quem escuta.

Fédida (1989) alerta para que não se recuse o infantil em nome de uma historicidade da infância, que não se troque a fala associativa que propicia o rememorar o infantil pela memorização da infância que lhe dá uma atualidade equivalente a acontecimentos presentes. O sonho não pode ser tomado como objeto no tratamento sem compreendermos que o sonho é o trabalho do inconsciente. E como tal deve ser escutado.

Tomar o sonho ou a fala do paciente como uma narrativa do atual, tentar conferir-lhes sentido, teorizar, aplainar, explicar, dar conta do dizer do analisando, equivale a esquecer a própria psicanálise. Sendo assim, reafirmamos o que até aqui foi dito sobre a clínica psicanalítica: esta se dá pela via da transferência que atualiza as identificações mais primitivas do analisando na relação com o seu analista. Por isso, ao nos referirmos ao manejo da transferência, é preciso que tenhamos em mente que esta não é um mero instrumento nas mãos do analista, mas é ela própria a sustentação do atendimento analítico e sua condução depende de que o analista possa escutar as associações da palavra e seguir o caminho regressivo em direção ao infantil que elas contêm.

Com estas considerações sobre as transferências, apresentamos a clínica psicanalítica. Passemos agora às especificidades no atendimento com crianças. Para tanto, introduzirei de quando em quando elementos de minha própria clínica, a qual deu origem a este estudo.

2.2 A CLÍNICA ANALÍTICA COM CRIANÇAS

Freud ([1909]1990), através do relato do caso do “Pequeno Hans”, nos mostra que a psicanálise de crianças, guardadas as suas especificidades, é a própria psicanálise¹⁵. Na discussão que faz sobre o referido caso clínico, Freud ([1909]1990) se posiciona em relação às possíveis críticas em torno de dois pontos sobre o atendimento de crianças.

¹⁵ Freud atuou neste caso clínico como supervisor do pai de Hans, que havia sido seu analisando anteriormente. Freud recebe a criança uma vez no decurso de seu atendimento.

O primeiro deles refere-se à confiabilidade das falas dos pequenos, o que Freud ([1909]1990) refuta afirmando que se é possível questionar à veracidade da fala da criança em nome de sua imaginação, também seria possível fazê-lo com os adultos em função de seus preconceitos. Diz, ainda, que as declarações feitas por adultos não oferecem necessariamente maior certeza do que a das crianças e que no todo diria que estas são até mais inclinadas para um amor à verdade do que os mais velhos. Concluimos, então, que no tocante à vida psíquica toda fantasia em torno da realidade tem um sentido para quem a produz, seja esta pessoa uma criança ou um adulto.

A segunda questão abordada por Freud ([1909]1990) diz respeito à vulnerabilidade da criança à 'sugestão'. Sobre este aspecto, ele deixa claro que o caso fala por si e não se estende muito em comentários por entender que Hans deu mostras suficientes de independência para que sua análise seja colocada acima da acusação de 'sugestão'. Aqui novamente depreendemos que o atendimento da criança não difere do realizado com adultos, pois o perigo da sugestão nos parece estar muito mais na conduta do analista do que faixa etária do paciente.

Sobre os pais de Hans, Freud ([1909]1990) atribui-lhes o mérito de haverem tido a sensibilidade de não rir das dificuldades de seu filho ou tiranizá-lo, mas encaminhá-lo a uma psicanálise, pois o que viu até então sobre a educação das crianças foi o oposto desta atitude de consideração pelo psiquismo infantil. Em suas palavras:

Parece-me que nos concentramos demais nos sintomas e nos interessamos muito pouco por suas causas. Ao educar as crianças só visamos a ser deixados em paz e não ter dificuldades, em suma, a formar uma criança modelo, e prestamos muito pouca atenção a se tal curso de desenvolvimento é também para o bem da criança (FREUD, [1909]1990, p. 148).

No posfácio do caso, Freud ([1909]1990) revela ter se encontrado com Hans já rapaz e que este lhe revelou não possuir nenhuma recordação da sua história clínica. Encontrava-se muito bem e sem qualquer problema ou inibição o agora não mais pequeno Hans.

Penso que devemos tomar como motivo de satisfação quando uma análise tenha sido esquecida e que a criança que outrora tratamos tenha se

tornado um jovem saudável. A meu ver, isto prova que o tratamento obteve êxito em ajudar a criança a se livrar de seus complexos e não se deu em virtude de uma influência pessoal sugestiva. Freud ([1933a] 1990, p. 181), sobre o atendimento de crianças, afirmou:

Verificou-se que a criança é muito propícia para o tratamento analítico; os resultados são seguros e duradouros. A técnica de tratamento usada em adultos deve, naturalmente, ser muito modificada para sua aplicação em crianças. Uma criança é um objeto psicologicamente diferente de um adulto, de vez que não possui superego, o método da associação livre não tem muita razão de ser.

Quanto à necessidade de modificação na técnica analítica para viabilizar o tratamento com crianças a que se refere Freud ([1933]1990), Dolto (1988) ensina que no lugar do método da associação livre emprega-se o método do brinquedo, do desenho espontâneo e da “conversa” com o analista que busca provocar discursos variados da criança. A autora lembra ainda que, com freqüência, só a criança fala e desenha e o analista apenas escuta. Outras vezes o analista conta uma história que é semelhante a todas as histórias. E, ainda outras vezes, o analista “faz a conversa”.

Posso acrescentar que somente diante de situações excepcionais o analista responde diretamente a um questionamento da criança. Ao contrário, procura sempre saber o que ela pensa sobre o que perguntou. E tampouco faz interpretações diretas dos desenhos ou demais atividades na análise, pois não há significados fixos a priori para absolutamente nada do que o paciente pode vir a trazer. Tudo é elucidado junto a cada criança a partir do que ela própria fala sobre isso. Ao atender de acordo com a técnica ensinada por Dolto (1985; 1988; 1990; 1991; 1996), costumamos utilizar as mesmas palavras que a criança, mas trabalhando para que o estado emocional vinculado a elas, quando doloroso, seja modificado. Assim, fica claro que não utilizamos com as crianças diálogos que usaríamos com os adultos. Empregamos a linguagem que lhe é própria e que lhe afeta – a saber, a linguagem simbólica e afetiva.

Portanto, freqüentemente, utilizamos a situação de jogo ou brinquedo para trabalhar os conflitos da criança e podemos nos valer de um fantoche, por exemplo, para enunciar uma interpretação; ou de uma família de animais para introduzir uma figura no contexto familiar; ou do teatro para

construir com a criança uma estória, permitindo-lhe aos poucos modificar o sentido atribuído a algumas vivências dolorosas e/ou traumáticas. Os livros de estórias também nos são preciosos na clínica com crianças e os utilizamos narrando, recontando ou possibilitando que ela recontе e/ou, ainda, solicitando associações. Enfim, sempre escutando o que a criança nos diz e como nos diz de si através dos diferentes elementos. Logo, o brinquedo e o desenho não são para nós o substituto da palavra no atendimento infantil. Eles são isto sim, a própria palavra, a forma como a criança fala ou se expressa na sessão.

Assim, não se interpreta um brinquedo à luz de simbolismos pré-determinados, assim como Freud ([1900]1990) já o recomendava em relação ao sonho quando nos ensinou que só quem sabe o significado de um sonho é o próprio sonhador. Da mesma forma, o brinquedo, enquanto fantasia produzida pelo psiquismo da criança, só pode ser compreendido à luz de suas associações, do significado que pode ter para ela no contexto de sua história e/ou de sua sessão e da relação que mantém com seu analista. E, tal como o adulto repete o mesmo mote em suas sessões, a criança brinca repetitivamente, atua a mesma fantasia sessão após sessão até que possa elaborá-la. O desenho igualmente se repete e, muitas vezes, a criança vai acrescentando ao brincar ou ao desenhar novos detalhes como que ampliando a construção de uma estória da qual é a narradora.

Quem nos visse em uma sessão com a criança poderia imaginar que o brincar não difere de uma brincadeira comum da criança em seu dia-a-dia. Talvez o brincar não difira realmente, mas a interpretação do analista para este, sem dúvida, sim. Tomando novamente por analogia a interpretação de um sonho, podemos dizer que em uma análise não interpretamos o sonho, mas o relato que o sonhador nos traz deste. Logo, consideramos que já estamos lidando com alguma elaboração do sonho sonhado produzida pela palavra de quem nos conta. Da mesma forma, o brinquedo já é uma tentativa de elaboração da criança daquilo que ainda não conseguiu significar para si. Por isso, para nós, seu brincar na sessão nunca é aleatório, assim como não o são as associações livres dos adultos. Tudo tem um sentido. A diferença parece estar tão somente no elemento de que um ou outro – adulto ou criança – se utilizam para expressá-lo.

Então, assim como um sonho, o brinquedo pode ser a expressão de um desejo, mas também pode estar associado à possibilidade de elaborar algo desagradável. É o que podemos depreender da leitura de Freud ([1920]1990) no texto “Além do Princípio do Prazer”, que, a partir da análise de alguns pacientes, percebe que estes repetem sonhos terríveis referentes às experiências traumáticas que viveram na guerra. E, conclui, então, que os sonhos, mesmo que expressem sempre um desejo, podem repetir coisas desagradáveis que ainda não foram elaboradas. No mesmo texto, Freud ([1920]1990), ao observar a brincadeira de seu neto com o carretel, conclui – como já o havia feito acerca dos sonhos – que é possível a criança valer-se do jogo para tentar simbolizar o que não lhe agrada, brincando, como fazia seu neto, de expressar a ausência e o retorno materno através do jogar e puxar o carretel. Ao perceber que o atirar longe era repetido com muito mais insistência do que o trazer de volta, Freud ([1920]1990) ressalta que ao brincar a criança, que seria passiva na situação vivida na realidade, assume uma postura ativa de controle da situação. Como no exemplo citado, no qual o que a criança deixa entrever é que não é a mãe que se vai, deixando-a sozinha. É ela que a expulsa e traz de volta ao seu bel prazer.

Quanto ao desenho, podemos dizer que uma de suas principais características é sua qualidade projetiva. A criança ao desenhar recorta uma cena e expressa através desta cena o que lhe é significativo. Através do desenho a criança marca a superfície do papel com algo de si e projeta nesta tela elementos de seu inconsciente, os quais, associados às falas enunciadas, permitem-nos o vislumbrar de seu inconsciente.

Não devemos descartar também o fato de que a criança, frequentemente, enquanto brinca, modela, recorta, cola ou desenha, espontaneamente fala com seu analista sobre diferentes assuntos – ou seja, também produz associações livres. A criança, então, comenta o que está fazendo, lembra de coisas que relaciona a sua produção ou atuação, nos conta seus sonhos, suas faltas, suas travessuras, seus medos e seus segredos. Esta confiança, para Dolto (1988, p. 133), é a *situação de transferência*, a qual ela define como “a adesão afetiva ao psicanalista, que se converte num personagem, e dos mais importantes, do mundo interior da criança, durante o período do tratamento”.

O tratamento da criança, assim como o do adulto, ocorre na transferência. A especificidade aqui parece ser a de que, neste caso, o analista precisa lidar também com a transferência dos pais¹⁶. Aliás, é um fato que os pais estão presentes no atendimento da criança, uma vez que são eles quem o procuram, viabilizam a ida do filho às sessões, permitem ou não que este permaneça em tratamento e pagam pelo trabalho do analista. Portanto, é fundamental considerarmos de que modo se dá sua presença.

No que se refere ao início do tratamento, aceitar ou não uma criança em análise, assim como um adulto, requer uma escuta preliminar. A diferença no atendimento da criança é que esta é feita inicialmente recebendo-se os pais que falam, então, sobre a criança e as razões pelas quais eles crêem que é necessário o atendimento para ela. Após os encontros com os pais, marco em torno de três sessões com a criança, nas quais utilizo alguns materiais lúdicos e outros projetivos e retorno novamente aos pais, geralmente concedendo-lhes um novo olhar sobre o filho e a situação como um todo.

Sobre emitir uma opinião profissional quanto ao atendimento e orientar os pais, Dolto (1988) explicita que nossa atitude é diferente quando se trata da criança e quando se refere aos pais, pois para estes algumas vezes precisamos fornecer orientação, a qual, caso seja seguida, obterá já algum progresso no comportamento da criança. No entanto, qualquer orientação só deverá ser realizada após o período preliminar do atendimento. Com isso, Dolto (1988) se propõe a mostrar que o trabalho com crianças, ainda que não escape de todo de certo valor educativo junto aos pais, corresponde no que se refere à criança, ponto a ponto à experiência psicanalítica, pois a atitude interior do analista é idêntica a que este possui em qualquer outra sessão de análise.

Não devemos fazer considerações prematuras, pois no período preliminar é preciso considerar e observar muitos aspectos do que nos trazem os pais e as crianças, tais como o fato de que inúmeras vezes a demanda dos

¹⁶ Sobre a transferência no atendimento de crianças, Freud ([1933a]1990) entende que, devido os pais reais ainda estarem em evidência, esta desempenha um papel diferente. Pois, segundo ele, as resistências internas contra as quais lutamos no caso dos adultos são na sua maior parte substituídas, nas crianças, pelas dificuldades externas. Os pais são aqueles que propriamente se constituem em veículo da resistência, o que leva o objetivo da análise – e a análise como tal – muitas vezes a correr perigo. Daí porque Freud ([1933a]1990) deduz que muitas vezes é necessária determinada dose de influência analítica junto aos pais.

pais não coincide com a da criança. Ou, ainda, a questão da gravidade de uma neurose infantil, a qual não pode ser avaliada em virtude do incômodo que o comportamento da criança causa aos pais. Por exemplo, pode haver muito mais sofrimento e patologia na criança “quietinha” e que não dá trabalho ou incomoda do que naquela que se expressa de modo barulhento e contraria os pais.

Muitas vezes também a decisão de buscar atendimento para a criança não partiu dos pais, mas do meio, e aí é necessário compreender até que ponto eles se implicam no pedido de ajuda que nos fazem, pois é comum que os pais procurem a terapia para a criança por indicação da escola ou do pediatra. E, assim, por vezes crianças que já vinham apresentando no contexto familiar alto grau de sofrimento expresso de diferentes formas – como insônia, pesadelos, vômitos, ranger de dentes – só chegam até nós quando um sintoma transborda do ambiente familiar para o meio social e “os outros” começam a perceber e a apontar que algo não vai bem com a criança. Neste contexto, uma das causas mais freqüentes pela qual nos trazem a criança é o não aprendizado da leitura e da escrita ou alguma dificuldade de aprendizagem ou de desempenho escolar. Nestes casos, segundo Dolto (1991), a antiguidade de um estado de dificuldades emocionais que vem sendo negligenciado pode ser determinante na gravidade do quadro clínico e o que poderia ter tido um desfecho bem simples se tivesse sido olhado com maior antecedência termina por constituir-se em grave patologia a ser tratada.

Em qualquer caso de onde provenha a indicação, é fundamental escutar o que os pais pensam da recomendação que lhes foi feita para que buscassem um atendimento analítico para seu filho. Neste sentido, há muita ambivalência dos pais em relação ao atendimento de sua criança, pois ao mesmo tempo em que depositam no analista a esperança de melhora, também temem a influência que este estranho que conversa a sós com seu filho possa vir a ter sobre ele e – por que não dizer? – sobre eles. Logo, é necessária boa dose de confiança – ou alto grau de desespero como afirmam alguns pais – para que se permita essa presença de um estrangeiro junto ao filho. Por isso, novamente observamos a relevância das primeiras entrevistas com os pais, nas quais, entre outras tantas coisas, é importante a percepção e o acolhimento de suas angústias quanto ao que ocorrerá no atendimento.

Ainda assim, no decorrer do atendimento da criança, muitas vezes os pais que conscientemente nos pediram que a tomássemos em tratamento, inconscientemente boicotam o mesmo por se sentirem ameaçados em verem modificada a relação que mantiveram com a criança e seu sintoma até então. Relação que se sustentou, é importante lembrar, por alguma razão que agora a análise da criança coloca em questão. Por isso, os primeiros atendimentos com os pais não têm para nós psicanalistas a direção de uma coleta de dados. A escuta clínica centra-se, sobretudo na dinâmica psíquica estabelecida entre cada um dos pais e este filho que eles nos trazem para atendimento. É neste momento que os pais nos falam de sua própria história como filhos, dos desejos que projetam na criança e de suas angústias e queixas relativas a ela.

Para tanto, nas entrevistas preliminares costumo atender os pais juntos e cada um individualmente. Quando um dos pais não comparece, peço-lhe que venha em algum momento e nunca, jamais atendo uma criança sem a autorização e o consentimento de um de seus pais e muito menos em segredo a este. Após esse período, os pais trazem a criança e a trato em sua presença como o sujeito que a considero, um ser de linguagem e desejo, com quem falo e a quem respondo. Justifico, então, à criança porque seus pais vieram primeiro para falar dela. Ou seja, que fique claro que estes não vieram antes porque ela não tem capacidade para dizer de si e por isso será tomada em atendimento para atender um pedido ou um desejo de seus pais. Definitivamente não! É preciso que se diga à criança que o atendimento é dela e para ela. Logo, seus pais vieram antes para nos falar dela porque são seus pais, se preocupam com o que imaginam possa estar acontecendo com ela e com tudo o que lhe cause sofrimento, mas é ela quem decidirá se deseja o atendimento para si após alguns encontros comigo. E, quando a criança recusa o atendimento, ela é respeitada.

Nestes casos, segundo Dolto (1985), a criança tem sempre razão e, caso não queira a análise, é porque provavelmente intui que não é para ela. Logo, deve ser atendido aquele que deseja o atendimento em nome da criança. Aqui é válido ressaltar que o analista não tem o papel em nenhum momento de agente de normalização. Atendemos apenas e tão somente àquele que apresenta algum sofrimento. Tratamos do sofrimento e não da eliminação de um sintoma ou da instalação de qualquer tipo de adequação.

Nas entrevistas iniciais abordo ainda com os pais a necessidade de falarem com a criança sobre sua vinda ao consultório. Peço-lhes que lhe digam quais as suas preocupações em relação a ela. É importante que a criança saiba que virá para realizar um tratamento porque seus pais crêem que ela sofre ou que algo não vai bem com ela. É preciso já desde o começo trabalhar com a palavra justa, que humaniza e dá sentido ao que será vivido, e estabelecer ou ampliar o uso da linguagem entre os pais e a criança.

Fora este aspecto da palavra a ser dada sobre o atendimento, Dolto (1991) indica que, de início, deixemos os pais à vontade e não façamos qualquer recomendação de que modifiquem sua conduta com o filho até que possamos compreender porque constituíram esta forma de se relacionar com a criança. Afinal, podemos incorrer na solicitação de uma mudança que, por questões emocionais dos próprios pais, lhes são ainda impossíveis de atender, levando-os, então, a uma hostilidade conosco advinda da culpa que sentem e que os faz ouvir nossa orientação como uma acusação pelo sofrimento do filho.

Por isso, Mannoni (1999) ressalta que, no que se refere à transferência da criança, a questão reside em tirar a criança de um padrão adoecido que mantém com a cumplicidade dos pais, o que, para Mannoni (1999, p. 95), “somente pode ser feito se compreendermos que o discurso que se sustenta é um discurso coletivo, a experiência da transferência se faz entre analista, criança e pais”. Mannoni (1999) ensina, ainda, que o analista precisa situar o que a criança representa no mundo fantasmático dos pais e qual o lugar que estes reservam a ele próprio nas relações que mantém com a criança. Pois, por vezes, quando não consegue visualizar quais são os efeitos na fantasia dos pais de sua própria ação junto à criança, o analista corre o risco de ser tomado de surpresa pela interrupção brusca do atendimento.

A interrupção prematura do atendimento pode ocorrer em virtude dos pais não poderem lidar com a melhora da criança ou com a relação desta com o analista. Mas também ocorre, como nos lembra Dolto (1991), de a própria criança em um momento de resistência à análise, que lhe é tão custosa quanto à de um adulto, levar os pais, através de suas palavras ou comportamentos, a cancelarem o tratamento sem a concordância do analista. Nestes casos, pode-se até interpretar para os pais a atitude da criança e a deles, mas jamais se deve insistir na manutenção do atendimento nestas condições. Em virtude

dessa complexidade da presença dos pais na clínica com crianças, Dolto (1985) recomenda vivamente que é preciso primeiro ser psicanalista de adultos antes de se propor a “psicanalisar” crianças.

Na qualidade de analistas, ao atendermos a criança é comum oferecermos aos pais, em algum momento, uma escuta clínica que lhes traz a possibilidade de se interrogarem sobre si. Também ocorre de remetermos os pais ou um deles a uma análise pessoal – uma vez que esta é a análise da criança – a qual contribuirá para a sua saúde e a de seu(s) filho(s).¹⁷

Em algumas ocasiões percebemos que os pais vêm demandar atendimento para suas dificuldades através do pedido de atendimento do filho, pois nem sempre podem reconhecer como sua a demanda de análise. Por vezes também, ao iniciarmos o trabalho com a criança, os pais concluem que necessitam de ajuda para si e nos pedem que os atendamos e então somos levados a explicar-lhes que só podemos cuidar de uma pessoa na família e indicamos outro analista. Outras vezes, como os pais não desejam iniciar um processo próprio, ainda que encaminhados, é possível que só a criança realize conosco um trabalho pessoal, o qual poderá até vir a ter um efeito libertador sobre os seus pais (DOLTO, 1985).

Os pais são acolhidos, e não julgados. Porém, tampouco acatamos qualquer julgamento condenatório sobre a criança. A atitude de aceitação em face da criança não é quebrada por nada do que nos possa ser dito sobre ela. A nossa atitude é a de procurar compreender o que leva a criança a precisar do sintoma. Na verdade, é preciso que se deixe claro que ninguém – criança ou adulto, filho ou pais – desenvolve um comportamento que lhe causa sofrimento e/ou aos demais que lhe são significativos porque quer, mas porque não pode ainda fazer de outra forma. Na clínica psicanalítica, o sintoma não substitui o sujeito. Assim, a criança não é para nós um sintoma, é uma pessoa da qual o sintoma é uma forma de expressão.

Então, ainda que não seja permitido à criança fazer tudo e que lhe seja exigido respeitar o tempo de encerramento da sessão, a atitude do analista nunca é moralizadora ou pedagógica. Ao contrário, é sempre neutra e

¹⁷ Sobre a recomendação de análise aos pais, Freud ([1933a 1990, p. 183]) afirma: Os pais que tiverem em si a experiência da análise, e devem muito a ela, além de lhe deverem compreensão interna (insight) das falas havidas na sua própria educação, tratarão seus filhos com melhor compreensão e lhes pouparão muitas coisas de que não foram poupados.

acolhedora, o que em absoluto “deseducará” a criança, a qual, segundo Dolto (1990), assim como os adultos estabelece muito bem a diferença entre sua sessão de análise e a realidade das relações humanas na vida social.

É importante, ainda, sinalizar aos pais que a terapia não substitui ou concorre com a educação que dão aos seus filhos e, por isso, não devem sentir-se inibidos em suas reações com a criança em virtude da análise da mesma (quando, por exemplo, a própria criança ameaça seus pais de que vai queixar-se deles ao analista). Essa atitude da criança, segundo Dolto (1985), faz com que os pais carreguem a parte negativa da transferência que a criança não traz à sessão, levando-os a reações negativas e angustiadas frente ao analista. Também é preciso preveni-los de que a criança, ao perceber a confiança que seus pais depositam no analista, pode atribuir a ele palavras e/ou orientações que não foram por ele pronunciadas.

No atendimento de crianças, além dos pais, por vezes outras pessoas angustiadas em torno da criança ou que podem auxiliá-la em sua angústia demandam nossa escuta. Assim, por vezes faço sessões com a professora, a avó, a babá, os novos cônjuges dos pais – enfim, quem quer que possa ser significativo à criança. Também ocorre da criança pedir para trazer um irmão ou irmã à sua sessão e concordo que o traga. É possível ainda que realize sessões conjuntas com a mãe, seja por solicitação desta e com a qual a criança concorda, seja por algo que observei e apresentei à criança, ou ainda seja por um pedido da própria criança, que necessita dizer algo e prefere fazê-lo no consultório. Da mesma forma com o pai. Acontece também de, no decorrer do tratamento, solicitar ou os pais solicitarem sessões individuais ou em conjunto. Quando as sessões são individuais é preciso muito cuidado para não despertar angústias persecutórias no cônjuge e a instalação de uma transferência hostil que pode culminar na retirada da criança do atendimento. De um modo geral, no entanto, digo aos pais no começo do atendimento que podem me procurar sempre que desejarem e que, ainda que nestas ocasiões seja mantido o sigilo ético para com a criança, posso escutá-los, receber sua contribuição para o atendimento de seu filho e fornecer-lhes informações sobre o andamento do tratamento da criança.

Tanto quanto na análise dos adultos, o analista não pode deixar-se seduzir pelo paciente. Seu trabalho não é dar beijinhos na criança, ser o “tio”

ou a “tia” e muito menos substituir seu pai ou sua mãe, mesmo que a criança, pela via da transferência, lhe faça tais apelos. O analista não deve responder ao pedido. Pode cooperar na compreensão do inconsciente, mas não compactuar com a produção das fantasias. Segundo Dolto (1989, p. 50): “O analista analisa as emoções de cada um, tal como elas são experimentadas, mas ele mesmo não está afetivamente engajado. Neste sentido... trata-se da escuta dinâmica do inconsciente, a serviço de um sujeito, para que ele possa *fazer com*”.

Pela via da transferência realizamos nosso trabalho junto à criança que se encontra em sofrimento, restituindo-lhe o afeto e a confiança de que necessita para desenvolver-se. Nossa atitude deve romper com a forma como a criança vem sendo tratada até então pelos adultos que a acompanham – pais, educadores, médicos – e que falam sobre ela e não com ela. Ao lhe dar a palavra e por escutá-la no dizer do que lhe acontece e de suas razões a alçamos à condição de sujeito a fim de poder compreender a origem de seu comportamento afetivo.

Nestes termos, Dolto (1985) nos lembra que no trabalho com crianças o progresso da análise traz inúmeras vezes à tona formas de expressões que não são toleradas em sociedade e que a criança sente a necessidade de exprimir conosco. Cabe-nos, então, observar e suportar a transferência que lhe permite atuar o que lhe transtornou. Ainda segundo Dolto (1988), a partir da análise da transferência a criança refaz por si mesma uma síntese melhor ajustada com os elementos que estavam nela contra a sua própria vontade. E assim compreendemos que a mudança na criança não se dá no plano relacional. Não se trata da pessoa do analista, mas de sua fala justa na transferência.

Uma questão delicada em qualquer atendimento analítico é a do fim da análise. No atendimento da criança, o momento de encerrar o atendimento nos remete a considerar algumas questões específicas. Primeiro é preciso aqui especificar que adoto em minha clínica com crianças a posição de Dolto (1990) de que enquanto esta estiver na fase oral, anal e até o Édipo, o atendimento da criança não é uma análise, mas uma psicoterapia (ainda que pautada nos preceitos teóricos da psicanálise). É preciso fazer um trabalho com os pais para que o pai ocupe seu lugar junto à criança e para que a mãe assim o

permita. Na compreensão de Dolto (1990, 125): “Num adulto, a transferência faz-se sobre o analista, mas, numa criança, o Édipo se faz com seus pais; não é transferível sobre o analista”.

Os pais são e devem ser sempre mais importantes para a criança do que o analista. Que fique claro para todos: o analista não substitui os pais. Uma criança não deve ser tomada em atendimento ou nele permanecer para além do absolutamente necessário. Quem tem que cuidar ou se ocupar da criança são seus pais, e não o analista.

Da mesma forma que os pais viveram com angústia o começo do atendimento, agora, por razões diferentes, também se angustiam. No começo foi pelo medo e no final pela confiança que têm no analista e o temor de que a criança regrida ou de que eles não saibam como ajudá-la. É preciso, portanto, assegurar-lhes de que o atendimento não é mais necessário e de que eles sempre saberão o que fazer, pois o souberam até agora e são os pais da criança. Portanto, acolhemos sua angústia quanto ao final do atendimento, porém mantemos firme nossa decisão. Reafirmamos aos pais seu lugar junto à criança, este sim imprescindível a ela.

Nesta mesma linha de pensamento, Dolto (1990) reafirma que nós psicanalistas podemos apenas ajudar a criança a superar o Édipo, mas é sobre seus pais que este se dá. A autora ensina que o momento em que a criança não necessita mais do atendimento é justamente quando já superou sua problemática edipiana. Para a autora é possível observarmos isso quando percebemos que a criança assume suas dificuldades e se responsabiliza por elas. Não atua mais como a mamãe, pela mamãe ou em função da mamãe (para agradá-la ou contrariá-la). O que quer que faça, o faz por si e para si mesma. Podemos dizer que os pais já “estão” nela.

Ainda neste contexto, Dolto (1990) nos revela também que a resolução do Édipo é expressa simbolicamente quando a criança constrói algo (um brinquedo ou um objeto) que funciona bem. Ou ainda quando desenha com coerência e proporção adequada o que quer representar. Também observamos como representa o trio em seu desenho, se em elementos centrados e independentes ou se em conflito ou interferência entre si. Segundo Dolto (1990,126): “Há na representação indícios que nos fazem ver se realmente o trabalho foi suficiente para concluir o tratamento”.

Para a criança que ultrapassa o Édipo, a mesma Dolto (1990) ensina que antes de encerramos o tratamento é preciso abordar com ela duas problemáticas: a da vida sexual projetada para o futuro e a da morte. Penso que o tema da sexualidade é abordado no sentido de que a criança, já identificada a sua condição de masculino ou feminino, deve ser remetida ao que poderá fazer com isso em sua vida adulta, no sentido de que é nesta que encontrará alguém com quem poderá então viver o que no presente presencia seus pais terem entre si.

Quanto à questão da morte, entendo que podemos falar sobre ela após o Édipo porque a criança já se defrontou com a castração. Logo, está apta a lidar com o limite e a falta que a morte representa. Penso, inclusive, que a morte é a castração potencializada em seu máximo, a extrema castração com a qual se defronta o ser humano. Assim, abordar a morte é entrar em contato com a finitude das coisas e, entre elas, o final do atendimento da criança que está próximo.

É comum nesses momentos que a criança ainda não queira encerrar suas vindas ao analista e nos cabe remetê-la aos seus pais. Costumo, nestes momentos, reconstituir para a criança o percurso de seu atendimento. Todo esse processo requer algumas sessões de desligamento, cujo número é variável de caso a caso. Por vezes, neste período a criança tenta voltar a “produzir” sintomas ou a alegar sofrimento na tentativa de justificar sua permanência conosco. Tratamos disto com ela também.

Para ilustrar esses comentários sobre as sessões finais em um tratamento de criança, deixo ao leitor uma pequena estória que foi construída no período de encerramento do atendimento de uma criança que foi adotada quando bebê e estava nesta ocasião com sete anos de idade. A queixa inicial era de alopecia após uma intervenção cirúrgica. Este texto foi escrito e ilustrado nas três últimas sessões pela criança, que também o levou consigo. Na referida estória encontramos os elementos do que a trouxe ao atendimento, de sua relação de filiação, das sessões e das referências à castração (ao remeter a criança aos seus pais e amigos daí em diante e à projeção futura de sua sexualidade). Passemos, pois, ao texto:

Era uma vez uma família de cavalos, um papai e uma mamãe que tiveram um lindo cavalinho, de pêlo, olhos e crina castanha escura. Papai e mamãe desejaram que seu cavalinho nascesse e o cavalinho desejou nascer e conhecer o mundo do lado de fora da barriga da mamãe. Então, o cavalinho nasceu e seus pais lhe deram o nome de 'Feliz'.

Os pais de Feliz o amavam muito e viram que não podiam cuidar dele nesse reino em que eles moravam. Então, resolveram pedir ajuda a uma outra família de um reino distante que desejava muito ter um filinho para amar e cuidar. Assim, papai e mamãe de Feliz confiaram seu filho a essa família que também o amava e podia cuidar dele. A mamãe de Feliz, que se chamava Esperança, entregou seu filhinho a sua nova mamãe, que se chamava Amor. E ele cresceu muito amado e bem cuidado por sua mamãe e seu papai.

Feliz tinha um problema: ele não falava, ele falava por dentro. Falar por dentro é sentir que está falando, mas não estar. Os outros cavalos tolinhos riam dele e não o entendiam. A nova mamãe de Feliz, que passou a ser a sua mamãe, o compreendia mesmo sem que ele falasse como os outros, pois ela e Feliz tinham uma relação muito especial. E a mamãe entendeu que Feliz precisava se aproximar também das outras pessoas e resolveu, então, que ela faria tudo o que fosse possível para ajudá-lo. Mamãe Amor, então, começou a investigar em que reino existia um médico para o caso de seu filhinho Feliz. Procurou, procurou, procurou... e encontrou um reino muito diferente, um reino rico e poderoso, chamado reino São Paulo, onde tinha um doutor estudioso em gargantas que não falam. Eles então viajaram para lá enquanto o papai ficou no reino deles trabalhando e esperando com saudade os dois poderem voltar.

No reino São Paulo, o doutor, que se chamava Especialista, fez uma operação em Feliz. Essa operação foi muito difícil, pois Feliz não sabia direito o que estava acontecendo com ele, nem se ia melhorar ou não. Depois da operação, Feliz teve que ficar de cama, sem poder sair ou passear. Teve dores na garganta, ficou com um cachecol todo o tempo no pescoço e, quando tentava comer, doía muito. A mamãe de Feliz ficou ao seu lado, cuidou dele, descobriu que ele conseguia tomar sorvete e comprou de várias cores e sabores para vê-lo melhor.

Só que Feliz estava com raiva da mamãe por causa da operação e das dores. Ainda não tinha vindo o lado bom e ele não sabia falar dessa raiva, pois mamãe Amor era boa e é muito difícil estar com raiva de uma mamãe boa. Mas às vezes acontece e é preciso falar. Como Feliz não falou, seu corpo começou a dizer por ele e sua crina, que era linda, linda, foi perdendo a cor. Foi ficando cada dia mais transparente.

A operação foi um sucesso e um mês depois Feliz pôde tirar o cachecol e já podia falar. Olhou para mamãe e disse: "mamãe". Mamãe Amor chorou de emoção! Os dois então voltaram para seu reino. Chegando em casa, todos estavam reunidos para esperar Feliz e olhavam para ele com grande expectativa. Feliz, que era muito travesso e bem humorado, fez "bu" e todos caíram de susto. Foi muito engraçado esse momento, acabando logo com os cuidados sobre a fala de Feliz.

Mas nem tudo estava resolvido ainda, pois a voz de Feliz já saía, mas ainda não era igual a dos outros e Feliz precisava entender que cada um é sempre diferente do outro e não existem dois cavalinhos iguais e nem duas vozes iguais, ou dois pés iguais, ou dois jeitos iguais. Ninguém é perfeito e

cada cavalinho é especial do seu jeito. Também ainda faltava Feliz falar das dores que passou para poder falar.

Então, mãe Amor descobriu no reino uma doutora que se chamava Cuidado e levou Feliz até ela. Lá, então, Feliz falou muito e desenhou e contou histórias e brincou e pôde ir compreendendo tudo o que tinha vivido. Sua crina foi ganhando cor novamente à medida que Feliz falava e ele foi crescendo e ficando cada dia mais lindo, com sua crina castanha brilhante e ondulada.

Feliz se despediu da Dra. Cuidado, pois já sabia falar de seus sentimentos com a mãe, com o pai e com seus amigos de confiança. Aprendeu a lição de que as palavras também podem ser utilizadas para falar dos sentimentos. Então Feliz conheceu uma linda cavalinha que se chamava Alegria. Alegria era diferente dele, pois era branca e tinha a crina cor de rosa, mas só era diferente por fora, na aparência, pois por dentro Feliz e Alegria se pareciam muito. Eles eram bons e amigos para todos e logo se apaixonaram, casaram e formaram sua própria família de cavalinhos misturados: uns brancos, outros castanhos, mas todos alegres e felizes como seus pais.

Assim, finalizando este ensaio sobre a clínica analítica com crianças, concordo com Dolto (1991) de que não há contra-indicações ou perigo – desde que realizado adequadamente, considerando sua fase afetivo-sexual –, em tratarmos uma criança. Ao contrário, só há vantagens. Ainda que o tratamento seja breve ou até se houver sido interrompido, estes encontros com o analista sempre acarretam frutos positivos à criança, mesmo que seus pais não consigam identificar exatamente quais são.

Nesta incursão pela clínica psicanalítica, daremos agora mais um passo no sentido da particularidade deste estudo, o qual tem como sujeito a criança perfilhada por um casal que não a gerou biologicamente. Assim, passemos à reflexão das especificidades da clínica na filiação por adoção.

2.3 A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Adotar um filho é uma escolha. Em uma escolha, opta-se por algo em detrimento de outras possibilidades. Logo, toda escolha implica em perdas que precisam ser reconhecidas e elaboradas. No caso da filiação por adoção, no entanto, o que se percebe na clínica é que as perdas inúmeras vezes não podem ser olhadas ou são negadas, comprometendo a qualidade dos vínculos familiares estabelecidos e as possibilidades de identificação, uma vez que a elaboração ou não do luto pelas perdas inerentes a essa forma de filiação é

determinante para o lugar que os pais poderão conceder a este filho que chega.

Neste sentido, Hamad (2002), ao escutar casais candidatos à adoção, conta que as questões subjetivas de cada cônjuge no pedido de adoção se encontram eclipsadas pela idéia *do casal* firmemente decidido. Essa idéia *do casal* parece impedir que cada um possa perceber e falar sobre seu desejo de um filho adotivo, sobre seus medos, suas angústias e suas perdas com essa busca. Mais ainda, a firmeza da decisão parece inviabilizar não só a fala subjetiva, mas qualquer fala sobre o assunto.

Aos poucos, no entanto, Hamad (2002) afirma que a escuta vai dando a palavra a sujeitos postos à prova narcisicamente, levando o autor a refletir que a elaboração do luto se faz aos poucos, ali na disposição do analista em receber cada palavra. Do que podemos depreender, então, que a unicidade do par dá lugar, a partir da escuta analítica, a sujeitos, cada um com suas próprias questões a serem elaboradas e, até então, eclipsadas pela idéia *do casal*. Para Hamad (2002) esta escuta implica, para além da história singular de cada um, a identificação do quê de seu desejo de criança e de sua fantasia inconsciente se desvela nos interstícios de seu discurso, pois é o discurso, referido à história subjetiva daquele que o mantém, o determinante do lugar que será concedido à criança nessa adoção.

O mesmo Hamad (2002) nos chama a atenção ainda para os casos em que o desejo em adotar uma criança está intimamente relacionado a um desejo de atenuar um sofrimento, como a perda de um filho, a esterilidade ou a impossibilidade de levar a gravidez até o nascimento do bebê, sofrimento este que a adoção parece vir para mitigar. Nesse caso, a criança adotada é chamada a entrar na pele de uma outra que foi desejada e a renunciar, assim, a seu estatuto de sujeito. O referido autor nos alerta para o risco da criança adotada ocupar o lugar do filho não tido e vir a ser para seus pais o substituto de um luto não elaborado. Esta situação pode levar os pais a uma culpa inconsciente em relação ao filho adotivo e à conseqüente permissividade ou ao extremo oposto, à agressividade, expressas das mais diversas formas.

Assim, compreendemos que não se deve adotar uma criança para compensar o cônjuge por uma esterilidade, não se deve adotar uma criança para compensar o filho não tido, abortado ou morto, sob pena de transformar a

criança adotada em um objeto. Negar-lhe a permissão para existir como sujeito é condená-la a um não poder vir a ser, a não ser no lugar de outrem. Ampliando esta idéia, Dolto (1998a) nos lembra que essa 'herança' que o filho adotivo recebe também pode ocorrer na filiação biológica quando do nascimento após a morte de um filho. Isso leva a autora a afirmar que o perigo neste caso está em tomar um filho, seja ele adotivo ou biológico, como o consolo dos genitores. Em outro momento de seu texto, Dolto (1998a) nos dá a idéia de que talvez o risco para o adotivo neste processo seja maior, pois pode surgir na criança o desejo de 'adotar' tudo o que seus pais desejam de si, com o intuito de comprovar-se como filho deles.

Podemos depreender, então, que o risco de ser tomado como objeto ocorre em qualquer forma de filiação. Porém, nos adotivos a vulnerabilidade ao perigo é agravada em virtude do desejo destes em se reconhecer e poder ser reconhecidos como filhos de seus pais. Sobre esta tentativa de identificação da criança com seus pais adotivos, Dolto (1998) alerta que o filho adotivo, por não ter o gene de seus pais, aliena-se muito mais na identificação na tentativa de compensar os pais adotivos pela ausência dos traços hereditários. Logo, é preciso que os pais adotivos o liberem deste fardo e lhe permitam, assim, construir a sua subjetividade.

Para Dolto (1985) o perigo não reside somente na exigência inconsciente do filho adotivo de ser mais visivelmente filho de seus pais adotivos do que teria sido de seus pais de nascimento, mas na correspondência que esse desejo encontra nos pais adotivos, que depositam as suas esperanças nessa criança destinada a corresponder ao amor e aos esforços que fazem por ela. E aqui é preciso acrescentar todo sofrimento e confusão que se pode entrever na escuta clínica destas crianças, as quais se encontram tão misturadas que já não sabe quem são ou o que lhes é próprio. Como podemos entrever nesta estória narrada em sessão por um menino de seis anos, que foi adotado ao nascer:

Há muito tempo atrás morava numa floresta toda a família de coelhos. Aí veio um caçador e matou toda a família. Quando ele ia matar o coelhinho, acabou a pilha da arma. Enquanto ele foi pegar a pilha, a galinha chegou e viu o coelho sozinho e sentou em cima dele para chocá-lo, aí ele já nasceu pensando que era uma galinha, porque ele não viu ninguém morrer.

Como ele é sozinho e essa galinha e esse galo não têm filhos, a galinha adotou ele. Mas aí ele aprendeu a língua da galinha desde pequeno e o coelho falava cocorocó. Tentava voar, mas não conseguia porque não é galinha. Ele é um coelho que precisava ser galinha e ele não sabia se gostava de ser galinha. O problema é que ele também não sabia mais como era ser um coelho porque ele só aprendeu a ser galinha, ele não viu como era crescer com a família de coelhos. O nome dele é COGALIN (coelho galinha). Todo mundo pensava que ele era uma galinha. A mãe (galinha) pensava que ele era uma galinha porque colocaram ele lá e lá só tinha galinha e ela pensava que ele era filho dela.

Complementando esta reflexão, Levinzon (2004), ao se referir a um caso clínico atendido por ela, nos fala de uma criança que lhe chamou a atenção por parecer uma menina “boazinha”, mas “vazia”, evocando na terapeuta a imagem de uma “bonequinha de cera”. A metáfora criada por Levinzon (2004) identifica a sensação por mim experimentada mais de uma vez diante de uma criança tomada como objeto. Acrescento ainda outras observações de minha clínica psicanalítica com crianças. Por exemplo, o não saber o que desenhar quando solicitada a fazê-lo livremente e o não saber o que pensar ou o que dizer, parecendo esperar sempre uma instrução, além de frases constantes, como “eu não sei fazer” ou “está feio o meu trabalho”. Penso que as crianças tomadas como objetos apresentam sua auto-estima comprometida por não terem tido sua subjetividade autorizada. Assim, não sabem o que lhes faria amadas, levando o analista à sensação de vazio no contato com ela.

Também observei na clínica essa vivência de criança-objeto projetada em falas como: “não sou uma criança, sou uma atriz”, o que parece evidenciar a atuação constante de um papel a ser representado; “temos que impedir as crianças de trabalhar. As crianças ‘desse reino’ trabalham o tempo todo. Soltem todas. Deixem elas em paz.”. Aqui o trabalhar o tempo todo tem o sentido de precisar demonstrar constantemente ser diferente daquilo que é, além da referência a um reino que também não é o seu e do apelo por liberdade; ou: “o bebê morreu quando ele não tinha nada de ano ainda. No lugar dele ficou um zumbi. A mãe pensa que é um menino, mas é um zumbi”. Aqui, de modo dramático, a criança se apresenta como um morto-vivo – aquele que tem vida sem o ter; ou, ainda: “toda vez que brigo com minha irmã, a mamãe diz que não devia ter dado um irmão para sua filha e eu sinto como se ela não me quisesse de verdade, por mim mesmo”. Neste caso, a criança

parece nos dizer que a mãe não a deseja como o sujeito que é, mas como aquele que ela deu para a filha dela e que, portanto, deve agradá-la.

Ainda sobre a questão da criança tomada como objeto, Hamad (2002, p.22) questiona o termo criança adotada, o qual imputa uma condição de passividade a esta, deixando todo o investimento do lado de quem a adota. Quando, para que essa filiação de fato ocorra, também cabe à criança adotar seus pais. Segundo o autor, “em adoção os pais não são os únicos a adotar. Desconhecer esse detalhe pode coisificar a criança e reduzi-la à dimensão de uma mercadoria comum, que compram porque está disponível”. Constatei essa idéia na clínica, expressa no brincar de uma criança em que um orfanato, segundo ela, “é como um supermercado de bebês, aonde as mães ricas vão e escolhem os filhos que querem comprar”. Por isso, penso que o termo mais indicado para pais e filhos seria *crianças e pais adotantes*.

O mesmo Hamad (2002) reflete também sobre a questão de gênero nos lutos importantes à adoção, referindo como da ordem do feminino o luto pela gravidez e da ordem do masculino o luto pela continuidade de sua linhagem. Nesse aspecto discordo do referido autor, pois, a meu ver, o homem também precisa fazer o seu luto pela gravidez de sua mulher, assim como a mulher também se sente mobilizada pela questão da transmissão de sua própria linhagem (a que herdou de seus pais). Como pude atestar na clínica diante da fala sofrida de uma jovem mãe – filha única – que se negava a dar ao filho adotivo o mesmo nome de seu pai (desejo há muito cultivado), por sentir que batizá-lo desta forma era como uma traição em virtude de não ter sido este bebê gerado em seu ventre e não ser, segundo ela, a continuação do sangue paterno. Ou da fala de um pai em situação de adoção que fazia várias menções à beleza de uma mulher grávida e dizia de seu desejo frustrado em “exibir” sua mulher neste estado, além do relato de um sonho em que a esposa aparecia com um “barrigão”. Logo, creio que há especificidades na forma como esse luto deve ocorrer em cada par parental, mas não podemos atribuir como somente de um ou de outro um tipo de luto.

Ressalto ainda que, em virtude da associação feita entre a fecundidade e a virilidade, soma-se à ausência do luto, em inúmeros casos clínicos, um segredo do casal no qual a mulher “deve” carregar a responsabilidade pela esterilidade do casal. Este segredo, sustentado diante

dos outros significativos a esse casal – pais, familiares, amigos – através da mentira, pode levar a angústias subjetivas em virtude deste não poder dizer e operar com a palavra para simbolizar o vivido, ocasionando ressentimentos entre os cônjuges que, muitas vezes, repercutem na possibilidade ou não de um investimento amoroso desses pais na criança adotada.

Esta reflexão nos remete ao texto de Freud ([1914]1990) sobre o narcisismo, no qual este aponta que o amor dos pais pelos filhos, tão comovedor, nada mais é do que a revivescência do narcisismo infantil dos pais, calcado, em última instância, na promessa de imortalidade do ego que os filhos representam. Em inúmeros casos de adoção, isto comparece na dificuldade de investimento dos pais adotivos na criança adotada por não percebê-la como a representação da continuação de si.

Sobre esta impossibilidade de identificação, Dolto (1998a) alerta quanto à delicada questão do prenome da criança. Nos casos de adoção, é possível que a criança tenha sido gestada, parida e nomeada ao nascer por seus genitores de nascimento com um prenome, o qual os pais de adoção desejam trocar ou trocam por um prenome escolhido por eles por ignorar o que há de essencialmente narcísico para a criança e para eles que desejam trocá-lo. Trocar o nome que o bebê recebeu ao nascer, pelo qual foi chamado até então e que reconhece articulado ao seu corpo, é apagar sua história e dar-lhe outra. Porém, desconsiderando o essencial de seu narcisismo primeiro, simbolizado em seu prenome.

Quando o luto da transmissão genética não é elaborado pelos pais, inúmeras conseqüências advêm no relacionamento com a criança. Uma delas é, segundo Hamad (2002), os pais não se reconhecerem no que o filho faz, sobretudo se é algo vivido negativamente por eles. Assim, não se implicam nos problemas da criança, atribuindo a possível causa de suas dificuldades à herança genética da mesma. Também Levinzon (2004) nos fala sobre isso, apontando a cobrança sobre os valores familiares que o filho tem que adquirir para assim provar-se como membro da família ou, ainda, a excessiva preocupação com as capacidades cognitivas e intelectuais da criança, que, muitas vezes, por razões de outra ordem, não se sai bem na escola.

A questão da herança genética comparece na clínica, em inúmeros casos, como relevante em termos das possibilidades de identificação entre pais

e filhos, levando, por exemplo, uma criança negra a sair do banho toda coberta de talco para se assemelhar aos pais que são brancos ou a não tomar bebidas escuras (café, coca-cola, açaí) para não escurecer mais e, assim, ficar ainda mais diferente de seus pais. Ou a criança branca que se expõe ao sol sem proteção com a esperança de se tornar morena ou negra. E, numa situação extremada, a criança que desenvolve um quadro de vitiligo associado ao seu imenso desejo de 'embranquecer' e, assim, poder se 'parecer' mais com seus pais. Porém, gostaria de registrar um contraponto também percebido na clínica, quando a criança, justamente por não ser filha biológica de seus pais, faz o movimento oposto por entender que não tem qualquer responsabilidade, compromisso ou obrigação em se parecer com eles.

Também aqui é importante lembrar que o luto pela transmissão genética não é só dos pais, mas também de seus genitores, pois a criança precisa ser recebida e acolhida também pelos pais de seus pais. Sobre isso, Dolto (1998, p.92) nos ensina: "A adoção é uma adoção por duas linhagens, não apenas por dois pais. Por intermédio dos pais, é uma sociedade que se estabelece para a criança, a criança não deve ser a coisa desses pais".

Uma criança adotiva que não é introduzida na tradição da família do pai nem da mãe ainda não foi adotada. Está sendo criada por alguém, mas não adotada. Só podemos falar em adoção quando se dá à criança uma educação no sentido das tradições familiares que se cruzam. A adoção é a família que cada um dos pais dá à criança, é a referência àqueles que foram o pai e a mãe de seus pais (DOLTO, 1989). Isso leva Dolto (1998a) a afirmar que em uma paternidade/maternidade, tão importante quanto a qualidade da relação do casal entre si são seus vínculos familiares (com suas famílias de origem) e sociais.

Creio que latente às questões da transmissão genética (do não poder se reconhecer nos filhos ou propiciar a eles uma possibilidade de identificação) reside a raiz da fala dos pais sobre seu desejo de "devolver" a criança caso o analista não a "conserte" e, em alguns casos, segurem declarando sua decepção com a adoção. Como na fala de um caso clínico apresentado por Levinzon (2004, p.32) em que os pais sentiam como se "a adoção não tivesse sido um bom negócio". Ao que complemento já haver observado na clínica situação na qual a decepção dos pais não recai sobre a

adoção, mas sobre a criança adotada, levando-os a dizer “Não demos sorte. Deve ter algo a ver com os pais biológicos. Gostaríamos de trocá-la por outra criança”.

É válido ressaltar que estas falas são enunciadas no contexto de uma clínica que lhes solicita dizer tudo o que lhes vier ao pensamento sem se preocupar com coerência ou juízos de valor. São, portanto, falas que expressam a dor destes pais adotivos que ignoravam as dificuldades com as quais poderiam ter que lidar e que, por suas questões fantasmáticas, não se dão conta de sua implicação nesta filiação. Pais desgastados, sofridos e muitas vezes, em suas palavras, “frustrados com o sonho”, pais que não conseguem se reconhecer em seus filhos e que declaram se sentir “injustiçados em relação ao não poderem ser pais como quaisquer outros”. São ainda pais perdidos em termos do que fazer para ajudar a criança e a si mesmos nesta paternidade/maternidade.

Neste ponto é preciso lembrar da elaboração a ser feita pelos pais quanto à fantasia de maternidade/paternidade de cada um, a partir da qual delegam à criança o lugar que esta é chamada a ocupar em sua dinâmica psíquica. O lugar que a mãe concede ao bebê advém da vivência de seu próprio Édipo. Segundo Freud ([1924]1990), no texto “A Dissolução do Complexo de Édipo”, a mãe desejou na infância, ao reconhecer a castração, um bebê que a completasse, bebê este que lhe seria dado por seu pai, desejo este posteriormente deslocado para o homem eleito.

E aqui cabe uma reflexão sobre a especificidade da adoção no que se refere a esta fantasia engendrada no Édipo materno. Na adoção, este bebê não foi gerado, gestado e parido por esta mulher-mãe-menina que um dia na infância o desejou. Tampouco foi concebido com este que agora é seu eleito. Este bebê é fruto de uma mãe e um pai outros que muito provavelmente não existiam na fantasia de maternidade/paternidade deste par. Essa questão sobre as fantasias de concepção nos remete necessariamente a essa forma de paternidade/maternidade engendrada sem ser a conseqüência de uma relação sexual entre os pais adotantes, sobre a qual pouco ou nada se fala, mas que me parece importante em virtude de simbolizar a direção do desejo destes pais um pelo outro, desejo do qual o filho deve ser fruto e não substituto.

Corroborando com esta idéia, Hamad (2002) afirma que no cerne da definição freudiana do Édipo reside o desejo que cada um tem por seu parceiro e pela criança. Diz o autor que para que o Édipo opere como função normativa é fundamental que a mãe dirija seu desejo para outro (um pai) que não a criança, introduzindo na relação com a criança a referência à palavra deste. Para o pai, da mesma forma, é preciso que manifeste o seu desejo por sua mulher, mãe de seu filho. Assim, para Hamad (2002, p.16):

O desejo de cada um com relação ao outro é a chave da nodulação triangular, seja a criança filho biológico ou filho adotivo. Se o desejo pelo parceiro do sexo oposto vier a faltar, entramos, então, na monoparentalidade; não no sentido de um único pai, mas no sentido dessa modalidade do desejo que exclui o outro em seus cálculos pessoais de ter um filho.

Logo, podemos entender que a noção de monoparentalidade a que se refere o autor aponta o perigo de que a criança venha a representar o filho auto-engendrado, sem a participação do parceiro. Tal fantasia coloca a criança como centro, ao invés do cônjuge, e pode levar esse pai ou essa mãe a se satisfazer com a maternidade/paternidade ao invés de com outro adulto, alienando a criança do seu desejo, aprisionando-a a si e impedindo que esta criança possa vir a se constituir como sujeito.

É preciso ainda uma reflexão sobre o que foi mencionado acerca do Édipo feminino e o desejo da menina que, segundo Freud ([1924]1990), fica investido no inconsciente, preparando a mulher para a função materna na vida adulta. Esse desejo, originalmente dirigido a um filho com o pai sem a ocorrência de uma relação sexual, mas que lhe seria dado pelo pai como um presente – tal qual nos contos infantis ou nos mitos religiosos que excluem a cena sexual da concepção –, pode estar latente nesta fantasia de auto-engendramento propiciada pela realidade de que, na adoção, a criança não é conseqüência do ato sexual de seus pais, mas de outrem. É possível associar esta reflexão à fala, por vezes utilizada pelas mães adotivas para explicar a adoção a sua criança, de que esta seria “o filho que o papai do céu lhe mandou de presente”. Tal fala desqualifica seu desejo pelo cônjuge, remetendo-o a um outro pai, como atesta o que diz de si uma criança que recebeu esta explicação

sobre sua origem. Em suas palavras: “eu sou filho da mamãe com o papai do céu”.

Sobre esse filho como “presente” do pai, a clínica “conta” inúmeras histórias. Por exemplo, quando uma mãe nos traz em sua fala: “eu não conseguia engravidar, então meu pai adotou um filho para mim e me deu”. Aqui novamente observamos a exclusão total do cônjuge nesta concepção. Ainda atrelado às questões edípicas, podemos mencionar os inúmeros casos de adoção do filho de um irmão, o qual substitui por deslocamento o pai no inconsciente.

O desejo de ter filhos está, portanto, relacionado à forma como cada um viveu e elaborou a sua sexualidade infantil, o que leva Levinzon (2004, p.40), pensando sobre alguns casos de esterilidade, a afirmar que: “encontramos algumas vezes por detrás de uma falsa esterilidade intensas angústias edípicas mal elaboradas, como nos casos, bastante comuns, em que a mulher engravida após adotar uma criança”. Segundo a autora, ao cuidar do filho adotivo a mãe se assegura de poder exercer sua maternidade sem sofrer retaliações da sua própria mãe por haver desejado ocupar o seu lugar.

A questão da filiação sem a gravidez da mulher que tomará a criança como filho também nos leva a refletir sobre a descontinuidade inicial do vínculo biológico mãe-bebê. Em virtude da quebra deste vínculo com a mãe biológica, a mãe adotiva e o bebê têm um trabalho a mais de adaptação.

Da parte do bebê, há uma perda definitiva do que (re)conhecia no corpo materno e ele então precisará desenvolver em si a possibilidade de leitura da linguagem do corpo da mãe que agora o acolhe. Este rompimento inicial com o familiar, o conhecido, pode estar relacionado, na interpretação de Levinzon (2004), a uma maior sensibilidade apresentada pela criança adotiva diante de situações de separação, bem como a um medo latente em ser abandonada.

Na clínica com a criança adotiva, pude constatar o medo latente do abandono a que se refere Levinzon (2004) tanto nas situações de separação vividas na relação com a analista quando do encerramento das sessões e ausências por feriados ou férias como na forma de estabelecer o vínculo afetivo. É nítida a desconfiança no estabelecimento de vínculo inicial. E, uma vez estabelecido, é também evidente o medo de perdê-lo. A criança, então,

atua esse medo de diferentes maneiras, tais como: em cenas de gritos e choros ao término da sessão para não ir embora; na recusa em sair da sala de atendimento; nos constantes questionamentos sobre a vinda de outras crianças ao consultório; no pedido de levar um objeto do consultório a cada final de sessão e prometer trazê-lo para devolver na sessão seguinte, certificando-se de que há um próximo encontro; e nas fantasias expressas no brincar. Por exemplo, durante várias sessões, de ir a um acampamento, despedindo-se da “mãe” (lugar destinado à analista na cena) e, retornando do mesmo, despede/retorna incansavelmente como que para se assegurar de que é possível ir e voltar para perto de quem se ama. Ou, no brincar, ainda, de rainha amada por todos os súditos e que diante de confiar ou não naquele que cuida dela “no palácio”, nos diz “é preciso vigiá-lo para ver se ele é bom ou mal antes de decidir”, o que parece colocar em palavras o medo latente de estabelecer um vínculo com alguém que cuida. É preciso vigiar, ver se é possível confiar antes de se decidir a amá-lo, mesmo num ambiente de luxo e riqueza como costumam ser os palácios.

Da parte da mãe adotiva, ainda no que se refere à questão do vínculo biológico, esta não teve o período regular de nove meses que, na leitura de Winnicott ([1956]2000), prepara progressivamente a mãe para a chegada do bebê. O autor afirma que a mãe desenvolve um estado de sensibilidade exacerbada durante o período da gravidez o qual se acentua ao final da mesma e dura algumas semanas após o nascimento do bebê. Este estado – que denominou de ‘preocupação materna primária’ – prepara a mãe para atender as necessidades do bebê no início de sua vida, pois a deixa com uma sensibilidade aumentada – na expressão do autor, ‘quase uma doença’. Então, assim como o bebê precisará aprender os sinais do corpo de sua mãe adotiva, esta precisará desenvolver em si a possibilidade deste ‘adoecer de preocupação materna primária’, uma capacidade de se identificar com o bebê.

A importância atribuída por Winnicott ([1956]2000) ao período da gravidez como preparatório da mãe à chegada da criança nos remete ainda à questão do descompasso entre o tempo do pedido de adoção e a chegada da criança, pois numa gravidez temos um período mais ou menos regular de nove meses no qual o “adoecimento” da mãe por seu filho vai crescendo e culmina com o seu nascimento. Na adoção, a chegada da criança muitas vezes é mais

rápida do que se imaginou ou desejou, levando as mães a afirmarem que foi muito rápido e não puderam se preparar. Ou o oposto, a demora que leva essas mães à “adoecer” e se curar antes que o filho chegue.

Neste contexto da relação corporal entre a mãe e o bebê, Queiroz (2004) nos fala do estranhamento do corpo da mulher, mãe, em gerar um filho que, depois de acolhido no corpo, terá de expulsá-lo para então viver um novo estranhamento até poder acolhê-lo como familiar. Segundo a autora, a criança entregue em adoção pode ser pensada como um filho estranhado pelos pais adotivos porque não pertence ao mundo familiar, o da consangüinidade.

A inquietante estranheza (cf. Freud [1919]1990) parece por vezes emergir nas relações de filiação quaisquer que sejam elas. No texto “Romances Familiares”, Freud ([1909]1990) apresenta a idéia de que as crianças, num determinado momento da infância, fantasiam para si pais “melhores” do que os que possuem na realidade. Afirma ainda que a criança, quando se sente desinvestida afetivamente pelos pais, por qualquer questão cotidiana, encontra refúgio na idéia de que é adotada, não é filha de seus pais, o que justificaria, então, tal negligência. E quando uma criança se depara com a constatação de ser de fato adotada? Parece-nos, então, que a duplicidade do casal parental deixa de ser sonho ou fantasia. A criança adotiva é chamada a viver em ato toda a angústia dessa possibilidade de ter em algum lugar outros pais.

Assim, as crianças adotivas, quando estão confusas e com raiva, por vezes trazem à clínica a fantasia de que seus pais “de verdade” vêm lhe buscar. Ou, mesmo que não seja em momentos de conflito com os pais adotivos, simplesmente imaginam como seria ter seus pais biológicos e a vida com eles, sendo muito mais freqüente este pensamento em relação à “mãe da barriga” do que à menção ao pai.

Na clínica com os filhos adotivos, o romance familiar descrito por Freud ([1909a]1990) parece constantemente materializar-se em falas e narrativas trazidas pelas crianças ou mesmo por seus pais quando se sentem perdidos diante de afirmativas pronunciadas por seu filho. Por exemplo: “você não manda em mim, você não é meu pai”. Lembro-me ainda do relato de uma mãe, a qual, após contrariar sua filha, observou-a estupefata arrumar seus objetos preferidos em uma sacola de supermercado e afirmar “vou embora

para a minha casa”. E aqui é válido lembrar que arrumar malas e dizer que vai embora quando contrariada não é prerrogativa somente das crianças adotadas. A diferença parece residir na fala que acompanha o ato, pois a criança diz “vou embora de minha casa” e não “para a minha casa”, como no caso em questão.

A duplicidade do vínculo parental por vezes aparece nos desenhos, como no de uma criança que para se representar colocou-se entre duas mulheres, explicando “esta aqui é a mamãe e esta aqui é a mamãe querida”. Ou nos desenhos de família em que a criança desenha também uma outra família mais distante, menor ou menos nítida. Ou, ainda, a mãe biológica sendo desenhada como uma sombra e falada como: “o fantasma da mamãe”.

Também é interessante lembrar da criança já maior e ciente das dificuldades de encontrar seus pais biológicos, quando, por alguma razão qualquer, decepcionada ou contrariada com os pais adotivos, traz soluções como viver sozinha ou ser adotada por outras pessoas – alternativas que afirmam preferíveis a viver com seus pais. Aqui penso em uma menina de onze anos que chega a sua sessão interrogando-me sobre como ela poderia encontrar ‘o juiz’, pois desejava obter sua própria guarda. Segundo ela, sua mãe adotiva não lhe deixava fazer nada e, como não sabia aonde encontrar sua “outra” mãe, queria então “ser a mãe dela mesma”.

A situação do Romance Familiar teorizada por Freud ([1909a]1990) parece ser o contraponto infantil do desejo dos pais em trocar os filhos adotivos por outros “melhores”. Este pensamento, quando comparece nos pais, parece ser a reedição do pensamento infantil de possibilidade de troca de pais quando contrariada.

Em algumas situações encontramos ainda “o segredo”, sustentado pelo silêncio ou por mentiras em torno da história da criança. Isso nos parece indicar o desconforto dos pais adotivos em lidar com a origem da criança, pois como não elaboraram o luto da criança biológica em si transformam em “momento da revelação” aquilo que deveria ser tratado naturalmente com a criança, o que é causa de intensa angústia e sofrimento para elas e também, sem dúvida, para estes pais.

Sobre este aspecto, Hamad (2002) pondera que o silêncio sobre a história da adoção é fruto do que da história singular do sujeito, da mãe e do pai adotivos permanece delicado. Afirma ainda que a adoção dá-se na

equivalência entre uma criança 'do outro' e uma criança 'com o outro'. A criança com o parceiro nasce do luto de uma criança concebida dele(a). Então, para este autor, se a perda é reconhecida e o luto é realizado não há "a revelação" à criança, mas sua história lhe é contada como qualquer história de uma criança com seus pais.

Levinzon (2004) corrobora com esta idéia, lembrando que a conversa sobre a adoção da criança remete os pais aos seus lutos não elaborados e a seus fantasmas acerca do lugar que ocupam para a criança. A autora relaciona, ainda, a angústia dos pais às reações adversas das crianças, que podem terminar por reagir mais à angústia que pressentem nos pais do que ao tema da adoção em si.

Com efeito, Levinzon (2004) lista quatro razões pelas quais não se deve ocultar da criança sua filiação por adoção. A autora aponta como uma delas a importância da honestidade em uma relação afetiva (pois se algo tão fundamental como a filiação sustenta-se em uma mentira, então a criança pode vir a achar que tudo o mais também é mentira, inclusive o amor que os pais lhe declaram ter). Pondera ainda que o ato de esconder sobre a adoção indica à criança que há algo errado, por isso não pode ser falado. Além dessas, uma outra razão é que se a criança souber por outras pessoas terá a sensação de ter sido traída por seus pais. E, por fim, a autora lembra o direito que todos têm, inclusive as crianças, de saber sobre sua origem.

De acordo com os pressupostos da psicanálise, a questão de ser ou não ser desejada por seus pais é uma questão de todas as crianças. O desejo de saber é antes de tudo o desejo de saber de sua origem, seu lugar no desejo dos pais. Somente depois de sanada essa questão, após a travessia edipiana, é que a criança pode então, com sua sexualidade latente, enfim desejar saber de outras coisas que não o seu Édipo. Em uma palavra, dirigir-se ao mundo. Logo, se 'este saber' lhe é negado e no lugar dele instala-se o oposto, um 'não poder saber', isso engendra na criança um desinvestimento que começa por aparecer nos problemas de aprendizagem escolares e pode se estender a um não querer saber de mais nada. Para Dolto (2002), nenhuma dificuldade observada na criança adotada pode ser atribuída à adoção. Provavelmente é fruto da forma como a família adotiva recebeu esta criança e falou sobre a adoção com ela. Nas palavras da autora (2002, p. 130):

Esse problema de ser rejeitado pode ser antes um problema inconsciente dos pais adotivos, mais do que das crianças que eles adotam. Acho que não se deve pensar que a fantasia de rejeição vem do fato de que se trata de crianças adotadas. Dizer (e acreditar) que não se é pais verdadeiros significa que a criança não é um ser humano de verdade. É uma forma muito desajeitada de falar. As palavras são muito importantes, a precisão das palavras.

Neste aspecto, muito se pode aprender com Françoise Dolto, que, no decorrer de toda a sua obra, defendeu que se fale com as crianças utilizando uma linguagem que lhes seja acessível e que lhes torne possível compreender sobre si, sobre seus pais, sua família, o que lhe acontece – enfim, sobre tudo à sua volta. Esta psicanalista foi incansável na exposição de sua clínica, pois acreditava que o caso fala por si e, portanto, cabia-nos escutá-lo. Dolto nos deixou um legado indubitável que se pode depreender dos seminários clínicos que nos apresentou, de suas respostas a pais em programas de rádio na França, de suas teorizações e de sua generosa autobiografia. Podemos compreender tal legado como: falem com as crianças e não sobre elas.

Dolto (1980) teoriza essa idéia com o que ela chamou de ‘palavra justa’, palavra verdadeira a ser dada à criança sobre o que ela está vivendo e que empresta sentido ao vivido, sendo sempre mais adequada do que o silêncio ou a mentira que dão margens a fantasias por vezes muito mais dolorosas do que a realidade. Segundo a autora, inclusive porque a criança está inconscientemente informada do que lhe ocorre, assumindo o papel que lhe cabe na dinâmica psíquica familiar (sendo este, muitas vezes, o do sintoma de seus pais). De fato, a criança sofre sem que lhe seja permitido reconhecer o porquê de seu sofrimento, o que a leva a um mal-estar mágico por não receber as palavras que lhe possibilitariam traduzir a experiência vivida.

A mesma Dolto (1998) ensina ainda que esta fala pode e deve também ser dirigida a bebês. Já que a palavra é o que humaniza a criança, são necessários atos simbólicos de fala na adoção. Não somente a entrega ou o abandono, mas a fala que humaniza o ato. É fundamental, portanto, que a criança seja reconhecida como sujeito: não aquele de quem se fala, mas aquele a quem se fala.

Deprendemos então dos ensinamentos de Dolto (1998) que a criança adotada precisa ser assumida por uma pessoa que possa reconhecê-la

e falar com ela sobre sua história. Restituir-lhe uma imagem de si – sua origem – para que ela possa também se reconhecer e se assumir sujeito. Por isso, segundo a autora, é preciso acabar com termos confusos para a criança adotada. Dentre eles, ‘pais de verdade’ para se referir aos pais biológicos, uma vez que os pais adotivos são pais de verdade, só que não são gestantes. Ou, ainda, ‘como se fosse um filho’ – expressão muitas vezes utilizada pelos pais para falar de seu amor pelo filho adotado. Esta forma de significar a adoção traz embutida em si uma conotação de que o filho não é filho (é amado como se fosse, mas não é). O filho adotado é filho, só que não gestado por esses pais que o educam.

Eis a vivência da ‘palavra justa’ proposta por Dolto (1998) na adoção: a criança precisa saber quem são seus gestantes e em casa de quem foi criada. Ela precisa que lhe digam tudo isso com palavras e que lhe contem sua história. São necessários atos simbólicos, fala sobre a origem e a história. Enfim, o reconhecimento do vivido anterior à adoção, e não o agir como que a tentar apagar o passado da criança, como se a adoção fosse o nascimento da criança. É nocivo querer absorver a criança apagando sua história. Os pais tiveram um percurso até o encontro com a criança, a criança teve um percurso antes do encontro com os pais adotivos. Pode, por isso, amar outras pessoas de sua história além deles.

É preciso que tudo seja dito e que se criem condições reais desse dizer através de fatos, relatos, histórias e fotografias para que a criança possa se apropriar do mesmo. É preciso que se diga e arque com o risco da criança desejar encontrar seus pais de nascimento. Mesmo que não seja possível, este desejo não lhe pode ser negado ou tratado como algo que magoa papai e mamãe. O desejo de acesso a sua origem é um direito seu independente de seu amor pelos pais adotivos. Segundo Dolto (1998), sem uma fala sobre sua origem, a criança fica desarraigada, privada de seu narcisismo. De certa forma, privá-la desta fala é roubar-lhe sua história.

Para Dolto (1998a), o silêncio em torno da adoção é muitas vezes proveniente do receio que os pais têm de magoar ou causar dor ao filho, pois “se põem no lugar do filho” e imaginam o que sentiriam se tal revelação sobre seus pais lhes fosse feita em sua infância. A autora afirma que isso só lhes causaria dor se não fosse a verdade sobre sua origem. Logo, os pais adotivos,

caso não sejam eles próprios filhos adotivos, sentiriam dor por não se tratar de sua verdadeira história, o que não é o caso da criança perfilhada por eles.

Ainda sobre o 'segredo de família' em torno da adoção, é possível percebermos o quanto a criança é subestimada e desautorizada, pois inúmeras vezes todos falam sobre ele, sem, no entanto, o revelar. Tratam-no em voz baixa, às escondidas, acreditando que a criança nada percebe do que ocorre em torno dela e que lhe diz respeito. Dolto (1998) denuncia o engodo ao afirmar que a terapia dos filhos revela que, consciente ou inconscientemente, eles sabem tudo de sua história, e que apenas o não-dito os impede de tomar consciência dela. A autora refere-se aqui a um saber inconsciente que toda criança tem de si e de sua história e que precisa ser posto em palavras, vivido de forma coerente com os afetos que desperta. E, preferencialmente, acompanhado por uma pessoa afetivamente significativa e em quem confie.

Podemos perceber claramente este saber inconsciente ao qual se refere Dolto (1998) na fala de uma jovem mulher a quem só foi revelada a sua condição de filha adotiva aos trinta e um anos, um ano antes de procurar análise. E que, no entanto, afirma: "Eu sabia que tinha alguma coisa 'escondida', apenas não sabia ou não queria saber o que era. Mas acho mesmo é que eu sabia, pois sempre me senti diferente 'deles', estranha mesmo". É interessante mencionar que neste caso clínico a queixa inicial era a de um ciúme excessivo do namorado. As associações da paciente a levaram a relacionar este sintoma à revelação do segredo em torno de sua história. Ela relatou que suas crises de ciúme já existiam, mas aumentaram muito em frequência e intensidade depois que descobriu ser filha adotiva, pois a partir daí entendeu que "não se pode confiar em ninguém". Disse ainda que "por amá-lo demais sente muito medo de perdê-lo e por isso muitas vezes chega a ser agressiva com ele. Sente raiva por esse amor sempre acompanhado do medo de perder".

Também foi possível observar nesta mulher adulta um comportamento infantil muito comum às crianças adotadas, pois declarava gostar de provocar dúvidas em seu namorado, desligando o celular ou não atendendo quando este a procurava. Este é um comportamento que Levinzon (2004) define como provocativo da criança adotiva que testa o afeto dos pais ao limite. Observei na clínica que este testar de limites pode comparecer de

diferentes formas: na oposição velada ou clara, na agressividade, na onipotência, no autoritarismo, na aparente apatia e indiferença, ou em uma demanda excessiva em direção aos pais adotivos, seja esta de amor, de atenção ou simplesmente de “coisas” que solicitam com frequência. Muitas vezes apesar das inúmeras demonstrações de afeto por parte dos pais adotivos ou, talvez até, em função delas.

Levinzon (2004) esclarece que, na verdade, os comportamentos provocativos significam um teste em relação ao vínculo constituído. Para a autora, as crianças apresentam tais comportamentos devido à insegurança quanto à solidez do vínculo e estes comportamentos ocorrem geralmente quando a criança começa a entender o que significa ser adotivo.

O medo da perda do amor parece fazer com que a criança necessite testá-lo para se certificar de que o amor ainda está lá e pode contar com ele. Quando não se sente amada, o estado que se abre para ela é o de desamparo e desproteção. O amor dos pais, feito também de palavras, assegura para a criança o seu lugar entre eles e protege contra a angústia. O desamparo e a desproteção que angustiam a criança podem ser expressos das mais diversas formas, como no brincar de uma criança que, após definir uma cama como “a sua”, solicita vários lençóis que dispõe sobre o boneco que o representa no faz-de-conta. Feito isto, reforça a casa com vários telhados e diz “é preciso muitos lençóis para que ele não sinta frio e muito telhado para que a casa dele fique bem, bem protegida”.

Além da questão do segredo, Levinzon (2004) alerta para os riscos da mentira sobre a origem da criança quando os pais, angustiados quanto ao que dizer sobre os pais biológicos ou temendo que a mesma resolva um dia procurá-los, dizem-na que seus pais morreram ou, mais grave ainda, que a mãe morreu no parto, levando a criança a culpar-se pela morte ou pela má sorte de sua mãe ou de seus pais. Segundo a autora, há casos ainda em que os pais adotivos, numa competição imaginária pelo amor da criança, denigrem os pais de nascimento, levando a criança, muitas vezes, a sentir-se como um problema.

Em relação a esta questão acerca da fala dos pais adotivos sobre os pais de nascimento da criança, Dolto (1998) aponta que muitas famílias de acolhimento vivem os outros pais como maus quando, na verdade, são pais em

dificuldade. De acordo com a autora, diferenciar para as crianças “maus pais” de “pais em dificuldade” valoriza os pais e restitui o narcisismo à criança. É preciso reenobrecer a criança que, ao ser entregue a outrem, não foi reconhecida como descendente de seus pais. Há um trabalho de personalização a fazer, restituição de seu desejo de sujeito, do desejo de ter nascido e de continuar a viver. Desejo este, aliás, não só seu, mas de seus pais, que a confiaram à sociedade. Assim, para a autora é fundamental que se fale à criança que, além do desejo de seu pai e sua mãe, houve o seu desejo de nascer. Por isso ela está viva.

Para Dolto (1998), uma criança é sempre um ser humano que desejou nascer, gestada e parida por uma mãe que também desejou o seu nascimento. Nunca se trata apenas de um homem e de uma mulher que copularam. Há o desejo da criança que quer nascer e o do corpo da mulher, que é mais que seu pensamento. No entender de Dolto (1998), não existe só o pensamento pensante: o corpo também pensa. Assim, a mãe não poder criar seu filho trata-se de um fato. Porém, ter lhe permitido nascer já é um ato materno de valor. Logo, na opinião da autora, a palavra abandono não cabe quando uma mãe entrega seu filho para lhe dar meios de viver e este é recebido por uma outra mãe que deseja criá-lo. É preciso desculpar as mães, a que entrega e a que recebe o filho de outra mulher como seu.

É preciso desmistificar a entrega em adoção, associada sempre ao abandono ou ao não desejo em relação ao filho gestado e parido. Ao contrário, pode haver mais investimento na entrega do que no ficar com um filho. Por isso, a mesma Dolto (2002) ressalta a importância de os pais adotivos poderem falar à criança de sua gratidão aos pais biológicos porque lhe deram a vida e lhes permitiram criá-la. É fundamental que a criança possa ter sua identidade enraizada em dois casais, ao invés de não poder construir identidade nenhuma.

Hamad (2002) contribui com este debate na sua percepção de que parece haver uma necessidade dos pais adotivos em simpatizar com a ‘causa’ dos pais biológicos para poder aceitá-los em si e falar sobre eles com as crianças de uma forma não denegrada. Por exemplo, é mais fácil para eles compadecer-se da miséria pensando nos pais biológicos como sujeitos com

dificuldades financeiras do que assumir o fruto do gozo sem limites desses pais, associando-os a sujeitos irresponsáveis em seu imaginário.

Retomando a questão sobre o que é dito às crianças, Levinzon (2004) expõe a observação do avesso do segredo em sua clínica, que é quando os pais exageram nas referências à adoção, lembrando a todo o momento esta condição de filiação à criança. Isso muitas vezes num clima de banalidade e artificialidade, numa tentativa frustrada de parecerem naturais e bem resolvidos sobre o assunto. A autora acrescenta também que nem sempre o não querer saber nada sobre sua origem é uma questão dos pais não viabilizarem a história à criança, afirmando que algumas crianças parecem nada querer saber sobre isso, malgrado os esforços de seus pais em conversar com elas. Nestes casos, é preciso dar-lhes tempo até que demonstrem desejar saber.

Assim, por tudo o que até aqui expusemos e refletimos a partir das elaborações teóricas e da vivência da clínica com crianças perfilhadas em adoção, é possível vislumbrarmos o quão delicadas são as relações afetivas que permeiam a história de cada um no percurso de sua construção subjetiva. Afinal, toda história de um sujeito é mesmo sempre única e nada mais é do que a história de seus vínculos afetivos, com todas as alegrias e dores que estes comportam, sejam seus laços de família quais forem.

Passemos, pois, à história singular de Jade, tal qual seu tratamento psicanalítico nos permitiu conhecer. Jade, a quem atendi quando esta se encontrava com onze anos, é filha adotiva de Fabiana e Celso e seu atendimento me inspirou o desejo de melhor compreender as questões identificatórias que permeiam as histórias de adoção por tratar-se de uma menina negra adotada por uma mãe muito branca. Jade trazia à clínica todo o seu desejo em poder “se parecer” com sua mãe (o que ela localizava na cor da pele) e ser reconhecida por ela. Adentremos juntos, com todo respeito e cuidado, no universo fantasmático de Jade, para quem era absolutamente óbvio que “a gente só é bonito quando a mãe da gente acha”.

3 FRAGMENTOS DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO

3.1 JADE: A CANÇÃO

3.1.1 As queixas maternas

“Jade me enche de coisas, de ‘mãe eu te amo’... Parece que se sente não pertencendo, não tendo atenção suficiente... Ela recebe atenção e afeto, mas é um funil afetivo, tem uma carência afetiva que nada supre”.

Fabiana, mãe de Jade, é quem procura o atendimento e comparece à sessão. Apresenta como primeira fala dirigida a mim: “Jade é adotada, mas isto não é um problema”. Conta que tem dois filhos adotivos, Jade, de onze e Antônio, de dezesseis anos. Conta que ele tinha quatro anos quando ela nasceu. Diz: “Jade apresenta uma agitação extrema, está sempre querendo chamar atenção. Sinto como se ela fosse ‘impermeável’, é como se nada do que eu falasse a atingisse, pois ela olha, ouve e repete o que estava fazendo”. Diz que Antônio é como se fosse seu filho mesmo, enquanto Jade, até o ano passado, teve dificuldades na escola por ser morena e ela, Fabiana, branca de olhos verdes. Relata que, sobre isso, Jade dizia: “só porque eu sou preta é que fazem essas coisas comigo”. Questionada sobre a que “coisas” a criança se refere, não soube explicar. Conta que Jade queria trocar de escola porque nesta ninguém era amigo dela e perguntava “por que preto sempre é pobre?”. Acredita que a filha é alvo de um duplo preconceito, a adoção e a cor da pele. E continua dizendo “Antônio não, é mais como o povo daqui”. Afirma que a filha tem dificuldade de relacionamento e a define como “inconveniente demais, irrequieta e muito agitada”. Afirma que sente constrangimento pelo comportamento dela e quando a leva para sair, tem que alertá-la para se comportar. Diz que “ela só cala quando dorme, é exaustiva”. Conta que desde o começo foi assim, “chorava muito, a noite inteira, um choro sofrido, porém era saudável de saúde, não tinha nada físico”. Ela, então, iniciou uma medicação homeopática com Jade que a ajudou a ficar mais confortável com a filha.

Acredita que a criança tenha sentido a rejeição materna. Indago “rejeição materna?”. Ao que ela responde que a mãe descobriu sua gravidez um mês após o término da relação com o pai de Jade e que lhe disse que “não queria ter um bebê naquele momento”. Fabiana acompanhou o parto. A mãe, ao lhe entregar a filha, lhe disse que achava que ela não iria gostar porque era uma menina. Pergunto-lhe, então, se gostou. Ao que ela responde “Antônio tem mais segurança da ligação comigo”. Pergunto-lhe qual a relação dessa resposta com ter gostado ou não de receber uma menina. Diz “não sei por que disse isso, mas Jade me enche de coisas, de ‘mãe eu te amo’... Parece que se sente não pertencendo, não tendo atenção suficiente”. Pergunto-lhe o que acha sobre Jade sentir-se desse modo. Ela diz que “Jade tem atenção e afeto, mas é um funil afetivo, tem uma carência afetiva que nada supre”.

A mãe diz que a adoção é oficializada, que foi tudo feito no juiz. As duas mães foram ao juiz. Sobre Jade saber que é adotada, diz que nunca escondeu de nenhum dos dois. Desde pequenos, explicou para eles que é sua mãe, mas que não nasceram de sua barriga.

Conta, ainda, que está separada de Célio, o pai adotivo. Célio tem duas filhas e um filho de sua união anterior – todos adultos. Tanto ela, quanto o ex-marido viajam muito a trabalho de três anos para cá, e passam longos períodos fora, mais ou menos um mês. Nessas ocasiões, Jade e o irmão ficam em casa com a enteada de Fabiana – Bárbara – uma das filhas do primeiro casamento do pai. Quando o pai vem a Belém, fica em casa com eles. Diz que o pai é paciente e, quando ele está, faz cachos nela, faz café e a leva à escola. Diz que Jade falou muito para eles voltarem a viver juntos e que ainda faz fantasias de retorno dos dois.

Fabiana relata que no período dos seis primeiros anos de vida de Jade a família morou no interior. Ela cresceu tomando banho de igarapé e andando de bicicleta. Estudava em uma escolinha de lá. Diz que sempre se estressava ao lhe ensinar a matéria e ao acompanhar seu dever de casa, pois ela lhe fazia muitas perguntas, o que a irritava e ela acabava por passar ansiedade para Jade.

Narra que Jade sempre foi mais preguiçosa do que Antônio, mas que, fora isso, teve um desenvolvimento normal: antes de um ano já não fazia xixi à noite; com um ano deu seus primeiros passos e com dois anos já se

comunicava. Diz: “os dois sempre dormiram com naturalidade, nunca deram trabalho. Antes, ela dormia no beliche com o irmão, mas agora dorme só. Cada um tem seu cantinho em casa. Jade dorme bem e acorda para a escola. Às vezes, range os dentes quando dorme. Ela come bem, de tudo. Mas creio que a comida também faz parte de seu arsenal para exigir atenção, pois ela contraria a alimentação saudável determinada por mim”. E completa: “Quando peguei Antônio nos braços, senti como se fosse meu filho, quem imaginava que seria assim?”.

Peço para ouvir também o pai e marco com ele a sessão seguinte.

O pai afirma que considera a agitação de Jade saudável e que “se meter na conversa”, que é uma das coisas que a mãe reclama dela como inconveniente, em sua opinião, é somente uma questão de educação. Para ele, a educação em casa está comprometida, levando Jade a apresentar esses comportamentos. Indagado sobre como seria esse comprometimento da educação em casa, explica que a mãe vive brigando muito com Jade. Diz que a mãe não tem tempo para eles e “compensa dando tudo ou deixando tudo”. A seu ver, “o problema com a gordura é mais da mãe do que dela, pois a Jade engordou de dois anos para cá, num processo que se iniciou com a separação do casal e com a posterior mudança do interior para Belém, que não foi só uma mudança de casa qualquer, mas uma mudança de cidade, de estilo de vida, de atenção recebida, que lá era muito maior”. A sua filha mais velha – Bárbara – foi criada com ele e ajudou a criar os dois e a Fabiana a coloca muito como modelo. Considera que Jade é muito sozinha, sem amigos. E diz: “ela sempre brinca só”.

3.1.2 O conflito identificatório ancorado na cor

“É o rio Negro e o rio Solimões se cruzando. A mamãe disse que eles se cruzam, mas eles não perdem a cor”.

Em sua primeira sessão, Jade entra na sala falando “Mamãe adora meus desenhos. Mamãe diz: Jade para de desenhar, não tem mais lugar para guardar”. Jade, então, elogia a mim, à sala, aos brinquedos e diz que deseja voltar logo ao consultório. Pergunto-lhe se sabe por que veio. E ela responde: “Vim porque às vezes não entendo muito bem as coisas”. Pergunto-lhe: “O que não entende?”. Diz: “o que a mamãe fala”. Pergunto-lhe: “O que a mamãe fala que você não entende?”. Ela diz que não lembra o quê. Pergunta se pode usar tudo o que tem na sala. Digo-lhe que sim. Diz: “Adoro desenhar”. Faz uma ligeira pausa e segue falando: “Mamãe diz que se o desenho não fica assinado, não existe”. Pergunto-lhe: “Como assim, não existe?”. Diz: “Não sei explicar o que a mamãe quer dizer, mas é o que ela diz”. E fala: “Desenho toda hora pra mamãe, mamãe ama meus desenhos”. Diz, ainda, “brincar da mesma coisa muitas vezes é legal, mas às vezes enjoa”. Fala sobre isso enquanto arruma a cama e todos os objetos da casa de bonecas. Coloca um carro na garagem e, então, vai escolher as bonecas com que brincará. O mote de sua escolha de bonecas é “se parecer”. Escolhe para brincar uma boneca morena escura que considera parecida com ela. Escolhe para mim uma boneca que achou parecida comigo. Escolhe filhos para estas bonecas parecidos com elas na cor da pele e do cabelo. Pergunto-lhe porque é importante que sejam parecidos e ela diz: “É bom que as mães e os pais sejam parecidos com seus filhos na cor da pele, dos olhos e do cabelo”. Pergunto-lhe: “Por que é bom?”. Diz que não sabe o porquê, mas que sabe que é bom. Digo-lhe que além daquilo que se pode ver logo – como a pele, os olhos e os cabelos – os filhos podem ser parecidos com os pais em outras coisas. Ela me pergunta: “em quê?”. E eu lhe digo que isto é o que cada filho precisa descobrir na sua relação com seus pais. Ela sorri. Diz: “As bonecas vão ao supermercado. Têm muita coisa pra comprar porque está baratinho”. Conta que seus pais trabalham longe de casa, muito longe, que os dois viajam bastante. O pai não mora em casa, mora no

sítio e quase não o vê, só quando ele vem visitá-la e diz: “Sou a filhinha querida dele. Ele fala isso toda hora”. Diz: “Tenho quatro irmãos, duas irmãs e dois irmãos, eles me amam também. São todos mais velhos do que eu. Por isso que eu sou a queridinha do papai. A mais velha tem 28 anos, trabalha com a mamãe, é muito bonita. O mais novo mora comigo, é muito malvado, jogou gelo em mim. A mamãe briga com ele, ele é chato. O Antônio vai acabar com a beleza dela, ele estraga a beleza da gente. Por isso que tem tanta gente feia, porque tem gente que acaba com a beleza delas. A mamãe diz que eu sou bonita, que sou linda. Eu me acho feia. Meu irmão diz que eu sou feia e eu também me acho feia. Acho meu olho bonito. Mamãe diz que é tudo, mas eu só acho meu olho. Meu cabelo é bonito, eu não cuidei direito, mas é bonito mesmo assim. Eu sou vaidosa, mamãe compra muita coisa pra mim. Ela cansa de comprar coisas pra mim”. E acrescenta: “Cansa é modo de dizer, ela não fala que cansa”. Segue dizendo: “Mamãe fala mesmo é da minha comida, porque eu só como miojo com ovo e a mamãe diz que eu só como coisa ruim”.

Na sessão seguinte, peço a Jade que faça alguns desenhos sobre os quais falaremos logo após ela desenhar. Jade desenha a casa de Soure do seu pai e conta que morou lá até os seis anos, com ele, a mãe, o irmão e a bisavó. E segue narrando: “Eu amava morar lá e gostaria de ainda morar, mas não dá mais certo porque papai e mamãe se separaram e a mamãe diz que lá é muito chato. Eu achava que era legal, meus pais eram unidos, estávamos todos juntos sempre. Agora a mamãe viaja. Éramos felizes. Tinha muita paz e harmonia”. Ela diz que o que mais gosta nesta casa que desenhou são as suas lembranças e o que menos gosta é dos cachorros terem morrido e da bisavó ter morrido. Diz: “Sinto muita falta de morar lá”. Desenha uma árvore com flores e frutos, mas diz que “esta não é uma árvore de frutas, é só charme dela”. Conta que esta árvore não foi plantada por ninguém, nasceu sozinha, ninguém sabe como foi, quando chegaram lá no museu onde ela vive, ela já existia. Tem outras árvores ao redor dela. Ela não está sozinha, mas também não está com as outras. As outras árvores estão perto, mas um pouco longe. Jade conta que costuma conversar com esta árvore do museu e que também fala com seus desenhos. Pergunto-lhe: “O que fala com eles?”. Ela diz: “Falo o que me vem na cabeça, gosto de conversar. Digo que gosto deles e que são meus amigos”. Desenha sua irmã mais velha – Bárbara – e diz: “Ela está feliz por que lhe dei

uma foto dela que bati para lhe entregar”. Enquanto desenha a irmã, conversa e conta que o pai de um colega seu da escola é cheio de problemas de família, que o pai dele, avô de seu colega, traiu o próprio filho com a mulher dele (que é a mãe do seu colega) e diz: “Triste né? Parece coisa de novela”. Emenda narrando que soube disso em sua escola porque fizeram um trabalho sobre a família no qual contavam algo do pai e da mãe e o colega contou isso do seu pai. Pergunto-lhe o que ela contou e ela diz: “Escrevi que meu pai é o mais gato do mundo, o Deus do universo”. Pergunto-lhe: “E sobre sua mãe o que disse?” Ela responde: “Que ela tem muita sorte de ter um filho... Não, não, não, uma vida feliz”. Peço-lhe que desenhe sua família. Ela desenha e inclui a irmã mais velha (Bárbara), além dela, pai, mãe e irmão. Pergunto-lhe se falta alguém e ela diz: “mil gente”. Pergunto-lhe: “Por que não estão aí?”. Ela responde: “Por que é muita gente, mil pessoas”. Pergunto-lhe, então, em que pensava quando desenhou a família e ela diz: “Eu pensava em desenhar os que faltam de minha família, só que não deu”. Ao apresentar a família, o faz na ordem em que desenhou: ela, o irmão, o pai, a irmã e a mãe.

Desenha ainda – em outra folha de papel – o que traduziu como “um prato de macarrão miojo com uma borboleta dentro”. Diz: “sempre como miojo com algo nutritivo no prato de borboleta”. E segue: “Isso veio na minha cabeça porque eu estava me lembrando de meus tempos felizes, tava pensando nisso lá no carro vindo para cá”. Pergunto-lhe porque o prato de miojo com borboleta dentro é uma lembrança de seus tempos felizes. Ela conta que uma noite no interior, sua mãe havia feito miojo para ela e faltou luz. Então ela comeu olhando o brilho das estrelas e diz que as estrelas podem ter se apagado há milênios, mas que ainda assim brilham e que as estrelas também podem ser planetas.

Pergunto: “O que achou de seus desenhos?”. Ela diz: “Achei feio, tudo feio”. E prossegue: “Responder ao que tu perguntaste é difícil. Desenhar é legal e responder é difícil. Você só fez perguntas difíceis e quase me enrolo tudinho”. Pergunto como se sentiu com isso e ela diz que ficou triste quando falou de sua bisavó, a avó de sua mãe. Diz: “Ela sofreu muito, viu toda a família morrer: a filha, não a filha não, o pai e a mãe dela”.

Em sua terceira sessão, chega, pega uma boneca branca, de olhos claros e fica com ela nas mãos, olhando-a sem nada dizer. Pergunto-lhe em

que está pensando e ela diz “se eu fosse a boneca da mamãe, eu podia ir para onde a mamãe quisesse. Eu podia ser amiga da mamãe desde que ela nascesse. Eu podia ser tudo o que a mamãe quisesse”. Pergunto-lhe: “É isso o que você desejaria ser: a boneca de sua mãe?”. Ela diz: “Sim, mas também poderia ser uma borboleta e ser a mascote da mamãe ou uma rosa porque aí o papai podia arrancar eu e dar pra mamãe e aí a mamãe ia colocar eu num vasinho no meio da cozinha e, às vezes, a mamãe vinha me visitar e me pegava, me cheirava e me beijava”. Digo-lhe que parece que ela deseja ser muito importante e amada por sua mãe. Ela diz “é” e se cala. Pergunto-lhe “E o que você não gostaria de ser?”. Ela diz “A bruxa da Branca de Neve porque é muito malvada. Eu quero ser bonita, mas não a ponto de matar a Branca de Neve que não tem culpa de nada. E também não queria ser uma barata. Porque se infiltra em muito lugar nojento. De amiga pra amiga vou te dizer, em lugar podre. Causa nojo nas pessoas e eu nunca gostaria de causar nojo nas pessoas, apenas ser feliz, claro, sem atrapalhar ninguém”.

Pega a maquiagem e começa a se maquiar olhando no espelho e falando que seus pais brigaram se lembrando do passado. Pergunto-lhe do que eles lembraram e ela responde: “De uma amante do papai”. Diz: “Estou cansada de eles brigarem e estou muito triste porque eu não sabia que o papai tinha uma amante”. Segue dizendo: “Agora, a mamãe viaja muito e, às vezes, eu tenho medo de escuro”. Pergunto-lhe o que faz quando tem medo e ela diz: “Eu rezo até dormir”. Então, diz que se maquiou feio e que o espelho daqui engorda a cara. Pega a massa de modelar. Faz uma flor e pergunta se pode levar para enfeitar seu quarto. Digo-lhe que sim. Pergunto-lhe o que faria se sua mãe lhe pedisse a flor de presente. Ela diz que acharia estranho, porque ela não gosta dessas coisas. Pergunto-lhe “E como você se sentiria?”. Ela diz “No começo um pouco triste, porque quero colocar no meu quarto, mas depois acho que iria gostar. Afinal, posso fazer o que?”. Prossegue dizendo: “Às vezes, me sinto muito triste com a mamãe e tenho vontade de ir embora com o papai, mas acho que a mamãe ficaria com muita, muita raiva”. Diz: “Vou te contar um sonho que eu tive: eu estava na rua, não, a mamãe estava na rua e um homem de preto matou a mãe dela. Quando ela chega num lugar, vê todo mundo chorando e vê no túmulo o nome dele e da mãe e percebe que ele matou a sua mãe (ele também já está morto, é um fantasma e por isso

ninguém o vê). Pergunto-lhe que lugar é esse em que vê os túmulos. Ela diz que é no cemitério que ficava lá no interior, que sua casa ficava em frente a esse cemitério. Pergunto-lhe porque o homem fantasma matou a mãe de sua mãe. E ela responde: “Não sei, não sei por que matei a minha mãe, fui eu que matei a minha mãe já que esse sonho foi meu”. Pergunto-lhe como se sentiu com esse sonho. Ela diz: “Foi assim... Esplêndido!”.

Diz, em seguida: “Você dificulta, pergunta coisas difíceis. Porque não pergunta uma multiplicação, uma raiz quadrada? O que você pergunta é muito difícil de responder”. Pergunta ainda se eu não escuto a campainha direito porque sempre tem que bater mais de uma vez para eu abrir. Pergunto-lhe em que outra relação sua precisa insistir mais de uma vez para ser atendida. Ela me diz: “Não te disse que por hoje já chega dessas perguntas difíceis?”. Pergunto-lhe se gostaria de utilizar as tintas? Ela diz que sim e faz o seguinte desenho: um retângulo (metade dele pintado de marrom escuro, metade de branco). Pergunto-lhe o que representa o seu desenho? E ela diz: “É o rio negro e o rio Solimões se cruzando. A mamãe me disse que eles se cruzam, mas eles não perdem a cor”. Pergunto, então, se quer me dizer mais alguma coisa sobre seu desenho. Ela responde que não. Encerro a sessão. Na sala de espera, ela diz para a mãe “eu te amo” e a mãe responde “eu sei que você me ama”.

Realizei, então, uma nova sessão com a mãe. Neste encontro, digo-lhe que o comportamento de Jade parece ser fruto de uma insegurança muito grande que ela tenta esconder atuando deste modo falante e exuberante, do qual Fabiana queixou-se como exaustivo na primeira vez em que nos falamos. Menciono a auto-estima comprometida de Jade e explico-lhe que isso às vezes acontece com as crianças criadas em um ambiente excessivamente crítico, no qual os excessos de correções geram na criança um sentimento de inadequação que a leva a achar o que faz feio ou ao não saber o que fazer sem a orientação do adulto. Fabiana, então, relata que sua mãe era assim com ela, que nunca tiveram uma boa relação por conta de que a mãe parecia pensar que só o seu modo de ser e de fazer as coisas é o certo, o perfeito, o tempo todo criticando. Por isso, sempre se sentiu melhor com sua avó materna, que morava com ela no interior e diz que Jade sofreu muito quando sua bisavó morreu. Digo-lhe que assim como ela, Jade parece ter encontrado aceitação e

acolhimento nesta generosa senhora, sua avó. Ela, então, chora e diz: “Meu Deus, o que estou fazendo com minha filha? Parece que tenho repetido minha mãe, sem perceber, só me dirijo a ela em tom de crítica e repreensão como minha mãe fazia comigo”. Explico-lhe que Jade se ressentia por não se adequar ao seu desejo e acaba localizando suas dificuldades no fato de não se parecer com ela na cor. Prossigo dizendo-lhe que a cor não pode ser mudada e nem precisa, mas que elas podem encontrar outras formas de se identificar. Sugiro que é importante mudar esse foco, mas seria bom se Fabiana pudesse se conhecer um pouco melhor e compreender o que Jade desperta nela e para isso recomendo-lhe uma análise pessoal. Ela me diz que vai pensar, mas que, de antemão, o encontro de hoje foi muito importante para se colocar no lugar de Jade em relação a ela, até porque sabe exatamente como a filha se sente. Então, para novamente, se espanta e pergunta: “Ela me odeia?”. Pergunto-lhe: “Porque pergunta isso?”. Ela diz que era assim que se sentia em relação a sua mãe quando esta a humilhava ou era severa demais com ela. Diz que, às vezes, se culpa pelas dificuldades de seus sentimentos em relação a Jade. Então, a leva às compras e tenta lhe mostrar, dando-lhe presentes o quanto a ama. Diz que o ex-marido já lhe disse que essa não é a melhor forma. Pergunto-lhe o que ela pensa. Diz que sabe que não é a melhor forma, mas é a que possui. Pergunto-lhe, então, se não é a melhor e está prejudicando Jade, que tal tentar outra. Ela pergunta “qual?” e respondo: “O que você acha das palavras?”. Ela ri, agradece e vai embora.

3.1.3 O anseio em atender ao desejo materno

“A gente só é bonito quando a mãe da gente acha”.

A questão de não poder expressar tristeza ou raiva e ter que se apresentar feliz compareceu, desde o começo, como uma possibilidade de atender ao desejo da mãe que tinha para Jade essa direção. Como podemos entrever em fragmentos como o da estória que montou com os fantoches: “Norberto era um leão triste porque queria ter uma família. Aí, alguém disse, o Monteiro Lobato disse ao Norberto: “Você não pode ficar triste porque a dona

Korina não gosta de crianças que ficam tristes”. Apareceu o pássaro e disse: “Você tem que ficar feliz; você não pode ficar triste; você vai ficar feliz amanhã de manhã”. A menina chegou ao museu. Ela viu o leão, olhou para ele e acabou a história”. Pergunto: “a história acabou assim?”. Ela diz: “já vou embora, acabou por hoje”. Antes que saísse, lhe perguntei se, para ser amada, a menina precisa mostrar-se sempre feliz? Ela não responde e se vai.

Na sessão seguinte, ela arruma as bonecas para brincar e diz: “Há uma mãe para cada criança”. Porém, como lhe mostro que uma das bonecas não tem filhos, ela afirma: “A gente compra!”. Pergunto-lhe: “Onde?”. Ela responde: “No orfanato, é só comprar e levar para casa. É lindo, ficam juntos. Até mães famosas e ricas compram filhas. Escolhem e pagam e levam. Rápido! Não posso deixar de escolher a filha que eu quero. Não gosto de meninos. Eu quero uma menina com uma cara bem feliz”.

Em outra sessão, ainda, Jade pega um boneco do Gênio da Lâmpada e se dirige a ele dizendo: “Vou te pedir para realizar três desejos meus: ter uma família feliz; ter uma família especial; que a mamãe fique feliz comigo”.

Brincando com a fazenda, o mote em relação aos bichos é o de construir famílias, propõe pintarmos manchas nos filhotes da gata para que se pareçam com a gata mãe que é malhada. Ocorre que o filhote de coelho não tem pai, nem mãe, ou outro de sua espécie, é único. Ela, então, propõe que ele seja levado para a família de humanos e o põe para morar na casa. E diz: “Mas lá, ele estranha, pois sente falta dos outros animais e do ambiente de bichos que ele conhecia. Então, ele chora muito e as pessoas não entendem que é saudade e ele não sabe explicar que é saudade. Aí, as pessoas ficam com raiva dele porque pensam que ele é mal agradecido, mas não é isso. As pessoas não têm paciência com a tristeza dele, querem que ele fique logo feliz porque elas são boas para ele, elas pensam que tudo na vida dele é elas. Mas não é. Só que o coelho também não sabe direito o que é”. Digo-lhe: “Parece que este coelho teve uma história antes de ser adotado por esta família da qual ele não precisa se esquecer. Ele pode amar todos (quem ganhou agora e quem tinha antes). O problema é esta história de se sentir diferente que ele precisa resolver. O que eles todos podem ter em comum não é o ser igual, mas pode ser o amor uns pelos outros”.

Em outra sessão, Jade fala desse lugar de atender o desejo da mãe em detrimento do seu da seguinte forma: diz que é modelo. Então, simulo uma entrevista e peço que me fale de sua vida. Ela diz: “Tenho saudade da minha família, pois não pude viver com eles, precisei vir ser atriz. Eu queria mesmo era ser desenhista, mas não fui criada para ser desenhista, fui criada para ser modelo”. Pergunto-lhe se é modelo ou atriz. Ela responde: “Às vezes modelo, às vezes atriz, às vezes modelo-atriz”. Diz que gostaria de ter uma família, mas já tem, tem tudo. Peço-lhe que dedique uma frase final para àqueles que irão ler sua entrevista e ela diz: “A beleza de uma pessoa está em seu coração, não importa se é feio, importa que há vida e esperança”. Ela me pergunta se pode se desenhar para acompanhar a reportagem. Digo-lhe que sim e ela diz: “Vou fazer cara de moça”. Pergunto-lhe: “Como é cara de moça?”. Ela ri e diz que é de como será quando for moça. Então, segue dizendo que será uma moça muito bonita e vai desenhando e falando de si, de sua imagem, do que terá de sua mãe e daquilo que acha que se parecerá comigo também.

A partir do que Jade trouxe, surgiu, então, uma estória sobre “o se parecer” que era sobre uma menina que não sabia com quem se parecia, até que descobriu que tinha um pouco de cada pessoa que amou e muito mesmo dela mesma, pois cada pessoa tem seu jeito e que esse jeito é uma mistura de outros jeitos que aprendeu e que combinados nela a tornaram uma menina única. Esta estória foi ilustrada com recortes de revistas e Jade a levou consigo. Já no final dessa sessão, Jade contou um sonho que teve e que a fez acordar chorando: “Eu estava numa escola estranha com muitas amigas implicando comigo porque eu era muito diferente. Procurei pela mamãe e não encontrei”. Pergunto-lhe: “Diferente como?”. Ela diz: “Mais escura, mais gorda e mais cacheada do que as outras”. Pergunto-lhe: “Como era a escola?”. Ela diz: “Parecia a minha casa”. Pergunto-lhe: “É em sua casa que você se sente assim diferente?”. Ela diz: “Também”. Pergunto-lhe: “Porque procurou por sua mãe?”. Ela diz: “Eu queria que ela me defendesse”. Pergunto-lhe: “Como?”. Responde: “Dizendo que eu era bonita como eu sou, que não sou diferente para ela”. Pergunto: “E ela?”. Responde: “Já te disse, eu não a encontrei”.

Na sessão seguinte, chega dizendo que não agüenta mais ter onze anos, que não vê a hora de fazer treze para ganhar um celular. Diz que o que quer mesmo é fazer quinze e virar cisne. Pergunto-lhe: “Como assim, virar

cisne?”. Ela diz: “Tu não sabes a história do pato feio? Que era feio mesmo, tão feio que a mãe nem reconheceu, igual a minha história. Mas um dia, ele vira cisne e a mãe o reconhece, aí eles vão ser felizes”. Pergunto-lhe: “Porque ele precisa virar cisne?”. Ela diz: “Pra mãe poder ver como ele é bonito e gostar dele”. E acrescenta: “A gente só é bonito quando a mãe da gente acha”. Pergunto: “Por quê?”. Ela diz: “Porque é ela quem sabe como o filho dela deve ser”. Digo-lhe: “Talvez o filho possa dar umas dicas para ela, para ajudá-la a perceber”. Ela me olha surpresa e pergunta: “Você acha?”. Digo-lhe que sim. E ela pergunta: “Como faremos, então?”. Digo-lhe que talvez ela pudesse escrever um livro com a sua história – contando como ela é, o que sente, do que gosta, ... – Sugiro que no próximo encontro traga fotos suas e assim surgiu um livro de memórias feito de fotos e falas, no qual Jade se “apresentava” não só à mãe, mas também, sobretudo, a ela mesma. Aqui, Jade apresenta-se sem precisar “virar” outra coisa. Não precisava representar ou ser “modelo”. Reconhece-se como é e pode, finalmente, dizer de si.

3.1.4 O reconhecimento da diferença e a identificação pelo amor

“Rindo por dentro e não só por fora”.

Em uma sessão Jade propõe uma brincadeira na qual ela é uma mãe poodle e leva o seu filhote à psicóloga. Explica à psicóloga que ele é de uma espécie diferente da sua. E diz: “todos os psicólogos cansaram de trabalhar com humanos”. Pergunto-lhe: “como é para este filhote ser de uma espécie diferente da mãe?”. Ela diz: “no começo ele estranhava um pouco, mas já está se acostumando”. Pergunto-lhe: “O que mudou? Porque ele já está se acostumando?”. Ela diz: “Ele tem se achado mais bonito do jeito que é e agora não se importa tanto com a cara das pessoas”. Pergunto-lhe: “O que tem a cara das pessoas?”. Ela diz: “É que as pessoas se assustam quando vêem um poodle branquinho com um filhote marrom e de outra espécie”. Pergunto-lhe: “Qual é a espécie do filhote?”. Ela diz: “Não sei. Ninguém sabe, mas sabem bem que não é poodle”. Pergunto-lhe se quando fala que é de outra espécie se refere à raça. Ela não entende minha pergunta e explico que outra espécie

quer dizer que ele não é um cão como a mãe, pode ser outro bicho ou um humano. Ela ri muito e diz: “Não, o filhote é um cão, mas não da raça poodle como a mãe. Como eu te contei, não sabem a raça dele”. Pergunto-lhe porque ela, a mãe, o levou a psicóloga. Ela diz: “Eu amo o meu filhote mesmo assim diferente e quero que ele seja feliz”. Pergunto-lhe: “o que acha que posso fazer para ajudá-lo?”. Ela responde: “Tu sabes”. Pergunto-lhe porque acha que eu sei. Ela diz: “Você estudou para isso e também tem amor pelas pessoas como elas são”. Pergunto-lhe se ao trazer seu filhote aqui, é o mesmo que sua mãe fez ao trazê-la. Ela diz: “Eu não sei por que a mamãe me trouxe. Acho que era por que eu não entendia muito bem o que ela me dizia”. Pergunto-lhe: “E agora como está isso?”. Ela diz: “Mais ou menos, mas acho que a mamãe tem falado de uma forma diferente comigo e tudo está melhor”. Pergunto-lhe: “Tudo o quê?”. Responde: “Eu e a mamãe”. Peço-lhe, então, para me explicar melhor porque trouxe o seu filhote até mim. Ela diz que o ama mesmo assim do jeito que ele é e que quer que ele seja realmente feliz. Pergunto-lhe: “Realmente como?”. Ela diz: “rindo por dentro e não só por fora”. Pergunto-lhe se ela é feliz. Ela diz que veio aqui para eu atender o seu filhote. Digo-lhe que, para ajudá-lo, preciso saber como ela se sente. Ela ri como se percebesse alguma implicação oculta em minhas palavras e diz: “Acho que você só sabe trabalhar com humanos”. Pergunto-lhe: “Por quê?”. E ela responde: “Por que os humanos são muito complicados”. E diz: “Já sei o que fazer para ajudar meu filhote: vou abraçá-lo, sorrir para ele e pronto”. Finaliza me aconselhando a voltar a trabalhar com os humanos.

3.1.5 O amor na transferência

“Promete pra mim que você não morrerá”.

A relação transferencial com Jade foi intensa. Em muitas sessões, me escrevia bilhetes de amor, confeccionava envelopes para colocá-los dentro e me entregar, fazia cartazes com suas mãos de presente para mim, desenhos da minha pessoa, corações...

Jade sempre me indagava sobre o seu nascimento. Perguntava: “Como eu nasci?”. Ao que eu lhe respondia: “Cada pessoa tem seu próprio modo de nascer, mas uma coisa é igual em todas, que é o desejo de vir ao mundo, de viver nele e o desejo dos pais que fizeram o bebê de que ele nascesse e dos pais que o criaram de que crescesse; que, em algumas histórias, os pais que fizeram o bebê, eram os mesmos que o criaram e, em outras, eram diferentes, como na história dela”. Então, na sessão seguinte, ela dizia: “Repete aquilo sobre o nascimento, por favor”. Eu perguntava o que ela queria que eu repetisse e ela dizia: “Aquilo do meu jeito de nascer”. Às vezes, perguntava quem são as pessoas que estavam comigo todos os dias, se eu tinha filhos, marido, pais... Enfim, como era a minha família. Era o que Jade queria saber. Ela dizia, no início, que a cegonha a trouxe do mundo das fadas para sua mãe e sua família, o que fui questionando com ela. Perguntei-lhe porque precisava de uma origem tão fantasiosa. Disse-lhe que os bebês não nascem assim e nem tem fadas como ancestrais, diante do que, ela ria e, aos poucos, foi compreendendo que teve um pai e uma mãe que desejaram que ela nascesse, mas não puderam criá-la. E, por amor a ela, deram-lhe para que Fabiana e Celso a educassem em sua família. Ela dizia, então: “Família é a coisa mais linda que alguém pode ter e eu tenho muita sorte em ter uma família como essa. Só confio neles, pois as outras pessoas são más, discriminam”. Tinha, no entanto, uma queixa: a de que teve poucos aniversários. Perguntada sobre isso, explicou que seus aniversários não foram comemorados e que às vezes achava que tinha menos idade por causa disso. Pergunto-lhe se é por isso que às vezes parece mesmo uma criança pequena e não a menina de onze anos que já é. Ela diz: “É o aniversário que deixa a gente mais velha, como não tinha aniversário, não fiquei mais velha”. Pergunto-lhe: “Por essa conta, quantos anos você tem?”. E ela diz: “Seis”. Pergunto-lhe, então, se parou de crescer quando seus pais se separaram, a família se desfez e veio morar em Belém, se está tentando se congelar onde se sentia mais feliz. Ela diz que sim, mas que mesmo se voltassem já não seria a mesma coisa porque não era aquele tempo, agora é outro tempo. Digo-lhe que talvez seja o tempo de ter onze anos e lhe pergunto a que se refere com não ser mais aquele tempo e ela diz que sua “bivó” não está mais viva. Digo-lhe que talvez seja o tempo de construir outras relações como a que tinha com sua bisavó.

Ela diz que tem medo que a mãe morra. Pergunto-lhe: “Por quê?”. Ela diz que tem medo de perdê-la como perdeu a bívó. Pergunto-lhe se é por isso que tem resistido tanto a ela. Ela diz que não, e declara: “na minha escola tem duas tias, a tia Idália que batalha para entender a gente e a tia Ivone que entende a gente”. E segue perguntando se eu vou morrer. Digo-lhe que não sei. E ela diz que é por isso que tem medo de gostar de alguém. E pergunta: “Se você morrer com quem ficará sua filha?” Digo-lhe que alguém cuidará dela. Ela diz: “Como eu?”. Pergunto-lhe: “Como assim?”. Ela diz: “Como minha mãe não pode cuidar de mim e é a minha mãe Fabiana que cuida”. Digo-lhe: “Ah! Acho que agora estou entendendo, você tem medo de perder outras pessoas como já perdeu sua mãe da barriga?”. Ela diz: “É, primeiro ela e agora minha bívó”. Digo-lhe que entendo, mas que não podemos deixar de amar as pessoas por medo de perdê-las. Ela pergunta: “Porque não?”. Digo-lhe: “Porque senão as perdemos de qualquer modo, só que de outro jeito que é deixando de tê-las conosco”. Digo-lhe: “Você lembra o que me falou uma vez sobre as estrelas? Que elas podem ter se apagado há milênios, mas que ainda assim brilham? Pois é... aqueles que amamos ficam dentro de nós, como sua mãe da barriga, sua bisavó e outras pessoas que virão em sua vida. É como as estrelas que já se apagaram, só que brilhando dentro do seu coração”. A sessão já está encerrando e ela me pede: “Promete pra mim que você não morrerá?”, o máximo que consigo lhe responder é: “Por enquanto, não”.

Na sessão seguinte, chega contando que, sobre aquilo das pessoas que morrem de que falamos, esqueceu de me dizer que sempre fala com sua bívó nas orações antes de dormir. Pergunto-lhe o que fala e diz que fala sobre tudo. Às vezes mais, outras menos. Às vezes canta ou, então, conta algo que aconteceu e que gostaria que ela soubesse. Depois reza, agradece a Deus por ter essa família e pede por todas as crianças que não têm alimento e nem cobertor. Pergunta-me se acho que sua bívó a escuta. Digo-lhe que sim. Ela, então, num ato falho, me pergunta se tenho “outra” família. Pergunto-lhe: “Como assim outra família?”. Ela se espanta com a pergunta e se corrige dizendo que quis perguntar se tenho família.

3.1.6 Identificação e construção do eu.

“Agora me acho”.

Em todas as sessões ela pedia para levar algo do consultório para sua casa e trazer na sessão seguinte para devolver. O que eu sempre permitia, dizendo-lhe que, assim, ela parecia estar garantindo o nosso próximo encontro. Ela já havia levado vários brinquedos, bonecas e animais diferentes para maternar. Inclusive, um boneco do “corcunda de Notre Dame” que levou dizendo: “Ele é feio, esquisito e vou levá-lo porque eu acho que ninguém nunca deve querer levar ele”. Em todas as vezes, nunca pegou a boneca bebê negra que ficava num dos berços que tenho na sala. Chegou a pedir o berço para acompanhar o macaco bebê que estava levando, mas não a boneca. Na última sessão antes das férias de julho, nas quais viajaria com sua mãe e seu irmão, pediu para levar a boneca e a nomeou Ana.

Na volta das férias, a mãe vem a uma sessão, me diz que as férias foram maravilhosas, que a filha está ótima e que vai aproveitar essa interrupção de um mês para encerrar o atendimento, pois assim acha que a filha não sentirá tanto. Peço-lhe que me conte um pouco sobre esse período em que esteve mais perto de Jade e o que mudou. Ela diz que aquela agitação constante passou. Diz que Jade está mais calma e que ela já não se estressa tanto na relação com a filha, que, na verdade, os dois filhos precisavam e, como Jade incomodava muito a ela, priorizou seu atendimento, mas agora vai colocar Antônio na terapia e não pode financeiramente manter os dois em atendimento. Então, agora é a vez dele. Digo-lhe que gostaria de conversar sobre esse encerramento com Jade e marcamos uma sessão para ela. A mãe pergunta se posso atender o Antônio, digo-lhe que não, pois Jade tem um vínculo comigo, mas que posso encaminhá-lo para outra pessoa, o que ela aceita. Explico-lhe, ainda, que, caso Jade, por qualquer razão, deseje falar comigo, ela deve telefonar e marcar, pois, às vezes, a criança volta a precisar de um encontro ou outro com seu analista. Ela diz que entende e que ligará ou a própria Jade, já que ela tem um cartão meu em sua cabeceira. Digo-lhe que

lembro do dia em que me pediu o cartão na sala de espera. A mãe sorri e se despede.

Jade vem e me pergunta se já sei que é sua última sessão. Pergunto-lhe o que ela acha disso. Ela diz que sentirá minha falta, mas que já está bem, que veio porque não entendia muito bem o que a mãe dizia e que agora elas já conversam, entende melhor sua mãe e sua mãe não briga mais como antes. Pergunto-lhe se se sente mais tranqüila em relação ao que sua mãe sente por ela. Ela diz que sim. Pergunto-lhe sobre o que ela sente por si mesma. Ela diz sorrindo: “Agora me acho”. Diz-me que trouxe uma cartolina para fazer uma coisa para mim. Faz um coração onde diz que me ama. Depois, apaga e diz “é melhor te adoro, né?” Pergunto-lhe porque e ela diz: “Te amo é muito forte”. Ela veio com a boneca no colo e a colocou no sofá para fazer o cartaz. Então, pega a boneca novamente e diz que gostou muito de ficar com ela. Pergunto-lhe como se sente em devolvê-la. Ela diz que cuidou bem dela e que não gostaria de devolvê-la, que Ana aprendeu algumas palavras com ela. Pergunto-lhe quais palavras e ela diz: “Ah, assim, mamãe,...”. Digo-lhe que, se ela se sente como mãe de Ana e pode lhe dar amor, carinho e educação, que foi sua mãe por este tempo em que esteve crescendo, então ela agora é sua mãe e sei que Ana estará bem com ela. Desejo-lhe que seja sempre feliz ‘por dentro’ e digo-lhe, ainda, que se algum dia precisar ou quiser conversar sobre qualquer coisa, é só telefonar e marcar. Ela me pergunta se vou colocar a cartolina na parede do consultório e se ela a encontrará quando vier. Digo-lhe que o que escreveu no cartaz expressa seu afeto por mim e que é isto o que está me dando junto com a cartolina, que guardarei este amor comigo e não enfeitando a parede de minha sala. Ela sorri e diz “entendi, não precisa todo mundo saber, né?”. Digo-lhe: “só precisa saber a pessoa, assim como o importante é você saber do seu amor por sua mãe e do dela por você”. Ela pergunta se achei exagerado seu cartaz, pois sua mãe às vezes dizia que ela era exagerada. Digo-lhe que entendi que ela quis expressar um sentimento grande e por isso precisou de um cartaz e não de um papel comum. Ela diz: “Se eu pudesse colocava num outdoor”. Digo-lhe que guardarei o cartaz com carinho, pois representa seu afeto e lhe agradeço por tê-lo feito para mim. Ela se dirige à porta e pergunta “mesmo que eu não tenha nenhum problema,

posso ligar se tiver saudade?”. Digo-lhe que sim e ela se vai com a Ana no colo.

3.2 ESCUTANDO A MELODIA DO DISCURSO

Jade inicialmente parecia sentir-se diferente da mãe. E as questões relativas a poder se identificar com esta pautavam-se, sobretudo, na cor. Seja da pele, do cabelo ou dos olhos, como ela demonstrava ao eleger tais semelhanças físicas como critérios para formar as famílias de bonecas quando brincava. E eu me perguntava: Por que não outras formas de identificação? Como se dá para a mãe o laço amoroso com Jade?

A quebra do vínculo com a mãe biológica e a dificuldade de construção de um vínculo com a mãe adotiva foi muito marcante na relação de Jade e Fabiana. Elas tiveram um começo difícil. Jade chorava a noite inteira. Um choro que Fabiana nomeou, por identificação, de “sofrido”. E para o qual, Jade parece nos trazer a sua tradução na estória que cria sobre o coelho órfão que é adotado por uma família de humanos. Jade conta que o coelho chora porque estranha e sente saudade do que já conhecia e as pessoas não entendem, visto que ficam com raiva dele porque pensam que ele é mal agradecido, mas não é isso. Segundo ela, as pessoas não têm paciência com a tristeza dele, querem que ele fique logo feliz porque elas são boas para ele. Elas pensam que tudo na vida dele são elas. E aqui Jade parece dizer que o coelho sabe (ou intui) que não são somente elas em sua vida. Porém, não sabe direito o que é que lhe falta. Por isso a angústia, o sentimento do que não se sabe nomear.

Deste modo, Jade nos fornece indícios de que a criança adotada identifica-se com os seus pais adotivos, mas também com sua história anterior, seus pais biológicos dos quais muitas vezes ela “nada sabe”. Como afirma Dolto (1998), a adoção não é uma nova placenta, só se nasce uma vez na vida e isso não deve ser negado ou apagado. Sobretudo porque estará sempre lá no registro do inconsciente.

Na filiação por adoção, o “romance familiar” – descrito por Freud ([1909]1990) como a fantasia das crianças de terem pais melhores ou diferentes dos seus – comparece como um dado de realidade, pois, em algum

lugar, há sim outros pais. A duplicidade do vínculo parental em Jade se revela no desenho que faz sobre a família, no qual, após listar toda a sua família adotiva, diz que ainda falta “mil gente” e que, ao desenhar sua família, pensava em colocar os que faltam de sua família só que não deu. Não deu porque é muita gente e é indeterminado, não sabe quem são ou quantas são essas pessoas que faltam. Só sabe que lhe falta muito, o que ela expressa metaforicamente pelo número mil.

Na estória do coelho perfilhado por humanos, Jade aborda ainda, a seu modo, a questão da possibilidade de uma diferença genética entre pais e filhos na adoção. Uma vez que em uma filiação biológica não seria possível que um humano gerasse um coelho, um ser de espécie diferente da sua.

Sobre o modo de filiação de Jade, é interessante notar que Fabiana apresenta como primeira fala dirigida a mim que a filha é adotada, o que, de alguma forma, parece também trazer de sua parte um estranhamento em relação a esta idéia que ainda não foi elaborado. Além disso, a revelação da adoção é imediatamente seguida da negativa de que isto seja um problema. Essa necessidade tão urgente de afirmar que nada há de errado já parece indicar que há algo inquietante na filiação por adoção de Jade que não pode ser admitido por Fabiana.

Aprendemos com Freud ([1925] 1990) que a negativa é um repúdio, por projeção, de uma idéia que acaba de ocorrer ao paciente. Logo, diante dela devemos tomar a liberdade, em nossa interpretação, de desprezar a negativa e considerar apenas o tema geral da associação. Pois, muito provavelmente, o que o paciente está rejeitando é o significado da idéia que ele conscientemente não pode aceitar. Freud ([1925] 1990) diz, ainda, que a negativa é uma das formas de uma imagem ou idéia reprimida abrir caminho até a consciência e a condição para isso é justamente que o conteúdo seja *negado*. E ressalta que temos aqui, portanto, uma clara demonstração da função intelectual isolada do processo afetivo. É isto o que entrevemos na negativa de Fabiana sobre não haver problemas com a condição de filiação adotiva de Jade. Aliás, a articulação intelectual parece ser de um modo geral a forma que Fabiana encontrou de não lidar com as questões afetivas que lhe são mais dolorosas. Tudo é apresentado racionalmente como muito bem resolvido. No entanto, ela sofre e Jade também.

Fabiana atribui à filha uma “carência afetiva que nada supre”. Por outro lado, quando Jade lhe disse “eu te amo”, ela respondeu “eu sei”, e não “eu também”, o que tranquilizaria a criança de seu afeto por ela. Talvez por isso Jade precisasse repetir. Quem sabe para ver se, em algum momento, obtinha a desejada confirmação como resposta.

Fabiana relata ainda, na primeira sessão, que Jade parece ter sentido a “rejeição materna”. A analista lhe coloca uma interrogação: “a que rejeição materna se refere?”. Ela, então, fala da mãe biológica que não desejava ter tido um bebê neste momento. Porém, acrescenta que esta acreditava que ela não desejaria o bebê por ser uma menina. Questionada sobre isso, Fabiana se trai com a resposta de que Antônio tem mais segurança da relação com ela. Como se, de alguma forma, com esta resposta referendasse que para ela era mais fácil estabelecer uma ‘ligação’ com Antônio por ser homem do que com Jade e o feminino. Permanece, pois, uma dúvida quanto à rejeição materna. Dúvida que Jade intui e endereça como questão à analista: “qual a rejeição materna?”.

A menina, como todo bebê, aninha-se no colo materno e busca no olhar de sua mãe um reconhecimento para si. O colo oferecido a Jade não lhe proporcionava tal olhar. Fabiana relata a dificuldade que sentiu em acolher Jade e lança como contraponto: “Quando peguei Antônio nos braços senti como se fosse meu filho, quem imaginava que seria assim?”. Eis o olhar de que falamos aqui. Nesta primeira sessão, apesar de ter vindo por Jade, seu olhar continuava sobre Antônio. Pois, dizia: “Antônio é como se fosse meu filho mesmo, enquanto Jade até o ano passado teve dificuldades na escola por ser morena e a mãe branca de olhos verdes”; “acredito que minha filha é alvo de duplo preconceito, a adoção e a cor da pele, enquanto Antônio não, é mais como o povo daqui”. E me questionei se foram na escola as dificuldades de Jade em não ser “como se fosse filha mesmo”? E se “ser mais como o povo daqui” quer dizer “ser como um de nós” ou como “eu, Fabiana”?

Segundo Zalcberg (2003), a mãe que se inquieta com a ausência de definição do feminino transmitirá à sua filha esta inquietude. Por não sentir-se conciliada com seu corpo, também não poderá conciliar-se com o de sua filha e, assim, não poderá ser aquela que oferece à menina a possibilidade de descobrir um artifício que lhe permita criar uma feminilidade para si mesma.

Parece que a fala da mãe biológica de Jade à Fabiana de que achou que ela não iria gostar do bebê por ser uma menina carrega consigo uma percepção do feminino e guarda entre estas duas mães certa cumplicidade. Fabiana não revela o que sentiu sobre isso, mas responde com a afirmação de que o filho tem mais segurança de sua ligação com ela, sinalizando, assim, uma confirmação.

Jade sentia que não atendia ao desejo materno e sofria por isso. Ela não valorizava sua aparência, sua produção, nem sua inteligência. O irmão contribuía para rebaixar sua auto-estima. Chamava-a de feia, implicava com ela, não a protegia na escola das agressões dos colegas. Ela achava que o irmão tornava-a feia. Em seu dizer, cansava sua beleza e tornava a mãe feia também. Talvez feia para ela por sentir de algum modo como se a mãe gastasse sua beleza com o irmão e não sobrasse beleza materna para investir nela. Ela sentia falta do pai que a achava linda e do tempo em que ela tinha uma família feliz, unida e reunida. Desejava voltar a esta época, mas, mais do que isso, queria muito ser o que atendesse ao desejo de sua mãe e lhe despertasse o afeto, como atesta a fala em que revela o quanto gostaria de ser a boneca da mãe.

Ao se referir a este desejo de ser a boneca de sua mãe, o justifica dizendo que assim poderia ser tudo o que a mãe quisesse. Ser sua amiga desde que ela nascesse de tal modo parecendo resgatar para elas um outro começo, onde talvez pudesse ter sido o bebê desejado por sua mãe e maternado por ela de acordo com o seu desejo, quem sabe sem chorar tanto. Afinal, bonecas só choram quando suas “donas-mamães” determinam.

Como contraponto ao desejo de ser a boneca, Jade não desejaria ser a bruxa da Branca de Neve porque é malvada e precisa matar a Branca de Neve para ser feliz. E a Branca de Neve não tem culpa de nada. E segue dizendo que não queria causar nojo nas pessoas, “apenas ser feliz, sem atrapalhar ninguém”. Jade parece dizer que, assim como a Branca de Neve, ela também não tem culpa de não ser o que sua madrasta deseja dela. Em seu caso, não tem culpa de não poder identificar-se com a beleza, com a brancura e com a perfeição materna. Não desejaria ter que matar “Branca de Neve”, o que aqui parece ser ter que matar a idealização materna com a qual não pode identificar-se. Matar a idealização da mãe para que possa enfim “se achar”,

sem a necessidade de ficar temerosa de cair em um lugar muito nojento como as baratas caso não seja a filha linda e sorridente que sua mãe idealizou.

Havia um vazio identificatório em Jade, pois ela não se identificava com Fabiana na cor da pele e também não se identificava com a filha feliz que acreditava esta desejaria ter. Tampouco se identificava com a filha que gostaria de ter sido para sua mãe biológica. Aqui é válido ressaltar o que inúmeras vezes a clínica nos atesta: que as crianças, quando não conseguem corresponder ao desejo dos pais, parecem se sentir como se não fossem boas, como se houvesse algo de errado *com elas*. É o que Jade demonstrava através de diferentes elementos – seus desenhos, suas falas sobre eles, seu brincar e as estórias que narrou – como se sempre, ainda que de diferentes formas, dissesse “não sou boa se não conseguir exalar felicidade”. Ou mais ainda: “não serei amada se não parecer feliz e a culpa é minha se isto acontecer”.

Com o desenrolar das sessões, parece poder se colocar identificatoriamente no lugar de Fabiana e contestar suas idealizações de beleza e de felicidade. Inicialmente, ao escolher a filha que quer no orfanato, por identificação com a mãe escolhe uma com uma cara bem feliz. Mas, posteriormente, como se já pudesse se descolar disso, ao levar seu filhote de poodle à psicóloga, afirma que seu desejo é de que ele seja “realmente” feliz. Segundo ela, não só rindo por fora, na cara, mas por dentro. Indica ainda que, no lugar de mãe, sabe como proporcionar felicidade ao filho: ama-o como ele é e vai “abraçá-lo, sorrir para ele e pronto”.

Assim, Jade demonstra que precisa atacar as idealizações da mãe para que possam emergir as suas. Eis, a meu ver, a beleza da clínica psicanalítica e que podemos resumir na frase de Jade: “agora, eu me acho”. A análise permitiu que “se achasse”. Ela não é branca, mas também não é barata e pode vir a ser mãe a seu modo. Freud ([1931]1990) já ensinava que o projeto de mãe se observa na menina quando esta, ao brincar com suas bonecas, se faz de mãe para elas.

Vemos, então, o percurso de Jade em sua análise. Nas sessões iniciais não conseguia se ver como mãe, ainda reproduzindo suas questões sobre a “rejeição materna”. Ou seja, não se via como mãe por não ter encontrado até então uma mãe para si – nem na mãe biológica, nem em Fabiana – o que ela também parece expressar ao falar da árvore que

desenhou. Sobre a árvore que poderia ser um símbolo de maternidade e de fertilidade, ela afirma que, apesar de exibir flores e frutos, não é frutífera: “é só charme dela”. Jade diz ainda: “esta árvore nasceu sozinha, ninguém sabe como foi. Quando chegaram lá no museu onde ela vive, ela já existia”. Como se nos falasse de uma origem indeterminada, desconhecida. E segue dizendo da “relação” desta árvore com as demais também como se nos revelasse um sentimento de não pertencer, de não se sentir parte ou próxima. Fala de sua solidão quando diz: “tem outras árvores ao redor dela. Ela não está sozinha, mas também não está com as outras. As outras árvores estão perto, mas um pouco longe”.

Na sessão seguinte, conta o sonho em que matou sua mãe. Que mãe Jade estava matando neste sonho? Era o que eu me perguntava. Parecia ser a mãe que idealizou uma filha diferente do que ela poderia ser. Por isso precisava matá-la para poder vir a ser. Através deste sonho novamente parecia dizer que para surgir como filha precisava matar a idealização da mãe.

Inicia revelando a colagem com a mãe ao dizer: “eu estava na rua”, imediatamente após o que se corrige “não, a mamãe estava na rua”. Segue narrando que um homem de preto matou a mãe de sua mãe. Depois afirma que foi ela quem matou a sua mãe, pois o sonho é seu. Logo, deduz que quem está matando as mães é ela. Ou melhor, seus fantasmas ou os fantasmas de sua mãe é que precisam matar as mães. Parece aqui nos falar de uma identificação com este homem que não é um homem qualquer, mas marcado por uma cor: o preto. Neste momento da sessão, ao se identificar com o preto, Jade parece indicar que está transitando em direção a uma posição subjetiva diferente. O sonho em que mata a idealização materna lhe possibilita matar também o ideal com que se identificou por alienação ao desejo da mãe e que lhe era inatingível para deixar comparecer um ideal do eu em que pudesse aceitar sua cor e sua filiação por adoção. Talvez por isso ela o tenha definido como algo “assim... esplêndido”.

Ao perceber a angústia de Jade diante de suas palavras sobre este sonho em que declarou ter matado a mãe e que, por identificação, iniciou com a morte da avó materna, ofereci-lhe as tintas de forma a lhe propiciar um outro meio de expressão diante de sua recusa em falar do que ela chamou de “coisas difíceis de responder”. Jade desenhou, então, o rio Negro e o rio

Solimões “se cruzando” e disse que aprendeu com a mãe que “eles se cruzam, mas não perdem a cor”. Percebo aqui uma tentativa de aproximação com sua mãe, pois sua expressão gráfica não traz mais árvores isoladas entre si, mas rios que, apesar de diferentes, podem estar perto. Não precisa estar misturado ao outro, perder-se de si, ser o que o outro deseja para estar próximo. É possível ser rio e com um outro rio correr na mesma direção. São apenas diferentes, mas podem se cruzar e desembocar no mesmo mar ou na mesma família – quem sabe? Jade parece dizer aqui que, por ser diferente – negra e não branca (como o rio Solimões ou como a Branca de Neve) – não precisa mais temer desembocar em um outro lugar: no esgoto, como as baratas.

Com isso, Jade revela que a escolha dos rios para desenhar também indica, em contrapartida às árvores, o início da saída de algo da ordem do estático para o movimento que o correr das águas representa. É importante lembrar ainda que sua seqüência associativa em toda esta sessão foi marcada pelas questões da cor: logo que chegou, pegou pensativa uma boneca branca e falou do que poderia acontecer se ela fosse a boneca de sua mãe; pegou a maquiagem, modificou a cor do seu rosto e buscou sua imagem no espelho. No entanto, não aprovou o que viu; identificou-se com o homem de preto e, por fim, fez o desenho dos rios Negro e Solimões lado a lado: o negro e o branco.

Ela afirmava desejar não ter o que chamou de “problemas de família”, que o pai não tivesse traído a mãe e destruído a família feliz. Por isso também com ele se ressentia, ainda que de forma menos evidente do que com a mãe. Sobre seu pai, escreveu na escola: “ele é o mais gato do mundo, o Deus do universo”. Sobre sua mãe, escreveu: “ela tem muita sorte em ter um filho”, logo se corrigiu e disse “não, não, não, uma vida feliz”. O que parece ter lhe escapado neste momento é a revelação de que atribuía a felicidade da mãe a este filho e não se incluía como parte disso, além de colocar identificatoriamente na mãe o seu desejo de ter uma família feliz. Este foi o desejo que Jade expressou em diferentes oportunidades, sendo a mais explícita nos três pedidos solicitados ao Gênio da Lâmpada: ter uma família feliz, ter uma família especial e que a sua mãe ficasse feliz com ela.

A mãe, por sua vez, não consegue se dar conta do seu esforço neste sentido e, em sua percepção, Jade é “impermeável” às suas falas e ao seu desejo. Talvez por isso, no desenho em que representa sua família, a mãe

é a última a ser desenhada e a última a ser referida. Além dela própria, os pais e o irmão, inclui também a irmã mais velha, filha de seu pai e que ela parecia ver como a filha do desejo de sua mãe. Além de desenhá-la, conta que fez uma foto dela, o que nos remete à representação de uma imagem capturada.

Sua conversa com os desenhos e com as árvores, para além da regressão a uma etapa anterior de desenvolvimento, evidenciava sua profunda solidão. Jade era uma criança sozinha, com poucas oportunidades de interagir com amigos fora da escola e com pouca atenção dos adultos. Brincava só e, apesar da aparente facilidade em se relacionar, demonstrava dificuldades em construir vínculos mais sólidos. Ao dizer de suas lembranças dos tempos felizes, revelava que não estava feliz no presente, apesar de constantemente tentar afirmar e demonstrar essa felicidade. Diante da dificuldade, escondia-se, lutava por mostrar-se bem. Porém, com um custo emocional alto que a cada dia cobrava o seu preço, impedindo Jade de ser “realmente” feliz. Em sua definição: “rindo por dentro e não só por fora”.

O que parecia se repetir era um padrão de relação mãe e filha. Um padrão adoecido, transmitido de uma geração para a outra, no qual é possível entrever o que em psicanálise entendemos por ‘neurose familiar’, retirando deste termo toda e qualquer conotação pejorativa ou caráter de hereditariedade e compreendendo-o como a permanência de questões edipianas não elaboradas nos pais que se repetem na relação com as gerações subseqüentes. Daí parece advir o ensinamento de Dolto (1980) sobre a clínica com crianças, de que esta nos impõe refletirmos sobre os distúrbios infantis sempre pela análise encadeada das dificuldades que remontam às carências na estruturação edipiana das gerações que a precedem.

No cerne da problemática em torno da transmissão psíquica podemos localizar as origens da formação do ideal do eu pela via da identificação da criança, primeiro com os pais e depois com os demais. Por meio da identificação o objeto é incorporado e passa a fazer parte do eu. Logo, se o vínculo afetivo com os pais é o primeiro laço emocional de um ser humano, podemos dizer que toda criança traz seus pais em si. E seus pais trouxeram seus pais com eles e assim sucessivamente. As correções dos pais, aliadas ao próprio desenvolvimento do senso crítico na criança, traçam os parâmetros idealizados aos quais tentará adequar-se. A criança toma, então,

como modelo seus pais e tenta corresponder ao ideal que imagina estes aprovem para amá-la. O risco no filho adotivo em tentar ser tudo o que os pais lhe impingem pode potencializar-se em virtude do desejo de compensá-los por não ser seu filho biológico.

Em Jade é possível perceber que a filiação por adoção tem um peso em sua alienação no desejo materno. Tudo o que ela parece desejar é ser o que a mãe deseja, como se assim pudesse garantir-se filha de Fabiana. Afirma que não pôde viver com a sua família, precisou “vir ser atriz”. E eu me perguntava: vir ser atriz nesta família, como filha de Fabiana? Diz que queria ser desenhista, mas foi criada para ser modelo ou atriz. Jade, então, é “modelo” quando seu desejo era ser desenhista, quem sabe para poder desenhar a própria história ou o próprio rosto, como o faz para ilustrar a entrevista realizada com o “modelo” que ela representa. Porém, segundo ela “tem mesmo” é que ser modelo e atriz, talvez para poder atuar constantemente o papel de menina feliz que julga realizar o desejo de Fabiana. Volta a afirmar que gostaria de ter uma família, mas parece não saber explicar muito bem isso, pois já tem uma família. Do que podemos depreender toda a dificuldade de Jade em pertencer a esta família na qual precisa constantemente comparecer como modelo para se fazer amada.

Refletindo um pouco mais sobre a representação destas afirmações de Jade, podemos claramente associar o termo modelo à representação do ideal do eu. Ela parece nos dizer que tem que se conformar a uma posição que configura um ideal. Logo, a associação com a atuação como atriz é pertinente na medida em que assumir este lugar de modelo requer que se saiba representar. Por isso Jade diz que foi criada para ser modelo, mas que é “às vezes modelo, às vezes atriz, às vezes modelo-atriz”. Ser modelo é da ordem de não poder transitar em seu próprio desejo, a paralisa em uma imagem e a afasta de sua autonomia desejante. Pois um modelo não deseja nada, somente aguarda o que colocarão sobre ele. Dirige sua atuação para o desejo do outro. Porém, a exposição é sua. Encontra-se só e – por que não dizer? – desamparado. No entanto, apesar de afirmar que está nesta posição de “modelo-atriz”, Jade revela seu desacordo ao concluir a encenação de sua entrevista dizendo que “a beleza de uma pessoa está em seu coração, que é isto o que importa”. Ou seja, parece nos dizer que não é o que está

representando que importa, mas o que está dentro dela, seu coração que pulsa... sua pulsação, a pulsão.

As questões pertinentes à identificação também parecem presentes quando Jade, ao falar de seus desenhos, expõe que sua mãe diz que se um desenho não fica assinado não existe. Não sabe explicar o que a mãe quer dizer com isso, mas desenha toda hora para ela. Talvez como uma tentativa de, por meio da assinatura de seus desenhos, se certificar de que ela existe e pode se reconhecer neste nome e nesta assinatura. Diz ainda que faz isso porque sua mãe ama os seus desenhos. Porém, segue afirmando que: “brincar da mesma coisa muitas vezes é legal, mas às vezes enjoa”, sinalizando aqui já algum cansaço com este modo de atuação repetitivo que se estabeleceu entre ela e a mãe.

Na sessão seguinte traz a estória do pato feio, o qual para ser reconhecido pela mãe precisa virar outra coisa, deixar de ser pato para ser cisne. Acontece que o pato feio era realmente um cisne. Na verdade, a confusão é inversa: ele sempre foi um cisne, porém colocado por acaso numa família de patos sofria por não se adequar. Afinal, na lógica de Jade: “a gente só é bonito quando a mãe da gente acha, porque é ela quem sabe como o filho dela deve ser”. Logo, parece nos dizer que não adianta ser cisne para uma mãe que acha bonito o pato. Jade tinha como ideal a mãe, que se colocava de forma crítica à menina e apresentava dificuldades em expressar com palavras o seu amor por ela, o que lhe aplacaria consideravelmente a angústia e o desamparo.

Assim, entendemos a importância do outro para os investimentos e parâmetros do eu. A interessante trama que sustenta o narcisismo e que depende do precário equilíbrio entre o que o eu investe em si e do que disponibiliza para investir na realidade. Uma vez que, segundo Freud ([1914]1990), a auto-estima depende dos resquícios dos investimentos dos pais no bebê, de ser correspondido em seu amor objeto e de ter sucesso nas atividades a que se propôs realizar no mundo. Percebe-se, então, que o investimento no eu, em última instância, depende também do investimento no meio e do retorno do outro. Por isso Freud ([1914]1990) pondera que é necessário o equilíbrio, no sentido de que é preciso amar para não adoecer, cuidando para não adoecer de tanto amar.

Com Freud ([1923]1990) também aprendemos que o ego é corporal e que a construção da subjetividade passa pelo corpo, pelo olhar do outro (primeiramente a mãe) sobre este corpo. Assim, podemos depreender que a identificação pela via corporal tem um peso. Como o corpo é olhado pelos pais e pelos outros repercute na imagem que a criança tem de si. No caso de Jade, no mesmo sonho em que declara sentir-se diferente das meninas de sua escola (segundo ela, “mais escura, mais gorda e mais cacheada do que as outras”), afirma que a escola parece a sua casa e que também nesta se sente diferente. Neste ponto do sonho a escola se mistura à casa. Ela procura a mãe para defendê-la, procura o olhar que lhe garantiria que para ela Jade não era diferente. Mas Jade não a encontra, metaforicamente indicando que não encontra na mãe o reconhecimento que lhe permitiria identificar-se com ela, sentir-se aceita – “bonita como é”.

É válido ressaltar aqui que toda relação mãe e filha sempre será delicada, uma vez que a menina oscila entre o desejo de se parecer e a necessidade de diferenciar-se de sua mãe. Segundo Zalcberg (2003) o discurso social baseado na diferença anatômica dos sexos atribui à mulher uma primeira identidade sexual na exclamação pronunciada quando do nascimento: “é menina!”. Mas, afinal, o que é ser menina? O que é ser uma mulher? É o que esta filha indagará à sua mãe. Para a autora, à saída do Édipo o menino recebe do pai, pela identificação fálica, um reassuramento do seu corpo masculino, enquanto a menina, após ter trocado seu objeto original – a mãe – pelo pai, precisa voltar-se novamente para a mãe em busca de uma identificação com o feminino a partir do seu corpo. No entanto, a mãe só poderá conceder esse reconhecimento do corpo à filha, acolhê-lo e ajudá-la a construir uma identificação feminina, se ela própria houver se reconciliado com seu corpo e construído uma identificação com o feminino para si. Do que podemos depreender que uma filha sempre confrontará sua mãe com a sua condição feminina. E, mais ainda, a remeterá necessariamente à própria mãe, reavivando questões aparentemente superadas ou, talvez, apenas adormecidas.

A relação com uma filha acentua na mãe questões sobre a falta e a castração, às quais ela pode tentar responder utilizando-se de uma lógica fálica – através do “ter” coisas com as quais tenta negar a falta – caso a tenha

adotado como solução para si mesma. E assim, como ensina Zalcberg (2003, p. 181): “não abrir espaço para uma identificação no campo do mais-além do falo, no qual reside tudo o que é específico do feminino”. É o que parece ter ocorrido com Fabiana e Jade e que esta revela em sua fala: “Mamãe compra muita coisa para mim. Ela cansa de comprar coisas para mim”.

A passagem pelo Édipo demarca uma gama de afetos intensos e ambivalentes da menina em relação à sua mãe. A identificação, aqui, assume o desejo de ser como a mãe ou o de ser o que a mãe deseja dela. Porém, sendo *como* ela, deseja *ser* ela e tomar o seu lugar. O amor se soma à hostilidade e ao ódio.

Para Dolto (1988), a ambivalência surgida ao final da fase oral se consolida no período anal e acompanha a criança no Édipo. Em Jade podemos perceber com clareza esta ambivalência de que nos fala Dolto (1988). Ela oscila entre o desejo de ser tudo o que a mãe deseja e, assim, ser amada por ela e o desejo de que a mãe desapareça. Como ensina Dolto (1988) sobre o Édipo feminino, não lhe faltam os fantasmas nos quais “mata” a mãe. Como no sonho já citado, em que um fantasma mata a avó materna e ela conclui dizendo que foi ela quem matou a sua mãe, uma vez que o sonho foi ela quem sonhou. E arremata dizendo que “foi assim... esplêndido” este sonho.

Sua rivalidade edipiana com a mãe comparece em falas como “o pai é o mais gato do mundo, o Deus do universo”, enquanto a mãe... bem... a mãe já tem o filho dela. Ou em sua fala de que “às vezes se sente muito triste com sua mãe e tem vontade de ir embora com o pai”. Diz, ainda, que o pai fala toda hora que ela é a filhinha querida dele e atribui isso à sua condição de caçula. Logo, parece-nos que Jade também, por entender que o que a faz a mais querida de seu pai é ser a “criancinha da casa”, permanece se mostrando mais infantil do que seus onze anos. Vejamos, então, o caminho que Jade trilhou até a culminância de seu complexo de Édipo.

A fase oral é a fase de receber, colocar para dentro de si o alimento, o afeto, os objetos... o mundo. A fase seguinte, denominada por Freud (1905) de anal, é a de produzir algo com tudo isso que foi ingerido. Devolver ao “mundo” uma produção como um presente a ser valorizado e reconhecido por ele. Ocorre que, neste período, o mundo da criança é a mãe. É para ela que a

criança produz e é dela que espera o reconhecimento que irá alicerçar sua auto-estima.

Parece que Jade, na busca por este reconhecimento materno, entrou, digamos assim, numa “super produção”. Cambou para o terreno do excesso. Desenhos e mais desenhos que receberam da mãe a ambivalência no lugar de uma “fala justa” sobre sua necessidade de tamanha produtividade. A mãe, em alguns momentos, lhe dizia “amo seus desenhos” e em outros “pare de desenhar, já não tem lugar para tantos desenhos, não tenho onde pôr tudo isso”. E a mãe traz em sua fala para a analista seu sentimento de que Jade é excessiva: fala demais, come demais, desenha demais: “só pára quando dorme”. Enfim, incomoda-lhe com uma demanda que ela define como “sem fim”, um excesso que a torna inconveniente para Fabiana.

Com este percurso, Jade chegou à fase fálica e adentrou no Édipo. Neste ponto, percebe que a mãe todo-poderosa e implacavelmente crítica também tem falta, é castrada. No seu caso, a descoberta da castração materna é detonada como uma bomba por comparecer associada à traição paterna.

A falta materna, que remete ao desejo da mãe pelo pai, na medida em que este se afasta em direção a outros objetos é vivida por Fabiana como fraqueza. Parece haver na mãe uma colagem entre esses dois termos: falta-fraqueza. Por conseguinte, vemos ainda o deslizar inconsciente de afeto para fragilidade. Passando ao ato, vem o movimento materno defensivo que destrói os vínculos com o espaço afetivo até então constituído numa tentativa de negar a fragilidade. Tudo é deixado para trás: a casa no interior, a escola, o ritmo de vida, os amigos, a presença materna e paterna. E Jade, para reter o que amava, congela-se no tempo dos seus seis anos. O tempo em que foi feliz antes de haver perdido sua casa, seu referencial de família, a companhia da mãe, que passou a viajar a trabalho, e do pai, que passou a ver pouco.

Assim é que Jade, por identificação com a mãe, também teme amar as pessoas e perdê-las. Então, ao mesmo tempo em que a mãe a define como um funil afetivo, paradoxalmente Jade se protege de se entregar a uma relação na qual passará a depender do afeto do outro e, no caso de perdê-lo, reviverá a dor de seu desamparo. O medo da perda de quem se ama e do desamparo é explicitado por ela no pedido que faz a cada sessão de levar algo do

consultório para trazer na sessão seguinte e, assim, garantir que haverá um novo encontro.

A mãe, por sua vez, para se proteger da fragilidade e do desamparo que se anunciavam, mergulhou no trabalho e colocou as coisas materiais que podia dar às crianças no lugar das palavras com as quais não podia lidar no momento. E Jade, então, apegou-se ao ter como forma de se constituir. Neste contexto, até o excesso de produção denuncia sua permanência fortemente arraigada à oralidade, período no qual o ter se confunde com o ser. O bebê é aquilo que lhe dão, aquilo que recebe da mãe. Jade, por não se reconhecer com clareza como alguém que já é, permanece demandando o ter. A mãe lhe dá, dá e dá, mas nunca é suficiente. Ou, como diz Jade: “A mãe cansa de lhe comprar as coisas”, para logo depois corrigir que a mãe não diz que cansa e explicar que “cansa é modo de dizer”. Ah, o inconsciente...

É um movimento de repetição neurótica no qual a mãe lhe dá até o limite da exaustão, quando então nega e aí anula tudo o que deu porque passa a ser como se não houvesse dado nada. É literalmente um movimento do tudo ou nada, neurótico porque o tudo nunca vai existir, a completude é sempre fugaz e efêmera. Se não há o tudo, as duas patinam em torno do nada com falas nas quais não podem reconhecer o que têm, o que leva Jade, por sua vez, a não conseguir se reconhecer como filha e se identificar com a figura de uma mãe branca como a neve. Enquanto ela é negra, algo que vê de modo depreciativo.

Na linguagem, mãe e filha localizam suas dificuldades. Fabiana, ao se dar conta de que não sabe colocar em palavras o que deseja dizer à filha, e Jade, quando diz que veio até a análise porque não entende muito bem o que sua mãe diz. Talvez porque o que a “mamãe” diz seja confuso, dúbio, ambivalente, como na fala com que entra pela primeira vez no consultório: “mamãe adora meus desenhos, mamãe diz: Jade pára de desenhar, não tem mais lugar pra guardar”. Aquilo que Jade não consegue entender a paralisa e ela não sabe se deve desenhar mais porque a mãe adora ou parar porque não tem mais onde colocar.

Ela reconhece a falta na mãe e em si e, enquanto não “adivinha” o que a mãe deseja, engaja-se no que Dolto (1988) definiu como um período exibicionista, que tem por finalidade a negação da falta. Coerente com a reação

feminina diante da castração, tenta compensar a ausência do falo desenvolvendo o conhecimento que pode obter na cultura, o conhecimento das pessoas crescidas. Tenta não só dominá-lo como também mostrar que o possui. Assim, Jade fala bem, de forma articulada, canta no coral e destaca-se, de um modo geral, nas representações escolares.

A questão alimentar, diretamente relacionada à oralidade, parece se constituir como uma forma de Jade ter um papel ativo em uma situação dolorosa vivida de forma passiva. Mais ou menos como se pudesse inverter a posição em que se encontrava quando da vivência do que lhe foi doloroso ou traumático. Parece que em sua amamentação recebeu menos do que precisava ou desejava e teve que suportar passivamente. Agora, então, impinge à mãe, na posição ativa, a frustração de não comer o que, como ou quanto ela deseja. Como se dissesse: “Você não me alimentou como eu queria. Então, agora também não me alimento como você quer”.

É válido lembrar que a amamentação não se refere somente à ingestão do leite, pois, como nos ensinou Freud ([1895]1990), o vínculo está para muito além deste. Está na invasão de afetos e palavras com que a mãe “alimenta” o bebê. Assim, as escolhas alimentares de Jade, as quais sua mãe afirmava fazerem parte de seu arsenal para exigir atenção, pareciam ser sim um modo de expressar sua agressividade inconsciente reprimida, a forma que ela encontrou de demonstrar que não se identificava com a mãe.

Sobre a sua alimentação, Jade traz duas falas em que é possível entrever uma mudança de posição. Na primeira vez em que se refere ao que come, aborda o incômodo de sua mãe dizendo: “eu só como miojo com ovo e a mamãe diz que eu só como coisa ruim”. Porém, em um outro momento posterior de seu atendimento, já pôde afirmar: “sempre como miojo com algo nutritivo no prato de borboleta”. Assim, percebemos que Jade se desloca da posição de quem só come coisa ruim para a de alguém que come coisas nutritivas. A seqüência associativa deste momento em que se reconhece como alguém bem alimentada é a lembrança de seus “tempos felizes”. E fala de uma noite em que sua mãe fez a comida para ela, fez o seu miojo (que talvez Jade permaneça comendo por ter para ela esta associação com seus dias felizes, dias nos quais era cuidada e alimentada pela mãe). É interessante notar ainda que ela segue afirmando que as estrelas podem virar planetas, referindo-se

claramente a algo que pode se transformar em outra coisa, tornar-se, inclusive, maior e diferenciado dos demais elementos do universo ao seu redor.

Segundo Dolto (1988) os conflitos femininos com a mãe costumam ser bem menos agressivos do que os que costumam comparecer no Édipo do menino em relação à rivalidade com o pai. A menina, ainda que supervalorize o pai, como nos mostra Jade, também é capaz de manter-se amorosa com a mãe enquanto “aguarda” o encontro com aquele que será o substituto da figura paterna de “mais gato do mundo; Deus do universo”. Célio parece comportar-se de forma amorosa, terna e casta em relação a ela. Pode valorizá-la sem confundi-la ou dar-lhe esperança de vir a ocupar o lugar materno algum dia, remetendo-a à identificação com o feminino para conquistar um dia alguém para si que não seja ele próprio. Jade, com isso, volta-se para fora da relação triangular com os pais. Lê, escreve, desenha, canta, é extremamente simpática e sociável. Parece começar a ingressar no período de latência. Porém, mantém-se como resquício edipiano o desejo de ser mãe, que leva Jade a maternar sucessivamente diferentes bonecos e bonecas.

Desde a primeira sessão escolhe mães para os filhos e filhos para as mães, sendo que ainda aí a mãe era uma boneca que ela manipulava, mas não era ela diretamente. Neste período, os filhos “precisavam” se parecer com as mães. Aos poucos, ela própria é a mãe de bonecos que leva para sua casa e traz na sessão seguinte. Já neste momento pode escolher um boneco que não se “parece” com ninguém e justamente o escolhe por considerar que nenhuma outra pessoa irá querê-lo por ser “feio”, fazendo uma referência claramente identificatória ao sentimento de inadequação que a acompanha em sua relação com a mãe e que ela localiza em suas características genéticas. Por fim, para o tempo mais longo de distância do consultório, o de suas férias, escolhe para maternar a boneca negra – que ela nomeia e que tem a sua cor – podendo identificar-se com esta de uma forma menos sofrida. Escolhe porque se parece, mas de um modo diferente da primeira sessão, quando o “ter que se parecer” era condição de filiação. Agora já não é mais para sua mãe que ela escolhe o bebê, mas para si. É o seu bebê, aquele que é como ela e que ela agora já pode aceitar.

Aqui a análise de Jade começa a se encaminhar para um final, pois, de acordo com os ensinamentos de Dolto (1990), a análise da criança chega

ao final quando esta já superou sua problemática edipiana, o que pode ser percebido quando ela não atua mais em função de agradar ou contrariar a mãe. O que faz é para si mesma, os pais já “estão” nela. Foi possível vislumbrar Jade aos poucos mostrando que, independente do modo como sua mãe a maternava, já sabia o que queria fazer para viver melhor e ser mais feliz. Simbolicamente, constrói a possibilidade de um vínculo com a boneca Ana e através dele a analista representa com ela o ritual de entrega em uma filiação por adoção. É o momento no qual Jade afirma: “agora me acho”. Como se dissesse “me encontro em mim e não mais no desejo do outro”. Parece ter se achado pela via da transferência: a Ana no colo, a mãe dentro de si e o lugar que ela destinou à sua analista. A mãe agora pode estar em si porque Jade conseguiu dizer de seu desejo à analista e projetar-se para o futuro, portar esta boneca e autorizar-se a materná-la.

A transferência em Jade foi intensa e determinante para que pudéssemos chegar ao seu desamparo e ao seu medo de perder a mãe adotiva, como já havia perdido a mãe biológica e a bisavó. De onde parecia advir todo o seu desejo em ser aceita, reconhecida e amada pela mãe, mesclado com uma atitude defensiva e, por vezes, agressiva em relação a ela.

Por amor, vê-se ainda uma transferência de poder, a crença de que a analista sabe, sabe dela, sabe como amá-la, sabe o que fazer para curá-la. Em Jade isso comparece textualmente na sessão em que leva um filhote poodle para eu tratar e diz que eu sei o que fazer porque estudei para isso e tenho amor pelas pessoas como elas são. Remetida ao seu próprio saber de si, ela o assume e me “libera” deste posto. Jade se coloca na posição materna e, apesar da diferença com o poodle, já sabe o que fazer.

Jade expressa ainda o seu medo de que a analista morra. E, quando busco realizar uma associação entre este temor e sua relação com Fabiana, ela responde: “tem uma tia na escola que batalha para entender a gente e outra que entende”. Nesta fala, Jade parece expressar seu amor transferencial, colocando a analista no lugar daquela que a entende sem se esforçar para isso, enquanto a mãe parece ser a que “batalha” para entender, pois, na seqüência de seu discurso, reafirma à analista: “é você que eu não quero que morra”. Assim, ela demonstra que através da transferência pôde atualizar vínculos arcaicos referentes à sua filiação.

A plasticidade das identificações na transferência permitiu que Jade depositasse em sua analista diferentes facetas de sua relação com o lugar materno: a mãe biológica, a mãe adotiva, a avó materna e a bisavó. Ela parecia intuir que sua mãe repetia com ela algo não elaborado de sua relação com sua própria mãe, o que podemos vislumbrar em seu relato do sonho de morte materna. No sonho, primeiro é sua avó materna quem morre, e depois, em um ato falho, refere-se à morte de sua mãe. Também quando fala que sua bisavó sofreu muito por ter visto toda sua família morrer inicia pela filha (novamente sua avó materna) e se corrige.

A mãe revelou que também ela recebeu de sua mãe um excesso de críticas. Parece-nos, pois, ter constituído o seu sintoma em torno delas. Em psicanálise, entendemos que o sintoma é uma defesa à castração, uma defesa inadequada e dolorosa, mas, ainda assim, protetora de uma dor ainda maior. Fabiana cristalizou em suas relações um nível de exigência de perfeição muito alto para si e para os outros: inatingível e, por isso mesmo, frustrante. Buscando ainda responder às críticas de sua mãe, não percebeu o quanto Jade lutava para descobrir o que ela desejava de uma filha e tentava corresponder ao seu desejo. Aqui, o que já seria doloroso em qualquer filiação soma-se ainda à especificidade da adoção, que pode aumentar ainda mais a insegurança da criança quanto a ser o que os pais desejam dela e, com isso, sua alienação neste desejo.

Neste contexto, as referências à morte de sua avó materna parecem comparecer como a expressão de um traço identificatório com os desejos infantis de sua mãe. A mãe narrou que sentia ódio de sua mãe, pois esta só se dirigia à ela com críticas e que ela se sentia bem mesmo é com a avó, que a aceitava. É interessante que a mãe fala de seu ódio à figura materna questionando se Jade a odeia, pois ela se comporta com a filha como a mãe se comportava com ela e este modo de atuação lhe despertava o ódio. Logo, por identificação, questiona se Jade a odeia como ela odiava sua mãe.

Jade identifica-se com o movimento materno ao tomar para si como referência afetiva amorosa àquela que também foi referência para sua mãe: sua bisavó. Ao mesmo tempo, mistura-se ao rancor da mãe em relação à sua mãe e, como esta, também nutre em relação à própria mãe, intensos e ambivalentes sentimentos de amor e ódio. Neste contexto, a transferência

permite a Jade atualizar estes afetos na relação com a analista. Na trilha de suas associações, percorremos o caminho inverso que a levou à atribuição desses lugares à analista.

A transferência inicialmente amena de Jade (que chega alegre e elogiando tudo) se torna hostil quando a abordo sobre o que lhe causa dor e confusão. Ela então se recusa a responder às perguntas “difíceis” de sua analista, perguntas que, como ela define, não têm uma resposta exata, simples como uma “raiz quadrada”; perguntas às quais ela parece querer muito responder de forma certa. Como não sabe exatamente qual seria esta resposta, nega-se a falar. Então, reclama da demora da analista em atendê-la, em lhe receber. E quando, diante do que localiza na relação com a analista, é remetida às suas relações fora da análise, fecha-se novamente.

Além disso, o amor transferencial de Jade, fundamental para dar-lhe suporte diante do trabalho doloroso de elaboração que tinha pela frente, constitui-se em resistência quando Jade interessa-se por minha vida pessoal e minha família. Ao invés de falar de si, quer saber a meu respeito. Mais ainda, deseja viver comigo em ato aquilo que precisamos sempre remeter à palavra e aos personagens de sua vida fora da análise.

Diante da intensidade do amor de transferência de Jade e da reverberação que este encontrou em mim, foi preciso redobrar os cuidados com a contratransferência, definida por Freud ([1915]1990) como aquilo que surge no analista em resposta à influência do paciente sobre seus conteúdos inconscientes. É por identificar a contratransferência que o analista pode manter a neutralidade e não ceder a uma intimidade ou familiaridade com o paciente, a qual sem dúvida o faria perder o foco da análise. E Freud ([1914a]1990) afirma só existir um caminho para o analista lidar com a contratransferência: sua análise pessoal. Assim, a percepção da contratransferência foi fundamental para manter a análise de Jade em seu curso e se fez mais forte e notória por mim na sessão na qual Jade me pede para prometer que não morreria. Neste momento, levei à minha análise esta promessa que fiz e que não estava somente em meu poder cumpri-la. Como pude garantir à Jade que não morreria? Era o que eu, angustiada, me perguntava.

Jade foi acolhida e seu amor foi recebido, mas também foi constantemente direcionada à sua realidade, como nos ensina Freud ([1917d]1990) quanto ao manejo da transferência. Percebemos, então, que a cura pela fala é também a cura pelo amor, conforme nos lembra Fédida (1988) ao propor que admitamos o amor na análise, o tomemos no interior do tratamento e instauremos o afeto na linguagem. O autor propõe permitirmos que o afeto circule e com ele circule o sentido.

Aqui, como aprendemos com o mesmo Fédida (1991), é preciso que encontremos em nós a metáfora para o que o paciente nos diz do que ele próprio não sabe que é seu. Neste sentido, a ressonância em mim do discurso de Jade foi também intensa e me permitiu enunciar dizeres que fluíam pura e simplesmente a partir da escuta de sua fala. O dizer brotava sem que fosse preciso pensar para enunciá-lo, pois era das palavras de Jade que ele emergia.

Os acordes da canção de Jade revelaram achados. Mas o sentido permanece sempre em aberto para novas possibilidades de leitura. Vimos em Freud ([1900]1990) que os conteúdos do inconsciente podem ser infinitamente interpretados, pois nenhuma interpretação é capaz de esgotar a multiplicidade de significados que as imagens da cena psíquica têm o potencial de revelar. Jade deu voz às suas imagens e, assim, compusemos aqui esta letra para a melodia de seu discurso. Porém, sem a pretensão de esgotá-lo, passemos agora às últimas notas desta canção.

CONCLUSÃO

É tempo de concluir, de encetarmos as últimas notas desta “canção-amiga” através da qual aprendemos algo de recôndito sobre Jade, sobre nós e sobre aqueles que nos sucederão, como não poderia deixar de ser em um trabalho sobre identificação e filiação. Retomemos, pois, o caminho percorrido na escrita desta partitura.

Iniciamos nosso percurso apresentando as inquietações da clínica que deram origem a este estudo. A escuta que foi, no entrelaçar de histórias, vendo emergir uma questão: como se estabelece a identificação da criança com seus pais na filiação por adoção? Partindo dela, então, fomos beber na fonte freudiana, buscando compreender a identificação e a filiação. Assim, chegamos a Narciso e Édipo enquanto importantes mitos que a psicanálise de Freud toma como fundadores do eu. E, em função do que estes vêm nos dizer – de que o eu se constrói através do vínculo afetivo com o outro (a mãe e o pai) –, adentramos também nas relações entre alteridade, cultura e identificação.

A análise destas relações nos levou à constatação de que, se por um lado a cultura põe limites à pulsão, castrando o ser humano, por outro o salva de si mesmo e o impele à vida. De onde depreendemos que é o olhar faltoso de Édipo, e não o pleno de Narciso, que lhe impõe o movimento. Porém, a mesma falta que impulsiona, também angustia. O homem, tal qual Freud nos apresentou, é, portanto, condenado a carregar consigo a angústia da incompletude e do desconhecimento de si. Deste modo, chegamos à clínica psicanalítica.

Iniciamos nossa fala sobre a clínica abordando literalmente o coração da mesma: a transferência. Dizemos coração com um duplo sentido: por ser vital à análise e por seu conteúdo amoroso, o qual permite ao analisando reviver em ato com o analista o padrão afetivo de relacionamentos inscrito em seu inconsciente. E, ao fazê-lo, poder escutar a repetição como um novo pedido de sua pulsão em ser reconhecida.

Após apresentarmos a clínica através da transferência, tendo sempre como fio condutor o conceito de identificação, passamos, pois, a trazer esta mesma clínica no que se refere à análise de crianças. E, por fim, delimitando ainda mais o foco de nosso percurso, chegamos à filiação por

adoção na clínica psicanalítica. Isto posto, pudemos, então, trazer a história de Jade através dos fragmentos de suas sessões e analisar suas questões identificatórias com Fabiana, sua mãe adotiva, à luz dos aportes teóricos anteriormente trabalhados. Portanto, estes foram os acordes da canção aqui entoada.

A metáfora com a música e a percepção do inconsciente escutado como canção nos acompanhou desde a escolha dos autores de referência com os quais trabalhamos. Para Fédida (1991), o paradigma musical sustenta a ação do analista junto à fala do analisando no sentido de acolher suas imagens sensíveis e delas recolher todas as tonalidades. Já Mezan (2002) nos ensina que a melodia do discurso por vezes produz uma nota dissonante, a qual arranha o ouvido e impõe um trabalho analítico por revelar sempre mais do que o analisando pretendia dizer.

Em Jade vimos que seu discurso de “menina-modelo-feliz” trazia arraigada a crença de que somente desta forma ela poderia obter o reconhecimento de sua filiação por Fabiana. Porém, seus desenhos, suas expressões no brincar e sobretudo seus sonhos revelavam as dissonâncias entre a idéia e o afeto. O caso clínico de Jade nos trouxe o essencial a toda filiação: aquilo que se transmite de uma geração a outra. E aqui vemos duas facetas distintas: a herança psíquica e a herança genética.

Quanto à herança psíquica, entendemos com Freud ([1933]1990) que os conteúdos psíquicos são transmitidos de uma geração para outra através da identificação. O encadeamento entre as gerações familiares dá-se pela via da identificação, sendo a constituição do superego o exemplo freudiano de identificação bem sucedida com a instância parental. Assim, Freud ([1933]1990) parece nos dizer que na base da construção psíquica de cada criança reside a identificação com as imagens parentais. Estas, por sua vez, também são os frutos das identificações dos pais com seus próprios pais e destes com seus pais. Parece-nos, então, que o superego da criança encerra conteúdos e julgamentos de valores que vieram se transmitindo de geração em geração.

Já no texto sobre o narcisismo, Freud ([1914]1990) afirmava que o amor dos pais pelos filhos, comovedor por sua intensidade, tem justamente nesta a revelação do amor do eu por si próprio. Pois os filhos são amados de

forma tão veemente e idealizada por representarem para os pais a possibilidade de poderem viver, através deles, aquilo que a realidade lhes impingiu a abandonar. Assim, ao desejar para os filhos um ideal com o qual estes poderão identificar-se, os pais estão transmitindo a eles os seus próprios sonhos.

Para além de sua chegada ao mundo, o nascimento da criança inicia com o investimento narcísico que seus pais fazem nele, o qual, por sua vez, depende do Édipo dos pais. O outro, a quem o bebê incorpora por identificação, é aquele que o retira do desamparo. O outro que cuida dele porque deseja materná-lo. O bebê é para os pais um meio de resgatar seu próprio narcisismo. É uma nova vida que começa e, portanto, terá a oportunidade de realizar por eles seus desejos. Segundo Dolto (1985), os pais que investem este olhar narcísico no bebê são os pais internos, o pai e a mãe que vive na fantasia de cada um que vê no bebê uma nova oportunidade diante da vida e, por isso, o adota, tendo gerado, gestado e parido este filho ou não.

Por isso Dolto (1980) nos ensina que aquilo que não foi elaborado no Édipo dos pais permanece se repetindo e causando sofrimento de uma geração para outra. A história de Fabiana com sua mãe e avó foi transmitida para Jade, a qual, por identificação, a repete com a própria Fabiana e sua bisavó. Reproduz o modelo de uma neurose familiar como algo que repercute nela, mas que lhe é anterior. Até que uma análise intervém, quebrando o ciclo e abrindo a possibilidade de um circuito menos neurótico de satisfação para a libido. Este aspecto, porém, não se apresentou como uma particularidade por se tratar de uma filiação por adoção.

Ao nos referirmos ao narcisismo e ao complexo de Édipo como elementos fundamentais à construção do humano na perspectiva freudiana já estamos reconhecendo a questão da herança psíquica como central à própria psicanálise e articulada ao conceito de identificação como o que alinhava o psiquismo de pais e filhos seja qual for o seu modo de filiação. Silva (2003) nos apresenta a idéia de que algumas identificações são mórbidas e adoecem o outro por carregarem elementos não elaborados por mais de uma geração. Logo, entendemos que há uma herança psíquica transmitida de uma geração a outra e que é reveladora do sofrimento na escuta clínica. E inúmeras vezes aquilo que a pessoa não consegue entender sobre si e que sustenta um padrão

de repetição neurótico em sua vida encontra sua chave nas gerações que o precedem, como nos trouxe a clínica com Jade.

Assim, parece que os conteúdos recalçados dos pais podem aparecer como o enigma lançado pelo sintoma de seu filho. Como se a angústia da qual a criança é portadora (ou, talvez devesse dizer, porta-voz), não lhe pertencesse, fosse estrangeira, estranha, intrusiva, ao mesmo tempo em que lhe é literalmente familiar. Familiar duplamente: por ser sua, fazer parte de si; e também porque não é só sua, mas de sua família, transmitida a ela por identificação. Em outras palavras, os fantasmas parentais produzem efeitos no inconsciente da criança. O ser humano não pode ser desvendado isoladamente. Um gesto do filho, um trejeito ou expressão facial e o ambiente é preenchido com outra presença – a de seus pais ou avós, revelando a existência de algo na identificação que parece estar fronteiro entre o biológico e o psíquico, pois, neste sentido, é possível perceber em um filho alguma coisa que não é genética, mas que coloca no corpo uma semelhança.

Quanto ao que se refere à herança genética propriamente dita, Jade nos trouxe o sofrimento de não carregar em seu corpo as “cores” de sua mãe adotiva, com todas as dificuldades em poder se reconhecer nesta filiação na qual parecia sentir-se como sendo de “espécie” ou “raça” diferente. E aqui compreendemos que a herança genética demarca uma distinção. Não no sentido de um juízo de valor, mas de uma constatação: a de que o peso do biológico em uma filiação é inegável. É uma diferença posta, existe. A placenta, o corpo materno e a transmissão psíquica na gestação não podem ser ignorados. Ainda que desta nada se saiba conscientemente, simplesmente se sabe. Como também pudemos entrever em Jade, há uma história que é dela (a de sua filiação por Fabiana) e uma outra história que também é dela (a de sua origem genética).

No entanto, a relação de Fabiana com Jade é a relação mãe e filha. Também é, sempre é. Por isso dizemos que toda filiação é uma adoção, pois os filhos, sejam biológicos ou adotivos, nunca vão dar conta de preencher tudo. Logo, estes precisam ser constantemente reinvestidos, a cada dia ser de novo adotados. O que podemos perceber é que na filiação biológica parece haver algo que aplaca um pouco a angústia de pais e filhos, uma garantia: o corpo, o sangue. A qual, porém, também não basta.

Desde o Projeto de 1895, o paradigma freudiano para pensar o desejo é a experiência de satisfação pautada na alimentação, mesclando, deste modo, o somático e o psíquico já no anúncio do surgimento da pulsão como apoiada em uma experiência corporal. O bebê humano, ensina Freud ([1895]1990), não sobrevive sozinho, sem o outro – a “mamãe”. Encontra-se no mais profundo e doloroso estado de desamparo. Esse outro invade o bebê com os elementos de sua própria sexualidade. Seu cuidar não é mecânico, operacional. É repleto de investimento amoroso. A mãe, neste ponto, se mistura ao bebê e só se constitui como outro para este quando se ausenta e lhe falta, tornando-se seu objeto e levando-o a descobrir, na vivência do amor, o ódio e a dor de desejar o que lhe é externo.

Assim, o mesmo cuidado que retira o bebê do desamparo instaura também o desejo. Sob o signo do amor e do ódio surge o outro não mais como prolongamento do eu, mas como objeto. A alteridade que demarca a existência do eu. Forma-se aí um laço de parentesco para além de toda a biologia em que o outro é aquilo que permite ao eu reconhecer-se, determinando que uma criança nunca seja somente filha do corpo, mas ainda da libido que nela foi investida, do olhar, da linguagem e do afeto.

Portanto, fica claro para nós que não há um caminho único sobre o qual refletir. Não podemos propor dualismos estáticos e antagônicos quando os textos freudianos nos falam de circulação e complementariedade, Eros e Tanatos, construção e desconstrução. Todo texto psicanalítico terá sempre mais a dizer. Será inacabado por reconhecermos que a palavra não encerra o conteúdo, apenas o abre, o liberta para que se faça sentido, se façam canções.

O inconsciente não funciona pela lógica da razão que a linguagem do cotidiano tenta lhe impor. É fragmentário. Apresenta-se por idas e vindas, exigindo de quem o escuta poder reconhecer o movimento e a pausa nas nuances dos sons de sua canção. Nesta melodia do discurso, o inconsciente se desvela na nota que se repete, na palavra que falha ou, ainda, lá no sonho, onde a canção não precisa ser aquela que todos cantam. A análise de Jade nos apresenta dois sonhos, nos quais justamente algo saía do tom de seu discurso pronto, de sua atuação como “modelo-atriz” com uma cara bem feliz. Neles, Jade nos apresentava sua angústia e seu desamparo. Também sua

agressividade e seu medo. Apresentava-nos, enfim, aquilo que a canção aprendida para ser repetida não lhe permitia revelar.

Como nos ensina Fédida (1991), o sonho torna presente o passado, não sendo, portanto, o horizonte de nenhum hoje. Nele, a linguagem se dirige para suas próprias imagens e deixa que elas se fragmentem. É como se, ao dormir, despertássemos para nossas imagens antigas e esquecidas, as quais podem por fim ressoar na canção entoada pelas palavras que as nomeiam. Uma canção estrangeira que nos visita em nossos sonhos. Dela nada sabemos porque a linguagem do cotidiano impõe completude, lógica, racionalizações, levando-nos a nos perder de nós mesmos e somente podermos nos reencontrar lá onde a linguagem é cortada, incompleta e faltosa. A linguagem do inconsciente é a linguagem do sonho. Por isso não se trata de falar, narrar ou contar, mas da linguagem que coloca em som suas imagens, provocando um retorno ou ressonância em quem escuta.

Também aprendemos com Jade que a inquietante estranheza, que parece por vezes emergir nas relações de filiação quaisquer que sejam elas, na filiação por adoção apresenta um componente a mais. Nesta, o “romance familiar” – descrito por Freud ([1909]1990) como a fantasia das crianças de ter pais diferentes dos seus – comparece como um dado de realidade, pois para elas é fato que há mais sobre sua origem. Neste contexto, a duplicidade do casal parental deixa de ser sonho ou fantasia. A criança adotiva é chamada a viver em ato toda a angústia dessa possibilidade de ter em algum lugar outros pais.

Em Jade vimos tal angústia na ânsia em atender ao desejo materno. Mas qual desejo materno? Parecia ser a questão que ela lançava à análise. Em sua sabedoria, Jade dispara que é a mãe quem sabe como o filho dela deve ser para que ela possa amá-lo. E logo, então, se pergunta como ela deveria ser para ser amada por sua mãe (qual mãe?). Trata-se, portanto, da dubiedade por vezes implícita em sua indagação. Jade traz em seu corpo as cores de sua ascendência biológica e inquire: como se identificar sem “se parecer”? Como se identificar pertencendo a uma “origem” ou “linhagem” diferente?

É a plasticidade das identificações na transferência que permite que Jade confie à sua analista diferentes facetas de sua relação com o lugar

materno: a mãe biológica, a mãe adotiva, a avó materna e a bisavó. A partir do que pode, então, identificar-se com “suas” mães e finalmente “se achar”.

Assim, compreendemos que a transferência é a condição em que transcorre a análise. Interpretá-la é percorrer o caminho associativo que o analisando trilhou até atribuir um lugar a seu analista, seja este lugar qual for. Com Jade chegamos às questões sobre sua filiação. Aliás, a busca de saber sobre sua origem, que todas as crianças impetram, nada mais é do que a busca de saber se foram desejadas e, com isso, qual o seu lugar em relação ao desejo dos pais.

A análise, então, ao remeter o sujeito à sua origem, suscita a reedição do desamparo. E é o amor oriundo da transferência que atenua a dor e dá suporte para o reencontro com a falta. Cabe ao analista acolher este amor e tomá-lo no interior do tratamento, sem, no entanto, identificar-se ao lugar que o analisando lhe destina. Conceder o afeto na linguagem e, através dela, dotar a dor de sentido. Em uma palavra: afetar. Cabe ao analista, enfim, deixar-se embalar pela palavra do analisando, nela deslizar e, deste modo, dançar a música tonalizada pela melodia de seu discurso.

A clínica psicanalítica é a clínica da escuta da singularidade com que as notas do inconsciente se juntam nas composições únicas com as quais cada um se canta e se traduz. Eis a meu ver a beleza desta clínica – aqui figurada por Jade: permitir um dizer si no qual seja possível “se achar”, se encontrar e reconhecer enquanto aquele da canção mais primitiva que ressoa sem cessar em seus sonhos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Enaíde Bezerra de. **Eu Narciso, outro Édipo**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1991.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Diferenças Sexuais...? Quantas existem? In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.) **Diferenças Sexuais**. São Paulo: Escuta, 1999. p. 151-159.

_____. Configurações Edípicas da Contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. In: **Pulsional Revista de Psicanálise**. São Paulo, ano XV, 161, 88-98, Set.2002.

_____. **Transexualismo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

DELOYA, Daniel. A dor entre o corpo, seu anseio e a concepção de seu objeto. In: BERLINCK, Manuel Tosta (org.). **Dor**. São Paulo: Escuta, 1999. p. 23-33.

DOLTO, Françoise. Prefácio. In: MANNONI, Maud. **A primeira entrevista em psicanálise**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.9-30.

_____. **Seminário de psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **Psicanálise e pediatria**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

_____. **A dificuldade de viver**: psicanálise e prevenção das Neuroses. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988a.

_____. **Dialogando sobre crianças e adolescentes**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

_____. **Seminário de psicanálise de crianças 2**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

_____; NÁSIO, Juan David. **A criança do espelho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **No jogo dos desejos**: ensaios clínicos. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____; HAMAD, Nazir. **Destinos de Crianças**: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 164p.

_____. Reflexões sobre a adoção. In: **Os caminhos da educação**: textos recolhidos, anotados e apresentados por Claude Halmos. São Paulo: Martins Fontes, 1998a. p.231 – 246.

_____. Yo ideal e ideal del yo en niños y adolescentes. In: DOLTO, Françoise. **Textos inéditos**: conferencias, actividades clínicas y cartas. Buenos Aires: Alianza, 1998b. p. 25-36.

_____. Sobre la transferênciã. In: DOLTO, Françoise. **Textos inéditos**: conferencias, actividades clínicas y cartas. Buenos Aires: Alianza, 1998c. p. 17-24.

_____. **Tudo é linguagem**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FÉDIDA, Pierre. **Clínica psicanalítica**: estudos. São Paulo: Escuta, 1988.

_____. Modalidades da comunicação na transferênciã e momentos críticos da contratransferênciã. In: FÉDIDA, Pierre (org.). **Comunicação e representação**: novas semiologias em psicopatologia. São Paulo: Escuta, 1989. p. 91-123.

_____. **Nome, figura e memória**: a linguagem na situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1991.

FLORENCE, Jean. As identificações. In: ROITMAN, Ari. **As identificações**: na clínica e na teoria psicanalítica. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994. p.115-165.

FREUD, Sigmund (1950 [1892 – 1899]). Extratos de documentos dirigidos a Fliess In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 1, p. 251-384.

_____ (1893). Estudos sobre a histeria. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 1.

_____ (1895). Projeto para uma Psicologia Científica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 1, p.403-529.

_____ (1900). A Interpretação dos Sonhos (parte I). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 4.

_____ (1905). Três Ensaio sobre a Sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 7 . p. 117-230.

_____ (1905a [1901]). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 7 . p. 11-115.

_____ (1908). Teorias Sexuais Infantis In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 9, p. 213 a 228 .

_____ (1909). Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 10 . p. 12-154.

_____ (1909a). Romances familiares. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 9, p. 239-247.

_____ (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 11 . p. 117-230.

_____ (1910a). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 11 . p. 125-136.

_____ (1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 12 . p. 23-108.

_____ (1911a). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 12 . p. 277-286.

_____ (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1990. v. 12. p. 149-159.

_____ (1912a). A dinâmica da transferência. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1990. v. 12. p. 130-143.

_____ (1913). Sobre o início do tratamento. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1990. v. 12. p. 164-187.

_____ (1913a [1912 – 1913]). Totem e Tabu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 13, p. 13-194.

_____ (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 14, p. 83-119.

_____ (1914a). Recordar, repetir e elaborar. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1990. v. 12. p. 190-203.

_____ (1915). O instinto e suas vicissitudes. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 14 . p. 137-162.

_____ (1915a [1914]). Observações sobre o amor transferencial. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1990. v. 12. p. 206-221.

_____ (1917 [1915]). Luto e melancolia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 14, p. 269-291.

_____ (1917a [1916-1917]). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – parte III. Teoria geral das neuroses (conferência XXI – O Desenvolvimento da Libido e as Organizações Sexuais). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 16. p. 375-395.

_____ (1917b [1916-1917]). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – parte III. Teoria geral das neuroses (conferência XXIII – Os Caminhos da Formação dos Sintomas). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 16. p. 419-439.

_____ (1917c [1916-1917]). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – parte III. Teoria geral das neuroses (conferência XXV – A Ansiedade). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 16. p. 457-479.

_____ (1917d [1916-1917]). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – parte III. Teoria geral das neuroses (conferência XXVII – Transferência). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 16. p. 503-521.

_____ (1917e [1916-1917]). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – parte III. Teoria geral das neuroses (conferência XXI – O Desenvolvimento da Libido e as Organizações Sexuais). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 16. p. 523-539.

_____ (1919). O Estranho. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 17 . p. 275-314.

_____ (1919 [1918]). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 17 . p. 198-211.

_____ (1920). Além do Princípio do Prazer. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 18, p. 17-85.

_____ (1921). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 18, p. 89-179.

_____ (1923). O Ego e o Id. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 19 . p. 13-83.

_____ (1923a). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 19 . p. 175-184.

_____ (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 19, p. 214-224.

_____ (1925). A negativa. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 19, p. 291-300.

_____ (1930). O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 21, p. 75-171.

_____ (1931). Sexualidade feminina. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 21, p. 255-279.

_____ (1933). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (conferência XXXI). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 22 . p. 75- 102.

_____ (1933a). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (conferência XXXIV). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas**

Completas de Sigmund Freud. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 22 . p. 167 - 191.

_____ (1937). Análise Terminável e Interminável. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v.22. p.239- 287.

_____ (1937a). Construções em análise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v.22. p.289- 304.

_____ (1940 [1938]). Esboço de Psicanálise. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago,1990. v. 23 . p.165-237.

HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002. 160p.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação**: o mestre do impossível. 2. ed. São Paulo: Spicione, 1992.

LAPLANCHE, J & PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 140p.
MANNONI, Maud. **A teoria como ficção**: Freud, Groddeck, Winnicot, Lacan. Rio de Janeiro: Campus, 1982. 121 p.

_____. A transferência em psicanálise de crianças. In: MANNONI, Maud. **A criança, sua “doença” e os outros**. São Paulo: Via Lettera, 1999. p. 67 – 100.

MELMAN, Charles. Cegonha e Cientificidade. In: HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002. p.11-12.

MEZAN, Renato. **Freud**: a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. **Freud, pensador da cultura**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. A transferência em Freud: apontamentos para um debate. In: SLAVUTSKY, Abrão (org.). **Transferências**. São Paulo: Escuta, 1991.

_____. Sobre a Pesquisa em Psicanálise. In: **Psique**. Ano 02, no.02. São Paulo, 1998.

_____. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

QUEIROZ, Edilene Freire de. O “estranho” filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: v.7, n. 4, p.100-111, dez., 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. **A herança psíquica na clínica psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo; FAPESP, 2003.

VILHENA, Júnia. **Atendimento às populações de baixa renda**: sujeitos do desejo. Palestra proferida em 31/01/07, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

VIVIANI, Alejandro Luis. O pai estrangeiro. In: CARIGNATO, T.; ROSA, M.; PACHECO FILHO, R. (orgs.). **Psicanálise, cultura e migração**. São Paulo: ym, 2002. p. 143- 152.

WINNICOTT, Donald Woods (1956). A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000. p.399- 405.

WINOGRAD, Monah. **Genealogia do sujeito freudiano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZALCBERG, Malvina. **A relação mãe e filha**. 7ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.